



## Município da Marinha Grande

### Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia 10/12/2018.

Mandato de 2017/2021  
Ata nº 41

Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência da Presidente, Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Lara Marques Lino;
- Mêlina Monteiro Mira Domingues;
- Célia Cristina Letra Faustino Guerra.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente abriu a reunião pelas 14:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Vereador Carlos Alexandre de Carvalho Caetano não esteve presente, por se encontrar junto do seu pai, que está internado, pelo que a Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, considerou justificada a sua falta.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objeto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se mencione expressamente a causa do impedimento.



#### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

- 1. Sr. Jorge Miguel Lopes Carpalhoso Mota**, em representação da "**AMA S. Pedro de Moel**" – pretende falar sobre a Comissão criada recentemente.
- 2. Sr. João Miguel Marques Duarte Pereira** – pretende repor a verdade relativamente às CAF'S.
- 3. Sr. João Carlos Gomes de Sousa** – pretende falar sobre a isenção de Taxas Municipais.
- 4. Sr.<sup>a</sup> Maria Margarida Pimentel Robalo Ribeiro** – pretende falar sobre a dívida de condomínio que a Câmara tem para com o condomínio do Cristal Atrium.
- 5. Sr. Fernando Santos Mendes** – pretende falar sobre a vida associativa, mais concretamente sobre o S.C. Marinhense.
- 6. Sr. Joaquim Loureiro Andrade** – pretende dar informações ao atual executivo:
  - janeiro 2017 - janeiro 2018;
  - março 2018 - agosto 2018;
  - Atas e anexos.

#### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

Intervenção dos membros do executivo

## **ORDEM DO DIA**

### **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**

#### **GABINETE DE APOIO AOS ÓRGÃOS DE GESTÃO**

1. Aprovação da ata n.º 39, da reunião ordinária do dia 26 de novembro de 2018
2. Aprovação da ata n.º 40, da reunião extraordinária do dia 29 de novembro de 2018

### **DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

#### **FINANÇAS E TESOURARIA**

3. Resumo de Tesouraria do dia 04 de dezembro de 2018
4. Encerramento da conta bancária n.º 0035/0441.043004.130 da Caixa Geral de Depósitos
5. Encerramento da conta bancária n.º 0035/0441.044140.930 da Caixa Geral de Depósitos

#### **PATRIMÓNIO**

6. Doação da peça Jarra de Cristal Lapidada e Gravada, destinado a integrar o acervo do Museu do Vidro.
7. Doação de 90 livros do Dr. Fernando de Jesus da Luz, para a Biblioteca Municipal
8. Doação de equipamento à Escola EB da Fonte Santa.

### **DIVISÃO DE QUALIDADE DE VIDA**

#### **OBRAS MUNICIPAIS**

9. Receção provisória - Beneficiação da Rua do Repouso - 2ª fase - Concurso Público n.º 04/2018
10. Requalificação da Rua da Vitória – Cedência de 209,20m² de terreno da empresa Medidajustada - Construção Civil Unipessoal, Ld.ª
11. Requalificação da Rua da Vitória – Cedência de 287,50m² de terreno da empresa Medidajustada - Construção Civil Unipessoal, Ld.ª

### **DIVISÃO DE MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO**

#### **BALCÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE**

12. Aplicação do novo Regulamento de Relações Comerciais dos Serviços de Águas e Resíduos
13. Isenção do pagamento de taxas

### **DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO**

#### **PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO**

14. “Projeto de reabilitação integral de edifício para apoio aos equipamentos instalados no Património Stephens ” - Aprovação do estudo prévio
15. “Projeto de reabilitação do espaço público no Bairro Municipal de Casal de Malta” - PA n.º 22/2018 - Aprovação do estudo prévio

- 16. “Requalificação arquitetónica e energética do edifício da Biblioteca Municipal ” - Aprovação do projeto de execução
- 17. “Centro Escolar da Várzea - Requalificação e ampliação da atual Escola Básica e Jardim de Infância da Várzea” - Aprovação do projeto de execução
- 18. Proposta de implementação de memorial em homenagem ao antigo edifício da escola primária no Largo da República, freguesia de Vieira de Leiria, apresentada por um Grupo de Cidadãos

#### **GESTÃO URBANÍSTICA**

- 19. Req.º nº 1951/18, datado de 29/10/2018 - Proc.º n.º 457/18, datado de 29/10/2018 - Maria Aida Gomes Moleirinho
- 20. Req.º nº 1933/18, datado de 24/10/2018 - Proc.º n.º 452/18, datado de 24/10/2018 - MLRZ - Sociedade Imobiliária, Lda.
- 21. Req.º nº 1202/18, datado de 03/07/2018 - Proc.º n.º 252/18, datado de 03/07/2018 - Santos & Vale - Imobiliária, S.A.
- 22. Req.º nº 1949/18, datado de 29/10/2018 - Proc.º n.º 456/18, datado de 29/10/2018 - Ramiro Joaquim Antunes de Castro Fidalgo
- 23. Req.º nº 1894/18, datado de 18/10/2018 - Proc.º n.º 222/18, datado de 13/06/2016 - Silva & Branco Turismo Lda
- 24. Req.º nº 1205/18, datado de 03/07/2018 - Proc.º n.º 254/18, datado de 03/07/2018 - José de Jesus Ferreira Alves - Cabeça de Casal da Herança de
- 25. Req.º nº 2037/18, datado de 09/11/2018 - Proc.º n.º 332/18, datado de 09/08/2018 - Ana Filipa da Silva Morgado
- 26. Req.º nº 1902/18, datado de 19/10/2018 - Proc.º n.º 369/18, datado de 11/09/2018 - Realcepuzzle, Lda.
- 27. Req.º nº 1769/18, datado de 01/10/2018 - Proc.º n.º 415/18, datado de 01/10/2018 - Marco Paulo Maia Garcia e Carla Patrícia do Nascimento Marques
- 28. Req.º nº 1551/18, datado de 28/08/2018 - Proc.º n.º 122/18, datado de 09/04/2018 - José Júlio dos Santos Duarte Alves
- 29. Req.º nº 1775/18, datado de 02/10/2018 - Proc.º n.º 253/18, datado de 03/07/2018 - Carlos Alberto de Oliveira Gomes
- 30. Req.º nº 2085/18, datado de 16/11/2018 - Proc.º n.º 324/18, datado de 06/08/2018 - Sofitec Soc Técnica de Moldes, Lda.
- 31. Req.º nº 2007/18, datado de 06/11/2018 - Proc.º n.º 292/17, datado de 10/07/2017 - Nominalplas Lda.
- 32. Req.º nº 1967/18, datado de 30/10/2018 - Proc.º n.º 87/18, datado de 13/03/2018 - Filipe Manuel Simões Moreira
- 33. Req.º nº 1863/18, datado de 15/10/2018 - Proc.º n.º 442/18, datado de 15/10/2018 - Nelson Fernando Pedrosa Faustino
- 34. Req.º nº 1869/16, datado de 04/11/2016 - Proc.º n.º 326/16, datado de 10/08/2016 - Ribermold Lda
- 35. Req.º nº 1898/18, datado de 18/10/2018 - Proc.º n.º 257/17, datado de 23/06/2017 - Hélder João Henriques Fortunato
- 36. Req.º nº 1918/18, datado de 22/10/2018 - Proc.º n.º 305/18, datado de 24/07/2018 - Acácio Alves da Silva e Mónica da Silva Gomes Marques
- 37. Req.º nº 2006/18, datado de 06/11/2018 - Proc.º n.º 19/18, datado de 23/01/2018 - Jacinto Esperança Pereira, Lda.
- 38. Req.º nº 2046/18, datado de 12/11/2018 - Proc.º n.º 32/18, datado de 05/02/2018 - V B - Fresagem S.A.
- 39. Req.º nº 2169/18, datado de 30/11/2018 - Proc.º n.º 256/18, datado de 04/07/2018 - Tecnimoplas - Indústria Técnica de Moldes Lda

40. Req.º nº 1360/17, datado de 31/07/2017 - Proc.º nº 343/17, datado de 31/07/2017 - Álvaro Rodrigues Marques Carvalho
41. Req.º nº 1572/18, datado de 30/08/2018 - Proc.º nº 352/18, datado de 30/08/2018 - Pelacerta - Investimentos Imobiliários, Lda.
42. Req.º nº 2168/18, datado de 30/11/2018 - Proc.º nº 182/16, datado de 17/05/2016 - Cordeiro, Silva e Cordeiro, Lda.
43. Req.º nº 1350/18, datado de 23/07/2018 - Proc.º nº 299/18, datado de 23/07/2018 - Aqueciliz S.A.
44. Req.º nº 1447/18, datado de 07/08/2018 - Proc.º nº 328/18, datado de 07/08/2018 - Sérgio Filipe Pedrosa Fazendeiro
45. Req.º nº 1799/18, datado de 04/10/2018 - Proc.º nº 422/18, datado de 04/10/2018 - Marco António Duarte Alves Laranjeira
46. Req.º nº 2114/18, datado de 21/11/2018 - Proc.º nº 138/18, datado de 18/04/2018 - Luís Manuel Fernandes Soeima
47. Req.º nº 2166/18, datado de 30/11/2018 - Proc.º nº 233/16, datado de 16/06/2016 - Dreamelement - Unipessoal Lda.
48. Req.º nº 2166/18, datado de 30/11/2018 - Proc.º nº 233/16, datado de 16/06/2016 - Dreamelement - Unipessoal Lda.
49. Req.º nº 1947/18, datado de 29/10/2018 - Proc.º nº 214/15, datado de 22/06/2015 - Banco de Investimento Imobiliário, S.A.
50. Req.º nº 2117/18, datado de 22/11/2018 - Proc.º nº 5/18, datado de 11/01/2018 - Cesaltina Pedro Ferreira, Rui Jorge Ferreira Coelho, Afonso José Ferreira Coelho
51. Req.º nº 1782/18, datado de 02/10/2018 - Proc.º nº 446/17, datado de 03/10/2017 - Rua das Flores - Gestão de Activos Imobiliários Lda e Alberto Carreira, Construções, Lda
52. Req.º nº 1091/18, datado de 13/06/2018 - Proc.º nº 404/2018, datado de 13/06/2018 - Reinados e Predicados, Lda.

## **DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA**

### **ATIVIDADE FÍSICA**

53. Atribuição de apoio financeiro e aprovação do contrato. Programa de desenvolvimento desportivo época desportiva 2018/2019 - Sport Lisboa e Marinha
54. Atribuição de apoio financeiro e aprovação do contrato. Programa de desenvolvimento desportivo época desportiva 2018/2019 - Judo Clube da Marinha Grande
55. Atribuição de apoio financeiro e aprovação do contrato. Programa de desenvolvimento desportivo época desportiva 2018/2019 - Clube Atletismo da Marinha Grande
56. Atribuição de apoio financeiro e aprovação do contrato. Programa de desenvolvimento desportivo época desportiva 2018/2019 - Atlético Clube Marinhense
57. Atribuição de apoio financeiro e aprovação do contrato. Programa de desenvolvimento desportivo época desportiva 2018/2019 - Associação Ensino e Promoção Social Desportivo Náutico da Marinha Grande
58. Atribuição de apoio financeiro e aprovação do contrato. Programa de desenvolvimento desportivo época desportiva 2018/2019 - Sport Operário Marinhense
59. Atribuição de apoio financeiro e aprovação do contrato. Programa de desenvolvimento desportivo época desportiva 2018/2019 - Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente
60. Contrato-programa de patrocínio desportivo - Clube de Atletismo da Marinha Grande. Adenda
61. Atribuição de apoio ao atleta Joel Colaço para efeitos de participação no Campeonato Mundial de "Muay Thai" na Tailândia. Alteração da deliberação tomada em reunião de 23-07-2018

#### **INTERVENÇÃO CULTURAL**

**62.** Assinatura da carta de princípios para a constituição da Rede de Arquivos da Região de Leiria.

**63.** Proposta de fixação de preços de artigos para venda na loja do Museu do Vidro

**64.** Proposta de programação e fixação de preços de bilhetes para espetáculos a decorrer em 2019 na Casa da Cultura Teatro Stephens

#### **DIVISÃO JURÍDICA E DE APOIO**

##### **APOIO JURÍDICO**

**65.** Responsabilidade civil extracontratual do Município da Marinha Grande - Pedido de indemnização por queda em passeio público - Requerente: Maria Carmen da Costa Santos da Silva – Apreciação - Proposta de indeferimento – Audiência prévia



#### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**1. Sr. Jorge Miguel Lopes Carpalhoso Mota**, que se inscreveu em representação da "**AMA S. Pedro de Moel**", Comissão criada recentemente, embora tenha sido um outro membro a intervir, o **Sr. António Manuel Oliveira Rodrigues**.

Referiu o Sr. António Rodrigues que S. Pedro de Moel está esquecido e desprezado, e por isso querem colaborar com a Câmara e ajudar a resolver certas questões.

O problema mais evidente são as piscinas, que dão má imagem e representam riscos de saúde e segurança. A denominada “volta aos sete” também é uma imagem que o preocupa, sabe que não é da responsabilidade da Câmara, mas esta tem responsabilidade política.

As pessoas que criaram esta Associação são de diversos locais, mas juntaram-se em S. Pedro de Moel e querem colaborar com a Câmara e com a Sr.<sup>a</sup> Presidente, para ajudar a fazer de S. Pedro de Moel aquilo que era.

Agradeceu a reunião que a Sr.<sup>a</sup> Presidente já marcou com a Associação, mesmo antes desta reunião de Câmara começar. Agradeceu também a manutenção que está hoje a ser feita em S. Pedro, e terminou dizendo que querem manter um bom diálogo com a Câmara e a Sr.<sup>a</sup> Presidente e estão ao dispor de todos os Srs. Vereadores.

**2. Sr. João Miguel Marques Duarte Pereira** – referiu que se encontra em representação da Associação “Arioso”, que colaborou recentemente com a Câmara nas CAF’S.

Disse que pretende esclarecer a questão do pagamento, uma vez que no artigo 8.º do caderno de encargos diz que o pagamento da fatura é a 10 dias, e por isso não é a 60 dias. Deixou este esclarecimento, que considera importante ser feito.

Deixou também um alerta para o futuro: se está ou não a ser cumprido o caderno de encargos, pois sabe que não estão a ser feitas algumas atividades que a Associação desenvolveu nos 2 meses que trabalhou com a Câmara.

Manifestou a disponibilidade da sua Associação para colaborar, e agradeceu à Câmara a oportunidade que lhes deu, e que prova que na Marinha Grande há profissionais excelentes e de qualidade. Agradeceu também à Dr.<sup>a</sup> Maria José, pelo seu profissionalismo, assim como aos pais, agrupamentos e aos 16 profissionais com quem trabalharam, desejando a todos Boas Festas e Bom Ano.

Terminou a intervenção oferecendo a todos os membros do executivo um livro escrito por João Manuel Ribeiro, portuense, que o desafiou a musicar o livro que escreveu, intitulado “Pó-pó-pó Tiroliriroló”.

**3. Sr. João Carlos Gomes de Sousa** – inscreveu-se para falar sobre a isenção de Taxas Municipais.

**Apesar de inscrito, o munícipe não compareceu.**

**4. Sr.ª Maria Margarida Pimentel Robalo Ribeiro** – inscreveu-se para falar sobre a dívida de condomínio que a Câmara tem para com o condomínio do Cristal Atrium.

**A munícipe cancelou a sua inscrição.**

**5. Sr. Fernando Santos Mendes** – inscreveu-se para falar sobre a vida associativa, mais concretamente sobre o Sporting Clube Marinhense – SCM.

Referiu que é natural da Embra e sócio do SCM há 55 anos. Disse que a fatura da eletricidade, gás e a manutenção das instalações marcam de forma muito acentuada os finais dos meses da coletividade. Também as avarias das torneiras, que têm que pagar, e os transportes, pelo que questionou se não haverá forma de a Câmara poder ajudar, através da TUMG.

Disse que houve uma reunião na Câmara com a presença de 3 representantes do SCM, da Sr.ª Vereadora e da Sr.ª Presidente, para solicitar apoio para o campeonato de hóquei da 1.ª divisão, ainda antes de este começar. Ficou acordado que haveria apoio da Câmara, e que em 3 de junho saberiam como apresentar as candidaturas.

Em 10 de julho souberam que haveria um apoio de 35.000€. Em 19 de julho enviaram as candidaturas, mas só em 29 de julho, quando entregaram os originais, é que deram entrada. Até setembro não obtiveram qualquer resposta. Em 7 de setembro alteraram a candidatura de apoio para obras, mas em relação às restantes modalidades não houve alterações.

Em 7 de setembro entregaram as atas, não enviaram originais de faturas e ficaram a aguardar pelo contacto da Sr.ª Vereadora.

Em 18 de setembro a Sr.ª Vereadora enviou um e-mail ao Presidente do SCM. Depois disso não souberam mais nada.

Em 6 de dezembro souberam que faltava um documento, que entregaram no dia seguinte, 7 de dezembro, e então perceberam que o apoio já não viria a esta reunião.

Desde o primeiro pedido até hoje passaram 6 meses. Agora só espera que tudo se resolva a bem do desporto.

**6. Sr. Joaquim Loureiro Andrade** – leu a sua intervenção, que disse que ia entregar para ser anexada à ata desta reunião, e que representa um dizer basta! Refere-se aos inúmeros alertas que tem deixado ao longo destes dois anos em relação aos cidadãos sem mobilidade, sem quenada seja resolvido, e também em relação ao parque infantil, que diz estar ilegal. A ASAE tem fechado alguns, por inconformidades, tal como vem referido no “Correio da Manhã”.

Terminou referindo que a partir de hoje não voltará a fazer alertas para a Câmara, só para a comunicação social.

A intervenção escrita ficará anexa à presente ata (**Anexo 1**).

**Terminadas as intervenções dos munícipes, a Sr.ª Presidente respondeu o seguinte.**

- S. Pedro de Moel – a Sr.ª Presidente agradeceu a presença dos representantes da Comissão, referindo que sabe que há muito a tratar, embora se tenha procurado, neste último ano, resolver algumas situações. Informou que foi tratada a desafetação de uma área na zona marítima, e agora a Câmara aguarda resposta para saber quais os procedimentos que terá que adotar. Sabe que a piscina está em risco, e não sendo da Câmara sabe que ela tem que intervir, assim como com as zonas da responsabilidade do ICNF. Tem havido contactos com a APA, apesar de a piscina ser particular. Agradeceu a disponibilidade manifestada, enquanto cidadãos, e o seu contributo para encontrar soluções para o futuro, para que S. Pedro volte a ser o que já foi, um ex-libris do concelho. Disse que é com grata satisfação que sabe poder contar com os membros da Comissão. A reunião está agendada para dia 3 de janeiro de 2019, para a qual levará todas as informações que tiver, aguardando as propostas que possam trazer.
- Sr. João Pereira – a Sr.ª Presidente agradeceu-lhe o que fez pelas CAF's e AAAP's, nesta contratação de dois meses. Tem pena de não poder continuar com o serviço, mas tem que se fazer a contratação pública. Agradeceu o empenho e o profissionalismo com que resolveram o problema à Câmara, nesta área, agradecendo-lhe também todo o serviço que tem prestado para o bem do concelho em todas as atividades em que tem colaborado. Agradece-lhe publicamente e ao mesmo tempo lamentou não ter podido continuar a contar com a sua colaboração. Agradeceu ainda a oferta do livro e do CD, com músicas do João Pereira e do Nuno Brito.
- Sr. Fernando Mendes – a Sr.ª Presidente disse que vai deixar as explicações para a Sr.ª Vereadora, que tem acompanhado mais de perto a situação. Da sua parte não há um único contacto telefónico que tenha deixado sem resposta. Percebe que haja desagrado, porque sabe que num clube, em que as pessoas trabalham em voluntariado, é difícil entregar todos os documentos atempadamente. Mesmo antes de terem entregue o documento da semana passada já tinha estado a trabalhar com a Sr.ª Vereadora para ver qual o apoio a conceder. Na próxima reunião espera trazer uma alteração para poder contemplar estes apoios para estes clubes. A Câmara cede pavilhões e instalações a alguns clubes e a outros não, e esses têm que pagar água e luz, e por isso têm que se alterar estes apoios. A Câmara já o fez com o futebol, com os campos sintéticos, e já o fez também com o SCM, e agora tem que se apoiar também as obras. Como foi referido, as candidaturas foram sofrendo algumas alterações, e por essa razão a Câmara não pôde logo dar uma resposta imediata. Concluiu dizendo que a resposta não é tão rápida como se desejaria, mas espera trazer o apoio na próxima reunião de Câmara.  
A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** informou que por vezes não respondia porque sabia que a Sr.ª Presidente estava em contacto direto com o Presidente da Direção do SCM. Sobre os documentos informou que houve alguém que se tinha disponibilizado para tirar as cópias. Os contratos-programa também foram alterados, e os que vêm hoje à reunião já estão alterados, de forma a poder apoiar os clubes.  
Agradeceu também à Associação Arioso, pelo excelente trabalho realizado, e confirmou que o caderno de encargos já previa o pagamento em 10 dias. Referiu que das pessoas que estavam a trabalhar com a Arioso, houve 13 pessoas que se mantêm, daí que espera, uma vez que o trabalho foi bom, que a qualidade das atividades se mantenha.



- Sr. Andrade – a **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** disse que o Sr. Andrade a contactou, pediu-lhe um placard para colocar na porta do NAC, que foi feito, não com o tamanho que o Sr. queria, mas foi feito. Até o aconselhou a falar com o Dr. Raúl, do gabinete de comunicação, para se encontrar uma melhor solução. Não julga que tenha sido arrogante.  
A **Sr.ª Presidente** agradeceu a colaboração do Sr. Andrade para com a Câmara, ao fazer chegar os seus alertas.



#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A **Sr.ª Presidente** deu a palavra aos Srs. Vereadores que pediram para intervir.

**A Sr.ª Vereadora Mêlina Mira cumprimentou todos os presentes e tendo em conta que enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:**

*“1) Quando é que são cortadas as árvores pelo menos nas vias principais Praia da Vieira – Vieira de Leiria e Estrada Atlântica (Praia da Vieira – S. Pedro)? Sugiro atenção a esta questão, e alerta para o incumprimento da faixa de proteção combustível de 10 metros em cada berma, onde não é possível desta forma minimizar o risco de queda de árvores na via pública.*

*2) Uma vez que estamos próximos do fim de ano, e tal como em todos os finais de ano as nossas praias têm grande afluência de pessoas. Tem sido também recorrente situações de excessos e algum vandalismo nestas noites. Nesse sentido venho propor que a Câmara reforce a segurança de todos, alocando equipas de segurança para o efeito nas praias de São Pedro e Praia da Vieira.*

*3) No seguimento das reuniões passadas, e ainda sobre os danos provocados pela tempestade Leslie, venho propor que a Câmara crie um serviço para ajudar os empresários a candidatarem-se à Linha de Crédito para Apoio a Empresas Afetadas pelo Furacão Leslie, linha esta a funcionar desde 28 de Novembro, e que muitos desconhecem tanto a sua existência como a forma de proceder caso estejam interessados. Uma vez que a Câmara alega impossibilitada de apoiar de outra forma os nossos concessionários, que possa desta forma ajudá-los mediante serviço próprio para o efeito, tal como todas as questões relativas a seguros que possam estar com dificuldades em resolver, entre outras.*

*4) Por último quero saber em que ponto está a candidatura à Escola Primária dos Outeiros em Vieira de Leiria? Da reunião passada ficou acordado que iria ser preparada toda a documentação das 3 partes interessadas por ocupar esta Escola, no sentido de todo o executivo permanente e não permanente analisar e decidir. Quero saber se já há data para esta decisão, e lembro que o tempo urge, a escola está inutilizada e portanto sem manutenção dos seus espaços, e existem crianças e jovens nomeadamente dos Escuteiros da Vieira que precisam saber o que fazer, face à necessidade urgente de um espaço condigno e seguro, que se não for nesta escola têm que repensar o seu futuro e continuidade.”*

**A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Lara Lino cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:**

- Munícipes – agradeceu a forma como o grupo de cidadãos está a trabalhar por S. Pedro, mas sente-se triste que tenha havido esta necessidade. Espera que sejam ouvidos pelo Município e está disponível para colaborar, para que S. Pedro seja novamente a “nossa pérola”.
- Sr. João Pereira – agradeceu as palavras e o livro. Sobre as AAAF’s e CAF’s disse que a preocupa. Entende que num ano letivo não deve haver duas empresas a prestar o serviço. Descredibiliza a Câmara e gera instabilidade nos pais e na escola. Espera que no próximo ano o concurso seja lançado atempadamente.
- Sr. Andrade – referiu que é com tristeza que o vê tomar esta atitude, tendo-lhe agradecido por todos os contributos que tem trazido.
- SCM – disse que foi um orgulho ver o jogo do SCM na televisão, mas infelizmente sem qualquer apoio da Câmara.
- Alertas dos moradores da Moita – a Rua 1.º de Dezembro não tem iluminação pública há mais de 2 meses. Contactaram a EDP, que lhes diz que o problema tem a ver com uma trovoadas. Os moradores pedem a intervenção da Câmara.
- Ementas do Agrupamento Nascente – ainda não estão disponíveis, enquanto as do Agrupamento Poente já estão. O munícipe que alertou considera as ementas do Poente melhores do que as do Nascente. Entende que a qualidade deve ser a mesma, uma vez que o concelho é só um.

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes na sala e os que estão em casa, e referiu o seguinte:**

- Sobre os munícipes, referiu que as respostas que receberam são que “a Câmara está a fazer o que pode”, “que não pode fazer tudo”, “que estão a fazer o melhor possível”. Não é isto que querem ouvir, porque palavras leva-as o vento e estas palavras já foram com certeza ouvidas muitas vezes.
- S. Pedro – ainda bem que há esta Comissão, que lhe lembra as antigas comissões de moradores, mas hoje já não devia haver esta necessidade. Todos os anos, no início das épocas balneares, se fala de S. Pedro, mas tem que se fazer muito mais, a Câmara tem obrigação de fazer muito mais para ter uma praia digna.
- Sr. João Pereira – lamenta, porque ele é um homem sempre disponível, e a Câmara não conseguiu fazer um caderno de encargos competente para ter uma empresa competente a trabalhar no concelho. Considera que há aqui uma falta de planeamento, e agora também de fiscalização. A Câmara deveria ser capaz de fiscalizar e não o faz. Deve isso às crianças e aos pais.
- SCM – gostou de ouvir o Sr. Fernando Mendes. Aquilo que aqui veio falar são burocracias. O regulamento tem 23 anos, e o desporto de então não tem nada a ver com o dos nossos dias. É urgente alterar o regulamento, tal como tem vindo a dizer ao longo destes anos. Não concorda com os critérios porque não são justos. Quem usa as instalações da Câmara não deve ter o mesmo apoio de quem não as usa. E isto não precisa da entrega de qualquer documento. Os custos de cada clube são diferentes e o regulamento não faz justiça.
- Sr. Andrade – considera que o Sr. Andrade é muito melhor munícipe do que ele próprio, porque há anos que se preocupa com os problemas da sua cidade. Por essa razão merece todo o seu respeito. Pede-lhe desculpa pela situação e pede-lhe que não desista, porque os seus alertas são bons para todos.

**Tendo em conta que o Sr. Vereador enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:**

### **“1. FELICITAÇÕES**

- a) *Felicitar a seleção nacional de andebol em cadeiras de rodas por se ter sagrado campeã europeia. Um campeonato realizado no pavilhão dos Pousos, ganho na final à Croácia e onde participaram vários atletas pertencem à APD Leiria, sediada na Marinha Grande. Felicitações especiais para os jogadores o Marco Francisco, o Iderlindo Gomes (Eder), João Gerónimo, João Pedro e Tina Relvas, e ainda o Manel Sousa, que faz parte da equipa técnica e é mecânico.  
Realçar ainda que o Eder foi o melhor marcador.*

### **2. MUNICÍPIES**

*É meu dever questionar sobre problemas que os municípios que dão conhecimento. São eles a razão de eu estar aqui. Têm sido muitos os que me abordam (e cada vez mais) e por isso gostaria que me informassem, para dar lhes conhecimento.*

- 2.1 *Uma munícipe do Lar Residencial da Raquel, desde 2016 que tem enviado vários mails sobre a necessidade duma passadeira na Av. José Gregório.*

*Em 28 de maio alertei para este problema, dizendo, conforme ficou em ata, que “a Câmara em 17/4/2017 informou que iriam desencadear um procedimento para solucionar o problema e em Novembro e fevereiro passado, já com este executivo em funções, foi-lhes comunicado que “está para breve”. “*

*O Sr. Vereador Caetano disse então que “tem que ser analisada e ver se é viável e se não colide com a segurança do trânsito. Se assim for é para avançar. “*

*Não responderam à munícipe, de modo que agora vem questionar se receberam o mail. Passou mais de um ano e claro que nada foi feito, demonstrativo da “eficácia governamental” que os municípios sentem.*

*Mais um exemplo de que “tudo tratado, nada resolvido”*

- 2.2 *Albergaria:*

1. *Sevlares? O que foi respondido ao município?*
2. *Cheiros e reunião com Valorlis. O que foi tratado e que posição foi tomada sobre os maus cheiros em Albergaria?*
3. *Rua Nova do Moinho de Cima, esta rua não é pressuposto estar terminada? Porque razões depois de terminar recentemente esta estrada já estarmos a alterar passeios? Porque não foram executados aquando do melhoramento da estrada?*

### **3. ASSUNTOS DIVERSOS**

- a) *Este executivo permanente recorre sistematicamente ao expediente de dizer que não responde às questões que colocamos porque “não tem aqui todas as respostas, terá que procurar e logo que possível enviá-las-á”. Não surpreende que não saibam respostas. O que não é aceitável, é que não respondam no momento por não saber e nunca mais voltem a responder. Entendo que isso já não é desconhecimento e será má-fé e falta de respeito para com os vereadores, que estando aqui numa missão incumbida pelos municípios, não lhes conseguem responder porque o executivo permanente lhes omite essas mesmas respostas. Isto num estado democrático é inconcebível.*

*Exemplo na reunião de 12 de novembro, que ficou o seguinte em ata:*

*“O Sr. Vereador Aurélio Ferreira insistiu na resposta à sua questão sobre o que aconteceu à contratação da obra da Casa da Cultura.*

*A Sr.ª Presidente disse que, como é natural, não tem aqui todas as respostas, terá que procurar e logo que seja possível enviá-las-á.*

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** continuou a questionar: e o conforto a dar ao atual mercado? Vai ser feita alguma coisa?

A **Sr.ª Presidente** voltou a referir que se algumas respostas não são dadas durante a reunião é porque não tem aqui todas as respostas.

b) Na última reunião solicitei o “Projeto de Natal”. Foi-me enviado um mail com uma proposta duma empresa e o respetivo orçamento de 73.300,00€, + IVA.

No mail fica claro que é isto o “projeto” da vereadora Célia, interpretando a estratégia da Sr.ª presidente do que considera essencial para o Natal. Ou seja, para a Sra. Presidente e a Sra. Vereadora um projeto resume-se a uma proposta duma empresa. É evidente que não havia qualquer projeto, onde definissem qual o propósito, que objetivos tinham, que planeamento, a quem pretendíamos chegar (se os comerciantes, se as crianças), que recursos envolvidos (pessoas, orçamentos, equipamentos, etc), quem fazia o controlo.

Foi tudo feito em cima do joelho, e assim foram nascendo coisas. Por exemplo neste pseudo projeto que recebemos não está a iluminação (€ 31.749,00). Será que não fazia parte do que a Sra Presidente considerava ser essencial para as celebrações de Natal? E o mercadinho (quiosques de madeira - € 15.750)?

Confesso que quando recebi este projeto receei que faltavam coisas, porque estava muito pobre. Mas era dito no mail que para a Sra Presidente e sua equipa é “da maior importância a transparência e a comunicação entre os membros eleitos”. Mas afinal Sra. Presidente onde está a transparência, quando o que fornece aos vereadores é uma ínfima parte daquilo que veio a fazer, e dos valores nem se fala. É esta comunicação para enganar os membros eleitos que a Sra. Presidente se refere?”

**A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:**

- Amigos de S. Pedro – espera que o executivo permanente os ouça, porque os Vereadores da oposição não são ouvidos, apesar das inúmeras intervenções. Já aqui disse que os moradores se sentem abandonados, e por isso estranha este fôlego de agora querer pensar o futuro. Ainda em maio aqui foram elencadas uma série de situações prementes, e o que foi feito? Atrave-se a dizer que nem uma foi resolvida.
- Sr. João Pereira – agradeceu o esclarecimento sobre o pagamento a 10 dias que foi convencionado com a empresa.
- A Câmara deve dar a mão e apoiar os clubes da Marinha Grande, que muitas vezes só são apoiados com a intervenção dos Vereadores da oposição.
- SCM – já não sabe mais o que dizer. Só quando a oposição faz barulho é que parece acontecer alguma coisa. Lamenta que a Sr.ª Vereadora tenha dito na última reunião de Câmara que o apoio ao SCM vinha a esta reunião e isso não tenha acontecido. É lamentável. Só pode dizer que a Sr.ª Vereadora lhe mentiu. Já sabe o que lhe vai responder: faltou um papel. A Sr.ª Presidente já o disse. Não compreende porque não se analisa tudo de uma vez e se diz ao clube tudo o que necessitam.

Tudo aquilo que já propôs, designadamente publicidade, não precisa de documentos. Considera tudo isto lamentável e só lhe apetece juntar a sua voz ao Sr. Andrade e dizer basta!

A Sr.ª Presidente tem um discurso que agrada a todos mas que não se concretiza na prática, com atos. É assim com S. Pedro, mas o que já foi feito?

Se é uma preocupação do executivo, o que já fez desde maio, nomeadamente para a reparação dos passeios? Isto chama-se vontade política. E ve-se no apoio à Protur para a passagem de ano, que é metade do apoio para a Praia da Vieira. É aqui, nos atos, que se vê se se quer fazer ou não, e o executivo permanente não quer fazer.

- Sr. Andrade – entende onde quer chegar, e é muito desgastante. Lembra-se da volta que deu com ele no anterior mandato, sobre a questão da mobilidade e dos passeios. Colocou a questão na Câmara e não aconteceu nada. E o mesmo se passou com a Resinagem. Foi um trabalho inglório, caiu tudo em “saco roto”, tal como aconteceu com o SCM.

Espera que estes desabafos não desanimem a Comissão de S. Pedro.

- Seguidamente pediu resposta às seguintes questões:
  - Rua Álvaro Domingues – já foi encontrada alguma solução?
  - Lombas para a Av.ª João Beare – já há uma solução?
  - Condições do atual mercado – pediu resposta a um e-mail que enviou há cerca de 4 /5 meses;
  - Edifício Veneza – qual o ponto de situação?
  - Sevlaires – qual o ponto de situação?
  - Sorep – já foram colocados os sinais?
- Subscreeveu as felicitações apresentadas pelo Sr. Vereador Aurélio Ferreira, e referiu que é com orgulho que vê o seu cunhado Nuno Domingues, que vem da escola do SCM, na lista dos melhores treinadores de hóquei em patins do mundo. Agora encontra-se em 2.º lugar, pelo que apelou ao voto de todos, por se tratar de um marinhense, o que orgulha a Marinha Grande.
- Terminou realçando o trabalho das pessoas que voluntariamente prestam um serviço público ao concelho, nomeadamente no desporto.

**Terminadas as intervenções dos Srs. Vereadores, a Sr.ª Presidente deu a palavra à Sr.ª Vereadora Célia Guerra, que respondeu o seguinte:**

- AAAF's e CAF's – entende que o concurso foi lançado atempadamente.
- As ementas são de empresas diferentes, porque foi outro concurso.
- Projeto Natal – houve reuniões com os técnicos para elaborar os cadernos de encargos para os concursos. A iluminação é um concurso à parte. As restantes atividades são de outro concurso.
- SCM – os documentos foram entregues em dezembro e deveriam ter sido em julho, como os outros clubes fizeram. O apoio não veio a esta reunião porque as candidaturas estão a ser avaliadas, como a Sr.ª Presidente disse.
- Protur – o valor atribuído corresponde à mesma percentagem do apoio para a Praia da Vieira.
- Regulamento – informou que está a trabalhar nele, e aguarda alguns contributos. A Sr.ª Presidente referiu que também aguarda os contributos dos Srs. Vereadores, que considera fundamentais.

**Relativamente às restantes questões, a Sr.ª Presidente respondeu o seguinte:**

- Pediu à Sr.ª Vereadora Mêlina Mira que lhe envie um e-mail, para depois colocar as suas questões ao ICNF.

- Apoio aos empresários – informou que a Câmara está disponível para essa ajuda. Não tem uma equipa mas tem uma pessoa que está habituada a fazer estas candidaturas.
- Escola dos Outeiros – a **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** informou que há uma reunião marcada com os Escuteiros para amanhã, na sua sede, e depois irão à Escola ver o que é necessário fazer naquele espaço.  
A **Sr.ª Presidente** informou que há muitos pedidos de instalações na Vieira, como é o caso da Casa Águia, CRPI, e agora os Escuteiros, porque não obtiveram a casa das matas. Falou com o ICNF para saber se há mais alguma casa da mata disponível. Foi informada de que a cedência terá que se enquadrar num projeto ambiental.  
Continua tudo em cima da mesa, na tentativa de encontrar um espaço para todas as entidades que o têm solicitado. Amanhã irá, com a **Sr.ª Vereadora**, aos Escuteiros, e depois irão às outras duas instituições. Posteriormente trará o assunto aqui à reunião para se decidir. Neste momento só há uma escola e três instituições que pedem um espaço.
- Rua 1.º de Dezembro, Moita – em resposta à **Sr.ª Vereadora Lara Lino**, a **Sr.ª Presidente** informou que vai ver, lamentando que a informação só lhe tenha chegado aqui na reunião.
- Questões do Sr. Vereador Aurélio sobre obras – a **Sr.ª Presidente** informou que o Sr. Vereador Carlos Caetano não está presente, por motivos graves, e por isso pediu que as questões sejam respondidas por ele, mais tarde.
- Passadeira na Av.ª José Gregório – vai ver, mas como é um assunto da área da delegação de competências do Sr. Vereador, será depois respondida.
- A **Sr.ª Presidente** terminou referindo que respeita todos os restantes comentários dos Srs. Vereadores, uma vez que são as suas opiniões.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A **Sr.ª Presidente** deu por concluído o período de antes da ordem do dia, interrompendo a reunião das 16:05 horas às 16:35 horas, para um breve intervalo.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Retomada a reunião, a **Sr.ª Presidente** informou que as jardineiras andam em S. Pedro a repor as zonas verdes e que os passeios também estão a ser reparados. A Câmara também está a fazer as reparações da Resinagem que são da sua responsabilidade.

Na sequência desta informação, a **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** pediu o envio do relatório das anomalias do edifício da Resinagem.

A **Sr.ª Presidente** informou que o vai pedir aos serviços, também para si, e que o irá enviar.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

## **ORDEM DO DIA**

### **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**

#### **GABINETE DE APOIO AOS ÓRGÃOS DE GESTÃO**

##### **1. Aprovação da ata n.º 39, da reunião ordinária do dia 26 de novembro de 2018**

1124 - Presente a ata n.º 39, da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 26 de novembro de 2018, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

**A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

##### **2. Aprovação da ata n.º 40, da reunião extraordinária do dia 29 de novembro de 2018**

1125 - Presente a ata n.º 40, da reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 29 de novembro de 2018, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

**A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Mêlina Mira, por não ter estado presente na referida reunião.**

### **DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

#### **FINANÇAS E TESOUREARIA**

##### **3. Resumo de Tesouraria do dia 04 de dezembro de 2018**

Presente o resumo da Tesouraria Municipal referente ao dia quatro de dezembro de dois mil e dezoito, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **16.197.560,88€** (dezasseis milhões, cento e noventa e sete mil, quinhentos e sessenta euros e oitenta e oito cêntimos).

**A Câmara tomou conhecimento.**

##### **4. Encerramento da conta bancária n.º 0035/0441.043004.130 da Caixa Geral de Depósitos**

1126 - Presente informação n.º 31RD/2018 de 04 de dezembro de 2018, referente à proposta de encerramento da conta bancária n.º 0035/0441.043004.130 da Caixa Geral de Depósitos, designada por POVT Overbooking, considerando que a candidatura que esteve na génese da sua abertura já se encontra concluída.

Considerando que nos termos do ponto 2.9.10.1.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, na sua redação atual, “(...) *A abertura de contas bancárias é sujeita a prévia deliberação do órgão executivo, devendo as mesmas ser tituladas pela autarquia e movimentadas simultaneamente pelo tesoureiro e pelo presidente do órgão executivo ou por outro membro em quem delegue (...)*”, subentendendo-se que o seu encerramento esteja sujeito à mesma condição.

**Face ao exposto, a Câmara Municipal delibera, nos termos do ponto 2.9.10.1.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, autorizar o encerramento da conta bancária n.º 0035/0441.043004.130 da Caixa Geral de Depósitos.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

#### **5. Encerramento da conta bancária n.º 0035/0441.044140.930 da Caixa Geral de Depósitos**

1127 - Presente informação n.º 32RD/2018 de 04 de dezembro de 2018, referente à proposta de encerramento da conta bancária n.º 0035/0441.044140.930 da Caixa Geral de Depósitos, designada por Fundo Ambiental, considerando que a candidatura que esteve na génese da sua abertura já se encontra concluída.

Considerando que nos termos do ponto 2.9.10.1.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, na sua redação atual, “(...) *A abertura de contas bancárias é sujeita a prévia deliberação do órgão executivo, devendo as mesmas ser tituladas pela autarquia e movimentadas simultaneamente pelo tesoureiro e pelo presidente do órgão executivo ou por outro membro em quem delegue (...)*”, subentendendo-se que o seu encerramento esteja sujeito à mesma condição.

**Face ao exposto, a Câmara Municipal delibera, nos termos do ponto 2.9.10.1.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, autorizar o encerramento da conta bancária n.º 0035/0441.044140.930 da Caixa Geral de Depósitos.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

#### **PATRIMÓNIO**

#### **6. Doação da peça Jarra de Cristal Lapidada e Gravada, destinado a integrar o acervo do Museu do Vidro.**

1128 - Presente informação n.º I/2109/2018 de 10 de agosto de 2018, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento - Área de Museus e Património Cultural, a informar que os Herdeiros de Idálio Gago dos Santos Silva, através do registo de entrada E/5785/2018, manifestaram a vontade de doar uma jarra de cristal lapidada e gravada, que poderá ter sido produzida na Nacional Fábrica de Vidro, na década de 1940/1950.

Atendendo à importância da obra para a valorização da coleção de arte contemporânea em vidro do Museu do Vidro, propõe-se a aceitação da doação e a integração da peça no acervo do Museu do Vidro para fins exclusivamente museológicos.



A peça foi valorizada pela autora no valor total de 1 500.00€.

**A Câmara Municipal analisou a informação e delibera, ao abrigo da alínea j) do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, aceitar a doação da jarra de cristal lapidada e gravada, pelo valor de 1 500.00 Euros, destinada a integrar o acervo do Museu do Vidro.**

**A presente deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

## **7. Doação de 90 livros do Dr. Fernando de Jesus da Luz, para a Biblioteca Municipal**

1129 - Presente informação nº I/2294/2018 de 4 de setembro de 2018, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento - Biblioteca Municipal, a informar que o Sr. Dr. Fernando de Jesus da Luz, através do registo de entrada E/110/2018, manifestou a vontade de doar um conjunto de 90 livros a seguir descriminados:

N.º	AUTOR	TÍTULO	LOCAL EDIÇÃO E EDITOR	ANO DE EDIÇÃO	VALOR PATRIMONIAL
1	A.Arala Pinto	O Pinhal do Rei: Subsídios I e II Vols.	Alcobaça: Oficina de José de Oliveira Júnior	1938-1939	325,00 €
2	A.Arala Pinto	Duas dívidas: D. Denis e o nacionalismo de Afonso Lopes Vieira	Leiria: Comissão Municipal de Turismo	1952	20,00 €
3	A.Arala Pinto	A tradição no progresso do distrito de Leiria	Marinha Grande: Edição do autor	1945	20,00 €
4	Afonso Lopes Vieira	Para quê?	Coimbra: F. França Amado	1897	80,00 €
5	Afonso Lopes Vieira	Náufrago: versos lusitanos	Lisboa: António Maria Pereira	1898	60,00 €
6	Afonso Lopes Vieira	Auto de "Sebenta"	Coimbra: Comissão Académica do Centenário	1899	50,00 €
7	Afonso Lopes Vieira	O meu adeus	Lisboa: Companhia Nacional	1900	40,00 €
8	Afonso Lopes Vieira	O poeta saudade	Coimbra: F. França Amado	1901	50,00 €
9	Afonso Lopes Vieira	Marques	Lisboa: Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso	1904	45,00 €
10	Afonso Lopes Vieira	Conto de Natal	Lisboa: Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso	1905	25,00 €
11	Afonso Lopes Vieira	O encoberto	Lisboa: Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso	1905	70,00 €
12	Afonso Lopes Vieira	Ar livre	Lisboa: Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso	1906	80,00 €
13	Afonso Lopes Vieira	O pão e as rosas	Lisboa: Livraria Ferreira	1908	60,00 €
14	Afonso Lopes Vieira	O povo e os poetas portugueses	Lisboa: A Editora	1910	20,00 €
15	Afonso Lopes Vieira	Rosas bravas	Lisboa: A Editora	1911	25,00 €
16	Afonso Lopes Vieira	Canções do vento e do sol	Lisboa: A Editora	1911	35,00 €
17	Afonso Lopes Vieira	A João de Deus	Coimbra: F. França Amado	1911	15,00 €
18	Afonso Lopes Vieira	Bartolomeu Marinheiro	Lisboa: Livraria Ferreira	1912	50,00 €

19	Afonso Lopes Vieira	Gil Vicente: conferência realizada no serão Vicentino	Lisboa: Livraria Ferreira	1912	15,00 €
20	Afonso Lopes Vieira	Inês de castro na poesia e na lenda	Alcobaça: Oficina de A.M. Oliveira	1913	30,00 €
21	Afonso Lopes Vieira	A campanha vicentina	Lisboa: A Editora	1914	40,00 €
22	Afonso Lopes Vieira	A poesia dos painéis de S. Vicente	Lisboa: Amigos do Museu	1914	25,00 €
23	Afonso Lopes Vieira	Poesias sobre as cenas infantis de Schumann	Lisboa: A Editora	1915	45,00 €
24	Afonso Lopes Vieira	O canto coral e o Orfeão de Condeixa	Lisboa: A Editora	1916	15,00 €
25	Afonso Lopes Vieira	Ilhas de bruma	Coimbra: F. França Amado	1917	35,00 €
26	Afonso Lopes Vieira	Cancioneiro de Coimbra	Coimbra: F. França Amado	1918	45,00 €
27	Afonso Lopes Vieira	Crisfal	Lisboa: Valentim de carvalho	1920	20,00 €
28	Afonso Lopes Vieira	Ao soldado desconhecido (morto em frança)	Lisboa: Imp. Libanio da Silva	1921	15,00 €
29	Afonso Lopes Vieira	País Lilás, desterro azul	Lisboa: Sociedade Editora Portugal- Brasil	1922	30,00 €
30	Afonso Lopes Vieira	Em demanda do Graal	Lisboa: Imp. Libanio da Silva	1922	40,00 €
31	Afonso Lopes Vieira	O romance de Amadis	Lisboa: Sociedade Editora Portugal- Brasil	1922	35,00 €
32	Afonso Lopes Vieira	Da reintegração dos primitivos portugueses	Lisboa: Amigos do Museu	1923	20,00 €
33	Afonso Lopes Vieira	A Diana de Jorge de Montemor	Lisboa: Sociedade Editora Portugal- Brasil	1924	30,00 €
34	Afonso Lopes Vieira	Os versos de Afonso Lopes Vieira	Lisboa: Sociedade Editora Portugal- Brasil	1927	25,00 €
35	Afonso Lopes Vieira	O poema de Cid	Lisboa: Sociedade Editora Portugal- Brasil	1929	25,00 €
36	Afonso Lopes Vieira	Santo António	Lisboa: Sociedade Editora Portugal- Brasil	1932	75,00 €
37	Afonso Lopes Vieira	O conto de Amadiz de Portugal para os rapazes portugueses	Lisboa: Sociedade Editora Portugal- Brasil	1938	40,00 €
38	Afonso Lopes Vieira	Onde a terra começa e o mar se acaba	Lisboa: Sociedade Editora Portugal- Brasil	1940	30,00 €
39	Afonso Lopes Vieira	O carácter de Camões	Lisboa: Sociedade Editora Portugal- Brasil	1940	25,00 €
40	Afonso Lopes Vieira	Nova demanda do Graal	Lisboa: Sociedade Editora Portugal- Brasil	1942	35,00 €
41	Afonso Lopes Vieira	Branca-flor e frei malandro	Lisboa: Livraria Sá da Costa	1947	25,00 €
42	Afonso Lopes Vieira	Poesias escolhidas: 1898-1902	Lisboa: Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso	1904	80,00 €
43	Afonso Lopes Vieira	Animais nossos amigos	Lisboa: Sociedade Editora Portugal- Brasil	1931	50,00 €
44	Afonso Lopes Vieira	Conto infantil	Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade	1931	40,00 €
45	Afonso Lopes Vieira	O conto de Amadis de Portugal para os rapazes portugueses	Lisboa: Livraria Bertrand	{19__?}	30,00 €

46	Afonso Lopes Vieira	A fé e o império	Lisboa: Afonso Lopes Vieira	1933	50,00 €
47	Afonso Lopes Vieira	A paixão de Pedro o Cru	Lisboa: Livraria Sá da Costa	1943	30,00 €
48	Afonso Lopes Vieira	A última obra do poeta Afonso Lopes Vieira	Lisboa: Serviços culturais dos CTT	1948	20,00 €
49	Afonso Lopes Vieira	Exposição bibliográfica de Afonso Lopes Vieira	Lisboa: Grupo Amigos de Lisboa	1962	15,00 €
50	Afonso Lopes Vieira	In Memoriam, Fascículo "Imagens de Afonso Lopes Vieira" por Afrânio Peixoto	Lisboa: Livraria Sá da Costa	1947	150,00 €
51	Afonso Lopes Vieira (adp. e prólogo)	Gil Vicente: Auto da barca do inferno	Lisboa: A Editora	1911	20,00 €
52	Afonso Lopes Vieira (Compilação e pref.)	Autos de Gil Vicente	Porto: Renascença Portuguesa	1916	17,50 €
53	Afonso Lopes Vieira e Honorina de Moraes	Quatro canções	Edição de autores	{19__?}	40,00 €
54	Afonso Lopes Vieira e outros	Poesias de antigos estudantes inspiradas em Coimbra	Coimbra: edição de autores	{19__?}	10,00 €
55	Alfrdo Gândara	As raízes da obra de Afonso Lopes Vieira	Marinha Grande: Comissão Municipal de Turismo	1953	7,00 €
56	António Vitorino	Praia da Vieira: sua pena e sua glória	Lisboa: António Vitorino	1950	25,00 €
57	António Vitorino	Gente da Vieira: novelas	Lisboa: António Vitorino	{19__?}	15,00 €
58	Carvos Vitorino da Silva Barros	Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande: Il Centenário 1769-1969	Lisboa: Fábrica Escola Irmãos Stephens	1969	120,00 €
59	Francisco Rodrigues Lobo	Obras políticas, e pastoriz, I e II Vols.	Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues	1774	150,00 €
60	Francisco Rodrigues Lobo	O desenganado	Lisboa: António Alvarez Impressor Del Rey	1651	100,00 €
61	Francisco Rodrigues Lobo	Primavera	Lisboa: António Alvarez Impressor Del Rey	1651	75,00 €
62	Francisco Rodrigues Lobo	O condestabre de portugal: D. Nuno Álvares Pereira	Lisboa: Officina de Joze da Silva Nazaré	1785	75,00 €
63	Francisco Rodrigues Lobo	Corte na Aldeia & obras pastorais	Lisboa: Officina de Joam Antunes Pedrozo & Francisco Xavier de Andrade	1722	150,00 €
64	Francisco Rodrigues Lobo	O pastor peregrino & desenganado	Lisboa: Officina de Mathias Pereyra da Sylva & Joam Antunes Pedrozo	1721	150,00 €
65	Francisco Rodrigues Lobo	Corte na Aldeia e noites de inverno	Lisboa: Pedro Crasbecck Impressor del Rey	1630	200,00 €
66	Francisco Rodrigues Lobo	As eglogas	Lisboa: Empresa Diário de Notícias	1924	60,00 €
67	Francisco Rodrigues Lobo	Obras políticas moraes e métricas	Lisboa: Officina Ferreyriana	1723	250,00 €
68	Francisco Rodrigues Lobo	Poesias	Lisboa: Livraria Sá da Costa	1940	15,00 €
69	Francisco Rodrigues Lobo	Côrte na Aldeia	Lisboa: Livraria Sá da Costa	1945	15,00 €

70	Francisco Tomé Feteira	Na senda do passado	Lisboa: Francisco Tomé Feteira	1968	20,00 €
71	Gustavo de Matos Sequeira	Inventário artístico de Portugal: Distrito de Leiria	Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes	1955	150,00 €
72	Henrique Galvão	O poeta Lopes Vieira em África e o seu relatório	Lisboa: edição de autor	1932	20,00 €
73	João de Deus	O livro de amor	Lisboa: Imprensa Portugal-Brasil	1930	30,00 €
74	Joaquim Barosa	Memórias da Marinha Grande	Leiria: Imprensa Comercial (à Sé)	1912	200,00 €
75	José Loureiro Botas	Barco sem âncora	Lisboa: Portugalígia	1963	10,00 €
76	José Loureiro Botas	Litoral a Oeste	Lisboa: Portugalígia	1944	10,00 €
77	José Loureiro Botas	Frente ao mar	Lisboa: Portugalígia	1944	17,50 €
78	José Loureiro Botas	Maré alta: contos	Lisboa: José Loureiro Botas	1952	10,00 €
79	José Loureiro Botas	Nasci à beira do mar: versos	Lisboa: Portugalígia	1959	7,50 €
80	Raul Lino	Afonso Lopes Vieira: palavras lidas na sessão de homenagem ao poeta	Lisboa: Bertrandd	1947	20,00 €
81	Sebastião Bettamio Almeida	Relatório sobre a Fábrica Nacional de Vidros da Marinha Grande	Lisboa: Imprensa Nacional	1860	120,00 €
82	Soror Mariana Alcoforado	Cartas de Soror Mariana	Lisboa: livraria Bertrand	1941	37,50 €
83	Sosa Viterbo	O instituto: revista científica e litterária	Coimbra: Imprensa da Universidade	1902-1903	100,00 €
84	Vasco Valente	O vidro em Portugal	Porto: Portucalense Editora	1950	320,00 €
85	Vergílio Guerra Pedrosa	O pinheiro de "El-Rei" D. Diniz	Lisboa: Vergílio Guerra Pedroso	1937	27,50 €
86	Vergílio Guerra Pedrosa	Entre mar e terra	Lisboa: Vergílio Guerra Pedroso	1933	10,00 €
87	Vergílio Guerra Pedrosa	O mar, o Lis e a floresta de Vieira de Leiria	Lisboa: edição de autor	1942	5,00 €
88		A biblioteca municipal Dr. Afonso Lopes Vieira e 25º aniversário da morte do grande poeta leiriense	Leiria: Câmara Municipal	{19--?}	10,00 €
89		Revista ilustração: Contém fotografias de Afonso Lopes Vieira		1927	4,00 €
90		Marinha Grande - folheto turístico	Lisboa: Rotep	1957	15,00 €
					<b>TOTAL 4.893,50 €</b>

Atendendo ao reconhecido valor patrimonial, literário e de interesse científico dos livros, propõe-se a aceitação da doação e a integração no acervo bibliográfico da Biblioteca Municipal.

**A Câmara Municipal analisou a informação e delibera, ao abrigo da alínea j) do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, aceitar a doação de 90 livros do Dr. Fernando de Jesus da Luz, pelo valor de 4.893,50 Euros, destinada a integrar o acervo bibliográfico da Biblioteca Municipal.**

**A presente deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

#### 8. Doação de equipamento à Escola EB da Fonte Santa.

1130 - Presente informação da Área de Património nº I/2335/2018, de 11/09/2018, na qual é proposta a aceitação por parte desta autarquia, de bens adquiridos pela Associação de Pais da Escola EB da Fonte Santa, conforme quadro que se segue:

Descrição do equipamento		Quant.	Valor (€)	Fatura	Afetação
1	TABLET LENOVO TAB.4 10" TB-X304F 16 GB PRETO-ZA2J0030SE. S/N: HADW1F53, HADW1P14, HADW1VQZ, HADW1VSY	4	713.40€	Fatura 13552/18010 12577	ESCOLA EB FONTE SANTA
2	TECLADO+CAPA 1 LIFE TA:FOLD 10" MICRO USB-1IFETAFOLD10. S/N: 201711022207, 201711022208, 201801072784, 201801072785	4	73.80€		
3	HIBRIDO LENOVO MILX 320 10.1" 320-10ICR-669-80XF001HPG. S/N: SP201K8KN, SP201K89U	2	492.00€		
TOTAL			1 279.20€		

A Câmara Municipal analisou a informação e atendendo a que estes equipamentos contribuem para a melhoria das condições de funcionamento do referido Estabelecimento de Ensino, delibera, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aceitar a doação dos equipamentos acima identificados.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira propôs o seguinte:

*"Para estas três processos de doações, proponho que o executivo faça um agradecimento público a estas pessoas, numa carta assinada por todos os membros do executivo."*

#### DIVISÃO DE QUALIDADE DE VIDA

##### OBRAS MUNICIPAIS

#### 9. Receção provisória - Beneficiação da Rua do Repouso - 2ª fase - Concurso Público n.º 04/2018

1131 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente Auto de Receção Provisória da obra "Beneficiação da Rua do Repouso - 2ª Fase - Concurso público n.º 04/2018", adjudicada por deliberação camarária, de dois de abril de dois mil e dezoito, à empresa "Construções António Leal, SA.", pelo valor de 259.935,05 € (duzentos e cinquenta e nove mil, novecentos e trinta e cinco euros e cinco cêntimos).

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que a obra foi executada de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber provisoriamente a obra antes enunciada, de acordo e para os efeitos do previsto no artigo 395º. do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**10. Requalificação da Rua da Vitória – Cedência de 209,20m<sup>2</sup> de terreno da empresa Medidajustada - Construção Civil Unipessoal, Ld.<sup>a</sup>**

A **Sr.<sup>a</sup> Vereadora Lara Lino** não participou na discussão e votação deste assunto, tendo comunicado o seu impedimento, nos termos do artigo 69.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, por ter interesse no procedimento.

A **Sr.<sup>a</sup> Presidente** declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4, do mencionado Código.

1132 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Para a requalificação da Rua da Vitória, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de terreno necessário do prédio urbano propriedade da empresa Medidajustada - Construção Civil, Ld.<sup>a</sup>, NIPC 514 138 947, que confronta a Norte com Rua da Vitória, a Sul com José Alves, a Nascente e a Poente com J.C.L. Imobiliária, Ld.<sup>a</sup>, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 18640. A empresa proprietária do imóvel concordou com a cedência do terreno de 209,20m<sup>2</sup> sem contrapartidas.

A Câmara depois de analisar o assunto delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 209,20m<sup>2</sup>, do prédio urbano de que é proprietária a empresa Medidajustada - Construção Civil, Ld.<sup>a</sup>, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 18640, que confronta a Norte com Rua da Vitória, a Sul com Medidajustada - Construção Civil, Ld.<sup>a</sup>, a Nascente com J.C.L. Imobiliária, Ld.<sup>a</sup> e a Poente com Medidajustada - Construção Civil, Ld.<sup>a</sup>, para a requalificação da Rua da Vitória, que passa a integrar o domínio público, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pelo Sr. Vereador Carlos Caetano, e que aqui se dá por reproduzida, devendo o proprietário, na sequência desta cedência, promover a atualização da respetiva área junto dos serviços públicos competentes.

**Mais delibera emitir a correspondente certidão.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**11. Requalificação da Rua da Vitória – Cedência de 287,50m<sup>2</sup> de terreno da empresa Medidajustada - Construção Civil Unipessoal, Ld.<sup>a</sup>**

A **Sr.<sup>a</sup> Vereadora Lara Lino** não participou na discussão e votação deste assunto, tendo comunicado o seu impedimento, nos termos do artigo 69.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, por ter interesse no procedimento.

A **Sr.<sup>a</sup> Presidente** declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4, do mencionado Código.

1133 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Para a requalificação da Rua da Vitória, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de terreno necessário do prédio urbano propriedade da empresa Medidajustada - Construção Civil, Ld.<sup>a</sup>, NIPC 514 138 947, que confronta a Norte com Rua da Vitória, a Sul com José Alves, a Nascente com J.C.L. Imobiliária, Ld.<sup>a</sup> e a Poente com Helena Cotovia Fernandes, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 20348. A empresa proprietária do imóvel concordou com a cedência do terreno de 287,50m<sup>2</sup> sem contrapartidas.

**A Câmara depois de analisar o assunto delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 287,50m<sup>2</sup>, do prédio urbano de que é proprietária a empresa Medidajustada - Construção Civil, Ld.<sup>a</sup>, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 20348, que confronta a Norte com Rua da Vitória, a Sul com Medidajustada - Construção Civil, Ld.<sup>a</sup>, a Nascente com Medidajustada - Construção Civil, Ld.<sup>a</sup> e a Poente com Helena Cotovia Fernandes, para a requalificação da Rua da Vitória, que passa a integrar o domínio público, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pelo Sr. Vereador Carlos Caetano, e que aqui se dá por reproduzida, devendo o proprietário, na sequência desta cedência, promover a atualização da respetiva área junto dos serviços públicos competentes.**

**Mais delibera emitir a correspondente certidão.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

## **DIVISÃO DE MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO**

### **BALCÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE**

#### **12. Aplicação do novo Regulamento de Relações Comerciais dos Serviços de Águas e Resíduos**

**A Sr.<sup>a</sup> Presidente** explicou a razão da apresentação desta proposta.

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira colocou as seguintes dúvidas:**

*“Porque não se aplicam as orientações da ERSAR desde 2010?*

*Em dezembro do ano passado, aquando da discussão do orçamento 2018, propus que atribuíssemos um período (3 ou 4 meses) em que não se aplicavam tarifas para ligação dos ramais de águas residuais. Nada mais estava a propor do que são as recomendações da ERSAR. No entanto, passou um ano e nada foi feito. Agora vem a ERSAR, num Regulamento exigindo que façamos “à bruta”, tudo porque não seguimos as orientações da ERSAR.”*

**Para uma explicação técnica mais detalhada, a Sr.<sup>a</sup> Presidente solicitou a presença da Chefe da Divisão de Modernização e Capacitação, Dr.<sup>a</sup> Lina Frazão.**

**A Dr.<sup>a</sup> Lina Frazão** informou que já havia uma recomendação desde 2009.

Houve um período transitório de 5 anos para os municípios se adaptarem. O nosso tarifário é de 2010 e não absorveu todas as isenções. Neste momento não é possível isentar, porque para isso é necessário alterar o regulamento.

Outra questão são as taxas de recursos hídricos (TRH) e a taxa de gestão de resíduos (TGR), que deveriam ser cobradas aos munícipes, uma desde 2006 e outra desde 2007, mas que a Câmara decidiu absorver para si.

Em 2014 foi feito um estudo do Professor Levy para alteração do regulamento, que implicava o aumento das tarifas, e que os Srs. Vereadores não aceitaram. Há uma parte da fatura que não foi paga porque a sequência do processo, com a análise da ERSAR e posteriormente com a incorporação das eventuais alterações, implicava o retomar do trabalho pelo Professor Levy.

Na altura, em 2014, a Câmara tinha 5 anos para fazer as alterações. Agora não sabe se a ERSAR nos dá esses 5 anos, porque seria até 2019.

A **Sr.ª Presidente** referiu que aquilo que a Câmara tem estado a fazer, em termos de taxas de água e saneamento, é uma subsidiação aos seus munícipes.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** disse que a sua posição é não fazer o aumento. Se for necessário aumentar a água terá sempre o seu voto contra, e se for preciso convocará toda a população. Isto é a autonomia do poder local, e com esta argumentação estará na linha da frente. A CMMG é que sabe o que quer cobrar aos seus munícipes.

A **Sr.ª Presidente** referiu que isto foi assumido pela Câmara, não aumentar a água aos seus munícipes. O assunto terá que ser analisado mais profundamente. A água paga os custos da água mas não paga o saneamento, que vem dos cofres da autarquia, daí a rede de saneamento não avançar tão depressa como se gostaria. Mas agora é nesta proposta que se devem centrar as atenções.

Seguiu-se a discussão sobre a isenção da taxa de ligação do saneamento, já abordada anteriormente pelo MpM e pela CDU, porque os valores são demasiado elevados e as pessoas não se ligam por dificuldades económicas.

A **Dr.ª Lina Frazão** referiu que a isenção foi discutida mas isso implicava uma alteração das tarifas e do regulamento. O que se está agora a propor é uma espécie de regime transitório, para a futura alteração ao regulamento, porque aquilo que na altura era uma recomendação da ERSAR agora é um regulamento.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** disse que lhe parece que a situação de agora é a mesma da altura e que já se poderia ter resolvido.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** perguntou como se vai fazer chegar esta informação aos munícipes.

A **Sr.ª Presidente** referiu que será através da fatura de água, com uma mensagem direccionada a quem não está ligado e que o pode fazer.  
Todos os Srs. Vereadores concordaram.

**Seguidamente a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:**

1134 - Considerando os argumentos aduzidos na I/3026/2018, de 26 de novembro, que para todos os efeitos se dão por reproduzidos.

Considerando que a ERSAR tem por missão, no quadro dos respetivos Estatutos, aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março, a regulação e a supervisão dos sectores dos serviços



de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos.

Considerando que as atribuições e competências da ERSAR encontram-se definidas nos respetivos Estatutos e desenvolvidas no quadro dos regimes jurídicos dos serviços multimunicipais e municipais, consagrados nos Decretos-Leis n.os 92/2013, de 11 de julho, 96/2014, de 25 de junho, 294/94, de 16 de novembro, 319/94, de 24 de dezembro e 162/96, de 4 de setembro, com a redação em vigor, bem como nos Decretos-Leis n.os 90/2009, de 9 de abril e 194/2009, de 20 de agosto e ainda no regime da qualidade da água destinada ao consumo humano constante do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto e do Decreto-Lei n.º 23/2016, de 3 de junho.

Considerando que compete à ERSAR elaborar e aprovar regulamentos, nomeadamente no que respeita a tarifários.

Considerando que foi aprovado o Regulamento de Relações Comerciais dos Serviços de Águas e Resíduos (Regulamento n.º 594/2018), doravante abreviadamente designado de RRCSAR.

Considerando que o RRCSAR acolhe a recomendação da ERSAR e isenta de tarifas a execução e respetiva ligação dos ramais domiciliários (até 20 metros), assim como impede a faturação de serviços associados à celebração do contrato de fornecimento e de recolha e à colocação de contador.

Considerando que o Regulamento de Tarifas de Distribuição de Água do Concelho da Marinha Grande e o Regulamento de Tarifas de Drenagem de Águas Residuais, respetivamente no artigo 6.º e 5.º, preconizado para garantir a sustentabilidade da exploração, continua a repercutir sobre o consumidor os respetivos custos, mantendo a cobrança de tarifas na execução dos ramais de água e/ou sistema público de drenagem de águas residuais e na contratualização do serviço, quer seja a título de ligação do consumo, quer seja para colocação do contador (artigo 5.º n.º 3 e 4 do Regulamento de Tarifas de Distribuição de Água do Concelho da Marinha Grande).

Considerando que a incidência de tarifas na execução de ramais, na ligação do sistema público ao sistema predial, na celebração ou alteração de contrato de fornecimento de águas e na instalação de contador individual contraria as disposições do RRCSAR.

**A Câmara Municipal delibera, no uso da competência atribuída pelo artigo 33.º, n.º 1, alínea e) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, determinar:**

- a) A inaplicabilidade do artigo 6.º do Regulamento de Tarifas de Distribuição de Água do Concelho da Marinha Grande e artigo 5.º do Regulamento de Tarifas de Drenagem de Águas Residuais, com o objetivo de suspender a cobrança aos utentes das tarifas pela execução dos ramais de água e/ou sistema público de drenagem de águas residuais, transitoriamente, até que seja assegurada a conformidade do regulamento de serviços e respetivo tarifário.**
- b) A inaplicabilidade dos artigo 5.º n.º 3 e 4 do Regulamento de Tarifas de Distribuição de Água do Concelho da Marinha Grande relativos às tarifas pela contratualização do serviço, quer seja a título de ligação do consumo, quer seja para colocação do contador, provisoriamente e até que estes custos sejam suportados pelas tarifas fixas e variáveis, a incorporar em sede de alteração do respetivo tarifário.**

**A presente deliberação foi aprovada por unanimidade e em minuta.**

### **13. Isenção do pagamento de taxas**

1135 - A Sra. Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

A **Biblioteca de Instrução e Recreio Praia da Vieira**, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para a comemoração da passagem de ano 2018/2019;
- Licença para instalação e funcionamento de recinto improvisado;
- Emissão de parecer para o lançamento de artefactos pirotécnicos;
- Autorização para a utilização das vias públicas para a realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal
- Publicidade alusiva ao evento

Presente a informação nº 76/AF de 05 de dezembro de 2018, fundamentada de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

**Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente à atividade identificada, isentar a Biblioteca de Instrução e Recreio Praia da Vieira, do pagamento das taxas devidas pela emissão da licença de ruído, da licença para instalação e funcionamento de recinto improvisado, da emissão de parecer para o lançamento de artefactos pirotécnicos, da autorização para a utilização das vias públicas para a realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal e da licença de publicidade.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

## **DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO**

### **PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO**

**14. “Projeto de reabilitação integral de edifício para apoio aos equipamentos instalados no Património Stephens ” - Aprovação do estudo prévio**

**Os Srs. Vereadores do MpM fizeram os seguintes comentários:**

- a) *O projeto é para um edifício de apoio ao património Stephens, não estando por isso vinculado a uma utilização específica, como foi referido na reunião destinando-se a uma concessão de restaurante ou cafetaria.*
- b) *A nosso ver ainda bem, porque abre possibilidades para um uso diverso e mais polivalente, no entanto esta indefinição é contraproducente, pois mais uma vez se realiza uma obra municipal para um equipamento público sem um uso planeado e sustentado numa intenção clara e objetiva em resposta a uma necessidade concreta.*
- c) *Sendo certo que faz sentido um equipamento de apoio ao Parque da Cerca, a forma como está pensado não se relaciona com o parque, uma vez que se esconde por detrás das ruínas. Esta opção arquitetónica é acertada dada a natureza arqueológica e do património que se pretende preservar.*
- d) *Como equipamento de apoio à Biblioteca, Museu do Vidro e o que virá a ser construído na antiga FEIS, fará sentido ???...como cafetaria pensamos que não, uma vez que já existe uma concessão junto ao Museu do Vidro. Como restaurante é um negócio arriscado, mas quem sabe,...*
- e) *Poderá vir a ser um equipamento cultural, para realização de jornadas culturais, workshops, eventos, receções??? O certo é que terá uma cozinha totalmente equipada, e por isso a nossa sugestão seria: existe a confraria da Sopa do Vidreiro, pensando na possibilidade de criar um Museu vivo sobre a indústria do vidro, pensando na possibilidade de no futuro se realizar uma recriação histórica sobre a época do Stephens (ideia para a FEIS), poderia este espaço ser utilizado por esta entidade para promover este prato histórico, mas poderia ser também para promover uma das sete maravilhas gastronómicas “O Arroz de Marisco” em eventos anuais programados tipo festival: Festival da Sopa do Vidreiro, Festival do Arroz de Marisco, Festival do Licor de Leite, Festival do bolo de pinhão, Festival da Compota de Camarinha. Um equipamento dedicado à divulgação da gastronomia local.*
- f) *Quanto ao projeto de arquitetura em si, reiteramos que a proposta é adequada ao local e dada a sua reversibilidade, não hipoteca o futuro.”*

A **Sr.ª Presidente** solicitou a presença do **Arqt.º Miguel Figueiredo**, que explicou o projeto.

**Seguidamente a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:**

1136 - Presente Informação n.º MF/71/2018, da Divisão de Gestão do Território, datada de 04 de dezembro de 2018, que se dá por integralmente reproduzida e fica anexa, propondo a aprovação do estudo prévio para a “PROJETO DE REABILITAÇÃO INTEGRAL DE EDIFÍCIO PARA APOIO AOS EQUIPAMENTOS INSTALADOS NO PATRIMÓNIO STEPHENS”, localizada na freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presentes os seguintes projetos em fase de estudo prévio:

- Arquitetura;
- Estruturas, estabilidade e fundações;
- Instalações, equipamentos e sistemas de abastecimento de água;
- Instalações, equipamentos e sistemas de drenagem de águas pluviais;
- Instalações, equipamentos e sistemas de drenagem de águas residuais;
- Instalações, equipamentos e sistemas elétricos;
- Instalações, equipamentos e sistemas de comunicação;
- Instalações, equipamentos e sistemas de SCIE;
- Instalações e equipamento de distribuição de gás;
- Instalações e equipamentos mecânicos de ventilação e climatização
- Estudo de comportamento acústico;
- Estimativa orçamental.

O presente projeto de execução assegura o cumprimento integral das disposições contidas no Código de Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, assim como o estipulado na portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho e outras normas técnicas e legislação em vigor.

**Deste modo, a Câmara Municipal analisou a informação anexa e todos os elementos apresentados, e acordo com o disposto no artigo 33º, n.º 1, alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibera aprovar o estudo prévio do “PROJETO DE REABILITAÇÃO INTEGRAL DE EDIFÍCIO PARA APOIO AOS EQUIPAMENTOS INSTALADOS NO PATRIMÓNIO STEPHENS ”, localizada na freguesia e concelho da Marinha Grande.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**15. “Projeto de reabilitação do espaço público no Bairro Municipal de Casal de Malta” - PA n.º 22/2018 - Aprovação do estudo prévio**

1137 - Presente Estudo prévio elaborado para o Projeto de reabilitação do espaço público no Bairro Social de Casal de Malta”, freguesia e concelho da Marinha Grande, elaborado pela empresa CERTIPLAN, SERVIÇOS PARA O IMOBILIÁRIO S.A., na sequência do procedimento de concurso público, PA 22/2018.

Presente Informação técnica, com as referências n.º IA/24/2018, da Divisão de Ordenamento do Território, datada de 02 de julho, propondo a aprovação do Estudo prévio relativo ao “Projeto de reabilitação do espaço público no Bairro Municipal de Casal de Malta, na freguesia da Marinha Grande, concelho da Marinha Grande, condicionada à efetiva e cabal resolução, em fase de desenvolvimento dos projetos de execução dos problemas identificados, à qual foram anexadas as informações técnicas elaboradas em sede de análise dos estudos prévios e que dela fazem parte integrante e as quais foram, em tempo útil, remetidas à empresa;

Presente Informação técnica, com a referência n.º IA/42/2018, da Divisão de Ordenamento do Território, datada de 05 de dezembro de 2018, propondo a aprovação do Estudo prévio respeitante ao “Projeto de reabilitação do espaço público no Bairro Municipal de Casal de Malta, na freguesia da Marinha Grande, concelho da Marinha Grande;

**A Câmara Municipal analisou o estudo prévio e as informações técnicas que o acompanham e, considerando que:**

- **O estudo prévio apresentado observa as normas legais e regulamentares aplicáveis à operação urbanística em análise e que o mesmo contempla o estipulado para as respetivas especialidades na portaria n.º 701-H/2008 de 29 de Julho;**
- **A resolução das questões suscitadas na análise efetuada pelos serviços está a ser assegurada em fase de desenvolvimento dos projetos de execução.**

**Delibera, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Estudo prévio elaborado para o Projeto de reabilitação do espaço público no Bairro Social de Casal de Malta”, freguesia e concelho da Marinha Grande, elaborado pela empresa CERTIPLAN, SERVIÇOS PARA O IMOBILIÁRIO S.A., na sequência do procedimento de concurso público, condicionado**

**á efetiva e cabal resolução dos problemas identificados no estudo prévio apresentado, o que está a ser garantido em sede de desenvolvimento dos projetos de execução.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**16. “Requalificação arquitetónica e energética do edifício da Biblioteca Municipal ” - Aprovação do projeto de execução**

**Os Srs. Vereadores do MpM fizeram os seguintes comentários:**

*“O projeto que vai ser implementado, baseia-se no pressuposto da melhoria da eficiência energética do edifício. Qualquer construção destinada a habitação deve obedecer a um projeto de especialidade designado “Projeto de comportamento térmico do edifício”, que resulta em fase de projeto de um pré-certificado energético emitido pela ADENE, que estabelece o conjunto de critérios, características e propriedades dos materiais e dos sistemas construtivos e equipamentos que levam à classificação do edifício em matéria de eficiência energética, A, B, C... . Este projeto de especialidade, resulta de um conjunto de cálculos e predicados rigorosos que implicam a aplicação de um determinado material de isolamento, a sua espessura mínima, a potência do equipamento, o tipo de energia utilizado, etc. O cumprimento de critérios em projeto, resulta no final de uma certificação energética emitida pela ADENE, que nos diz se o edifício é mais ou menos eficiente do ponto de vista energético e do seu comportamento térmico.*

*Para edifícios existentes com a natureza e idade do edifício da biblioteca, a legislação dispensa legalmente o cumprimento desta normativa, no entanto, sendo um edifício público e um equipamento municipal de referência, deveria ter-se seguido um critério de exigência e qualidade, planificando uma intervenção baseada num estudo de comportamento térmico do edifício, ainda que não exigível por lei.*

*Na documentação enviada, desde o projeto de arquitetura às restantes especialidades, não constam qualquer estudo deste tipo. Qual a classificação energética que o edifício depois de intervencionado terá?*

*O conjunto de intervenções e equipamentos que serão instalados e que estão enunciados no projeto, empiricamente trarão melhorias significativas ao edifício, no entanto não existiu ou pelo menos não é referido qualquer instrumento técnico (projeto específico – PROJECTO DE COMPORTAMENTO TÉRMICO DO EDIFÍCIO) que possa comprovar que o que vai ser executado seja o adequado.*

*Regista-se ainda uma incongruência entre o material que é prescrito para o isolamento da cobertura, na memória descritiva da arquitetura é referida a aplicação de “poliestireno extrudido” tipo “Roof-mate” e no Mapa de trabalhos e quantidades é referido que será aplicada “Lã mineral”, se é certo que os dois materiais têm sensivelmente as mesmas propriedades térmicas, também é certo que o “poliestireno extrudido” tem uma resistência térmica ligeiramente superior à lã de rocha, (a lã de rocha se ficar molhada, por algum problema de impermeabilização do telhado ou condensação, torna-se um condutor térmico diminuindo drasticamente a sua resistência térmica, por outro lado é um produto natural ao invés do poliestireno extrudido que é de origem sintética de derivados o petróleo, mas que em contacto com água ou humidade não perde propriedades térmicas, e por isso mais adequado para coberturas). No entanto o importante é corrigir o lapso/equívoco no projeto optando por um deles, até porque pode significar uma diferença de custo assinalável na obra.”*

A **Sr.ª Presidente** pediu ao Sr. Vereador Aurélio Ferreira que lhe envie por escrito esta chamada de atenção, que irá ser encaminhada para os serviços, pedindo depois aos Srs. Vereadores que aprovem hoje o projeto com esta condição de se poder vir a corrigir o que for necessário.

**Seguidamente a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:**

1138 - Presente Informação n.º MF/70/2018, da Divisão de Gestão do Território, datada de 04 de dezembro de 2018, que se dá por integralmente reproduzida e fica anexa, propondo a aprovação do projeto de execução para a “REQUALIFICAÇÃO ARQUITETÓNICA E ENERGÉTICA DO EDIFÍCIO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL”, localizada na freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente Informação n.º MF/67/2018, da Divisão de Gestão do Território, datada de 29 de Novembro, que se dá por integralmente reproduzida e fica anexa, relativa à observância da operação com normas legais e regulamentares e enquadramento nos Instrumentos de gestão Territorial em vigor;

Presente parecer prévio favorável da Direção Regional de Cultura do Centro com a referência 1296730, de 9-10-2018;

Presentes os seguintes projetos de execução:

- Arquitetura;
- Instalações elétricas e equipamentos de iluminação;
- Instalações de eletromecânicas de climatização e ventilação;
- Plano de Segurança e Saúde em Fase de Projeto;
- Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos.
- Mapa de quantidades;
- Estimativa orçamental.

O presente projeto de execução assegura o cumprimento integral das disposições contidas no Código de Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, assim como o estipulado na portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho e outras normas técnicas e legislação em vigor.

**Deste modo, a Câmara Municipal analisou a informação anexa e todos os elementos apresentados, e acordo com o disposto no artigo 33º, n.º 1, alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibera aprovar o projeto de execução para a “REQUALIFICAÇÃO ARQUITETÓNICA E ENERGÉTICA DO EDIFÍCIO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL”, localizada na freguesia e concelho da Marinha Grande.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**17. “Centro Escolar da Várzea - Requalificação e ampliação da atual Escola Básica e Jardim de Infância da Várzea” - Aprovação do projeto de execução**

**Os Srs. Vereadores do MpM fizeram os seguintes comentários:**

*“Solicitei a Carta Educativa atualizada. A Sra. Presidente informou que não existe.*

*A Carta Educativa é um documento essencial na aprovação da Fase 1 do PDM. É o diagnóstico da Educação no concelho, com indicação das infraestruturas existentes, dos meios humanos e fundamentalmente indica as orientações para a criação/reconstrução de novas infraestruturas educativas, no âmbito dos desígnios incluídos na revisão do PDM. Apenas como exemplo, em função do local para onde irá crescer a cidade, onde haverá mais construção e consequentemente mais pessoas, deve ser o local indicativo para novas unidades educativas.*

*A Câmara adjudicou e pagou a Fase 1 da revisão do PDM, sem que tivesse sido apresentada a Carta Educativa. Deste modo, todas as decisões tomadas na localização das reconstruções educativas, serão sempre tomadas sem ter por base o futuro PDM.*

*Esta lacuna, associada à indecisão de construção de Centros Escolares, levou-nos a esta situação de sermos o único município pertencentes à CCDRC (são 100 municípios) que não tem nenhum Centro Escolar, ou qualquer verba comunitária para infraestruturas escolares, com o prejuízo para as nossas crianças que não têm nas suas salas de aulas e na sua escola, tecnologias que hoje são usuais nas escolares de todo o país.*

*Este Centro Escolar da Várzea, anda em discussão internamente desde 2016. Nestes dois anos, nós, os vereadores sem pelouros, nunca nos foi apresentado ou discutido qualquer projeto. Somos hoje confrontados com o projeto de execução para aprovação, sem que nunca pudéssemos dar qualquer contributo. Tivemos dois dias para analisar desenhos, memória descritiva, descrições diversas (400 Mb), sem que agora possamos dar qualquer contributo. O projeto está finalizado, e, como foi referido, não pode ser adiado.*

*Tendo consciência que temos no nosso grupo arquitetos com experiencia nestas infraestruturas e técnicos que estiveram envolvidos em oito centros escolares, o conhecimento e a experiencia podiam ser extremamente uteis. Lamentamos que a Sra. Presidente desperdice as mais valias que tem ao seu dispor.*

*Não tendo previamente conhecimento deste projeto, iremos fazer algumas questões, que provavelmente seriam respondidas se tivesse havido reuniões de preparação. Assim:*

*Trata-se de um CE com tipologia 8+4 (8 salas de EB1+4 salas de JI), um edifício grande que integrará mais de 300 crianças. Como vai ser gerido este equipamento educativo? As AAAF e CAF funcionam lá? Vai ser confeccionada lá a comida? Se sim, por quem?*

- Quanto à funcionalidade entendemos que devia estar definida uma sala para AAAF (pré-escolar) e para CAF (1.º CEB), dado que as crianças poderão ser recebidas no CE por volta das 7h30 e algumas regressam às 19h. Durante este período necessitarão de estar ocupadas e num espaço adequado para o efeito (será que vão para as salas Polivalentes?????).*
- Pensamos que o CE deveria incluir um laboratório de ciências experimentais, um espaço para as artes (dança, música, etc...) e outro para a prática da educação física.*
- Também não percebemos onde estará o espaço para as novas tecnologias (na biblioteca???)*
- Atendendo a que é um CE grande, consideramos que devia integrar uma sala de multideficiência e um espaço para terapias fala, psicologia, serviço social (ou seja, para apoios diferenciadores)*
- Também não encontramos uma sala para os pais poderem reunir ou para a associação de pais que venha a ser criada (o que é normalíssimo num CE com esta dimensão)*

*Na nossa perspetiva faltam espaços diferenciadores ou a adaptação de alguns existentes para fins pedagógicos mais adequados aos atuais projetos educativos das escolas/Agrupamentos e ao funcionamento das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC's).*

*Ao nível da arquitetura e urbanismo:*

- a) Temos um edifício com uma área de construção com 3.795m<sup>2</sup>, terá capacidade para 308 alunos, trata-se de um equipamento coletivo, no regulamento do PDM atual, não é exigível*

*cumprir com o rácio mínimo de lugares de estacionamento em função da área coberta, que é de 1 lugar por cada 50m<sup>2</sup> de área de construção (devia ter 76), para comércio, serviços e indústria. À APPACDM, ali ao lado esse critério foi cumprido, na operação urbanística para instalações de uma unidade de saúde particular (BONAVITA) que ali vai nascer também a lado, esse critério também terá sido exigido. O CE, prevê 37 lugares de estacionamento (dos quais 3 são condicionados para pessoas com mobilidade reduzida, 19 públicos indiferenciados junto à via pública e 15 serão para funcionários e professores localizados a norte no acesso de serviço. Não existe lugar para paragem de autocarro. O rácio de estacionamento considerado será de 1 lugar por cada 100m<sup>2</sup> de construção.*

- b) Está prevista alguma paragem de autocarro do serviço de transportes urbanos junto à escola ou nas imediações? Há espaço para isso acontecer? Dado que estamos próximos do Parque da Cerca que ficará ligada à rede da ciclovía da zona sul da cidade pela intervenção prevista no parque da móbil e que se articula também para a ciclovía para poente através do parque de merendas da portela para a mata, não faria sentido prever uma faixa de circulação ciclável até esta escola nova?*
- c) Atualmente a rua de acesso à escola da várzea não tem saída, é um impasse, no projeto está enunciado que se fará uma ligação à Rua Joaquim Marques Nobre pela Travessa com a mesma toponímia, através de uma operação de expropriação de um privado. A faixa de rodagem atual é de 6,5m de largura, permite a dupla circulação, tem na extensão do equipamento da APPACDM estacionamento público paralelo à rua. Com o projeto a rua passará a ter sentido único e uma faixa de rodagem de 4,5 de largura anulando o estacionamento que terá sido exigido à APPACDM, de modo a permitir a faixa de estacionamento junto à escola.*
- d) Prevêem-se fortes constrangimentos rodoviários e de mobilidade nesta zona com a construção deste equipamento, face à eventual insuficiência de estacionamento de automóveis face ao número de alunos previsto, a inexistência de lugares de paragem para transporte coletivo (autocarros e carrinhas), a previsão de outros meios de transporte alternativos, sugerimos que deverá ser equacionado pela autarquia a realização de um plano/estudo/medidas que otimize a circulação viária no local, criando ou indicando eventualmente bolsas de estacionamento nas imediações. Sugestão: estudar a possibilidade de utilizar para fins de estacionamento pontual e temporário, parcialmente a propriedade privada dos vizinhos (APPACDM e BONAVITA, uma vez que são instituições).*
- e) No que respeita à arquitetura do edifício, o programa funcional dos espaços terá sido amplamente discutido e validado pelas diversas entidades envolvidas. O edifício foi construído integralmente num único piso térreo, o que favorece a mobilidade e é uma mais-valia. Prevê ainda construção de um pavilhão gimnodesportivo. Podia ter sido equacionada a construção de uma cave para estacionamento, o que libertaria mais espaço para estacionamento público ou paragem de viaturas. Os espaços são dotados de condições, áreas e vãos envidraçados profusos, assegurando ambientes luminosos e adequados ao ensino. A arquitetura é de linguagem simples e sem exuberância e serena, contudo poderia ter sido talvez mais ambiciosa/inovadora do ponto de vista da forma arquitetónica. Apresenta uma lógica espacial fluida e racional, permitindo a interação entre faixas etárias. Existem espaços de recreio diversificados, ainda que talvez um pouco confinados. De forma global, é um equipamento moderno com condições otimizadas em contraste com o restante parque escolar concelhio.*
- f) Salienta-se apenas um aspecto do ponto de vista construtivo que poderia ter sido melhor ponderado. A generalidade das coberturas é em terraço, as designadas coberturas planas. O sistema de impermeabilização das coberturas preconizado, consiste em telas betuminosas em dupla camada, dependendo da qualidade da aplicação, este tipo de sistema construtivo sem manutenção regular (efetuado anualmente pelo menos a inspeção) resulta a médio prazo em potenciais problemas de infiltração com consequências desastrosas nos espaços interiores. As coberturas metálicas poderiam dar outras garantias de durabilidade.*



- g) *À parte a opção da cobertura, analisado o projeto a este nível, o pormenor construtivo, indica um sistema de impermeabilização com telas de emulsão betuminosa POLYPLAS 30 + POLYSTER 40T, (ver ficha do LNEC)*
- h) *Quando se utilizam os sistemas POLYPLAS 30+POLYSTER 40T e POLYSTER 40+POLYSTER 40T torna-se necessária a aplicação de uma proteção pesada\* ; o sistema POLYPLAS 30+POLYXIS R40 só pode ser utilizado em coberturas em terraço de acessibilidade limitada (acessíveis apenas para realização de trabalhos de manutenção ou de reparação) que é o caso.*
- i) *A utilização de uma proteção pesada\* é obrigatória nos seguintes casos: • quando a impermeabilização for constituída por um sistema independente; • quando se utilizam os sistemas POLYSTER 40 + POLYSTER 40T ou POLYPLAS 30+ POLYSTER 40T.*
- j) *\*A proteção pesada pode ser constituída por uma das soluções seguintes: • camada de agregado grosso rolado com granulometria compreendida entre 8 e 16 mm ou 8 e 32 mm; • betonilha esquartelada, armada ou não; • placas de betão assentes com argamassa; • ladrilhos hidráulicos ou cerâmicos assentes com argamassa; • lajetas sobre apoios; • camada de betão, com pelo menos 50 mm de espessura, armado com uma malha quadrada de aço de abertura não superior a 0,15 m, com varões de 4 mm de diâmetro, e esquartelada com juntas de 20 mm de largura em painéis de dimensões não superiores a 5 m.*
- k) *O sistema de impermeabilização previsto, implica a aplicação de um sistema de proteção pesada, que não foi prevista nem no projeto nem no orçamento, dada a quantidade/superfície abrangida de 2600m2, este componente tem impacto no preço final e na empreitada, deve ser questionado o coordenador do projeto sobre este aspeto."*

A **Sr.ª Presidente** referiu que o Sr. Vereador Aurélio Ferreira sabe que o diagnóstico estava feito, só faltava um capítulo. A Câmara tem vindo a dialogar com os Agrupamentos e tem sido um compromisso assumido pela Câmara a construção do Centro Escolar da Várzea, porque os alunos não podem ali completar o seu ciclo escolar, com pré-escolar e 1.º ciclo. Tem razão na questão que colocou, mas o aprovar agora deste projeto é o cumprir de uma necessidade. Há o parecer positivo da DGEsTE e todos os pareceres necessários, daí se poder aprovar o projeto de arquitetura, sabendo que é o projeto necessário para aquela comunidade escolar.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que depreende das palavras da Sr.ª Presidente que está confortável em fazer este trabalho, independentemente de não ter Carta Educativa. Não discute as necessidades do Agrupamento, mas entende que aquilo que é pedido à Presidente da Câmara é que seja gestora do seu território. Este projeto tem 2 anos mas ninguém lhe perguntou a sua opinião. E tem opinião, que deixa expressa para a posteridade. Tem ideias para contribuir, para que se faça um Centro Escolar melhor, só que se vê confrontado com a situação de ter que aprovar porque não há tempo.

Seguiu-se a colocação das questões enunciadas na intervenção do **Sr. Vereador Aurélio Ferreira**, que foram sendo esclarecidas pela **Sr.ª Presidente** e pela **Chefe da Divisão de Gestão do Território, Dr.ª Inês Marrazes**, cuja presença na reunião foi solicitada pela Sr.ª Presidente.

**Esclarecidas as questões, a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:**

1139 - Presente informação n.º MO/29/2018, da Divisão de Gestão do Território, datada de 23 de novembro de 2018, que se dá por integralmente reproduzida e fica anexa, propondo a aprovação do projeto de execução relativo ao CENTRO ESCOLAR DA VÁRZEA - REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ATUAL ESCOLA BÁSICA E JARDIM DE INFÂNCIA

DA VÁRZEA, sito na Rua David Mourão Ferreira, lugar da Várzea, freguesia e concelho da Marinha Grande.

O presente projeto de execução assegura o cumprimento integral das disposições contidas no Código de Contratos Públicos aprovado pelo Dec.-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, alterado pelo Dec.-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, assim como o estipulado na Portaria n.º 701-H/2008 de 29 de julho, e outras normas técnicas e legislação em vigor.

**Deste modo, a Câmara Municipal analisou todos os elementos constantes do projeto de execução apresentado pela empresa TERRAVALOR LDA, e delibera aprovar, de acordo com o disposto no artigo 33º, n.º 1, alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

#### **18. Proposta de implementação de memorial em homenagem ao antigo edifício da escola primária no Largo da República, freguesia de Vieira de Leiria, apresentada por um Grupo de Cidadãos**

Presente a seguinte proposta:

“Presente proposta para instalação de monumento à escola pública no Largo da República, freguesia de Vieira de Leiria, apresentada por um Grupo de Cidadãos em 2 de julho de 2018, através do requerimento E/6338/2018;

Presente informação técnica IA 27/2018, de 18 de julho, elaborada sobre a pretensão, onde são propostas a solicitação de parecer à Junta de Freguesia de Vieira de Leiria sobre a pretensão, atendendo aos eventos que a mesma promove naquele espaços público e a solicitação ao grupo de cidadãos de elementos complementares relativos ao monumento a instalar com vista a avaliar de forma mais correta a pretensão, na qual recaiu despacho favorável da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal em 18 de julho;

Presentes comunicações, de 18 de setembro, remetidas à Junta de Freguesia de Vieira de Leiria e ao Grupo de Cidadãos;

Presente resposta do Grupo de Cidadãos, de 24 de setembro, a indicar as dimensões do monumento e a manifestar a impossibilidade de utilizar os ficheiros editáveis que haviam sido disponibilizados para implantação do monumento;

Presente ofício da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria, de 26 de setembro, a manifestar o agrado relativo à iniciativa do Grupo de Cidadãos e a expressar a impossibilidade de emitir uma opinião relativa ao local proposto para a implantação do monumento;

Presente informação técnica IA 41/2018, de 27 de novembro, bem como planta elaborada com base na informação prestada pelo Grupo de Cidadãos, onde fica expresso que o monumento que se pretende instalar no Largo da República, apesar de ter uma área de instalação pequena (1,40m x 1,40m), apresenta uma dimensão vertical significativa (5,70m) sendo a mesma similar à altura de um edifício de dois pisos. É ainda referido que o monumento, com as dimensões indicadas, é possível ser instalado no Largo mas terá um impacto significativo, atendendo à sua dimensão vertical.

A informação conclui que apenas pode dotar o Executivo de dados que lhe ajude a decidir sobre a instalação do memorial em homenagem à Escola Primária no Largo da República, uma vez que uma decisão final não se cinge aquela que resulta da análise técnica às dimensões físicas do referido monumento.

**A Câmara apreciou e, considerando que:**

- **O Grupo de Cidadãos pretende instalar no Largo da República, freguesia de Vieira de Leiria, um memorial em homenagem à Escola Pública;**
- **Que a instalação daquele elemento escultórico é pretendida no topo norte do Largo da República e que o mesmo tem uma base de 1,40m x 1,40m e altura total de 5,70m;**

- Que a instalação do monumento no Largo é tecnicamente possível mas terá um impacto significativo;
- Que a decisão final sobre a instalação do memorial de homenagem à escola pública é mais profunda que a simples análise técnica às dimensões físicas do monumento e impactos diretos resultantes da instalação do mesmo;

• \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
• \_\_\_\_\_  
Delibera \_\_\_\_\_”

**Os Srs. Vereadores do MpM fizeram o seguinte comentário:**

*“Na última reunião extraordinária a Sra. Presidente tinha nas mãos o processo, e informou que nos iria enviar, tal como escreveu no processo num despacho a 28 de novembro onde referia que “se remeta todo o processo aos vereadores”. No entanto, não recebemos nenhuma documentação.*

*Após consultar o processo durante a reunião entendemos que a informação do grupo de munícipes que teve esta iniciativa é de 24 de setembro e o parecer da Junta de Freguesia da Vieira chegou a 1 de outubro, no entanto o processo só hoje foi presente em reunião de câmara.*

*A única dúvida que subsiste no processo apresentado, é sobre a localização do memorial, dado que, não vem qualquer proposta de deliberação nesse sentido, e o parecer da JF também não dá nenhuma indicação. No entanto, os promotores do projeto foram claros na indicação do local que pretendem para a sua implantação, e o parecer da Câmara confirma que do ponto de vista técnico pode ser erguido naquele local. Assim, propomos que seja aprovado a implementação do memorial, ficando a questão da localização em aberto, após uma conversa da Sra. Presidente com o grupo de cidadãos proponentes. Para além disso, como já referimos na reunião de 9 de Julho, e apesar dos proponentes referirem que não tencionam solicitar qualquer apoio a entidades públicas, gostaríamos de propor que a Câmara Municipal, suportasse o custo da escultura em bronze dessa obra, dado ser uma obra de Arte Pública, que irá engrandecer o nosso concelho.”*

A **Sr.ª Presidente** referiu que foi um lapso, pelo que propôs duas soluções: ou se retira o assunto e vai ser enviado todo o processo, ou, uma vez que o processo está aqui presente, analisa-se o mesmo e vota-se.

Deixou à consideração dos Srs. Vereadores estas duas soluções.

A **Sr.ª Vereadora Lara Lino** perguntou se a Comissão promotora já se pronunciou sobre o outro local proposto para a instalação do monumento.

A **Sr.ª Presidente** informou que uns estão a favor de um local e outros de outro, há divisão de opiniões.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** referiu que a Comissão propôs o Largo. Agora há outras pessoas que propõem outro lugar. Entende que se deve falar com a Comissão, que são os promotores, e saber se querem aquele local ou se admitem outro local. Primeiro quer ouvi-los sobre outra localização, e perante a sua opinião logo se verá para a tomada da decisão, mas espera que não demore mais 6 meses.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** concorda que não se devem sobrepor à Comissão, sugerindo que se aprove já a implantação do monumento definindo-se depois o local.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** disse que a implantação do monumento já é ponto assente. O que está agora em causa é o local.

A **Sr.ª Presidente propôs então retirar o processo** e enviar toda a documentação aos Srs. Vereadores, comprometendo-se a fazer um e-mail para a Comissão a pedir a resposta sobre a localização do monumento.

**Todos os Srs. Vereadores concordaram, pelo que o assunto foi retirado, para agendamento futuro.**

## **GESTÃO URBANÍSTICA**

### **19. Req.º nº 1951/18, datado de 29/10/2018 - Proc.º nº 457/18, datado de 29/10/2018 - Maria Aida Gomes Moleirinho**

1140 - Presente requerimento nº 1951/18, datado de 2018/10/29, constante do processo camarário nº 457/18, subscrito por **Maria Aida Gomes Moleirinho**, com o NIF 152555463, residente em rua Professor Virgílio de Moraes, Torre Lumar, nº 4, 8.º dt., freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “**Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação**”, a incidir sobre um prédio urbano correspondente ao lote nº 5 do Loteamento Urbano sito no lugar de Casal D'Anja, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, para o qual foi emitido o Alvará de Loteamento com Obras de Urbanização nº 8/1998, de 27/05/1998, emitido em nome de Câmara Municipal de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 4890 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 4663.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2018/12/01 que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

**Após a análise da pretensão e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – o projeto de arquitetura respeitante ao pedido de licenciamento da obra de “**Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação**”, a incidir sobre um prédio urbano correspondente ao lote nº 5 do Loteamento Urbano sito no lugar de Casal D'Anja, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, para o qual foi emitido o Alvará de Loteamento com Obras de Urbanização nº 8/1998, de 27/05/1998, emitido em nome de Câmara Municipal de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 4890 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 4663, com o número de processo 457/18, com data de entrada em 2018/10/29, apresentado por Maria Aida Gomes Moleirinho, com o NIF 152555463, residente em rua Professor Virgílio de Moraes, Torre Lumar, nº 4, 8.º dt., freguesia e concelho de Marinha Grande, com o condicionalismo da apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no nº 4 do art. 20.º do RJUE.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**20. Req.º nº 1933/18, datado de 24/10/2018 - Proc.º nº 452/18, datado de 24/10/2018 - MLRZ - Sociedade Imobiliária, Lda.**

1141 - Presente requerimento nº 1933/18, datado de 2018/10/24, constante do processo camarário nº 452/18, subscrito por **MLRZ - Sociedade Imobiliária, Lda.**, com o NIPC 513494340, com sede em rua do Repouso, nº 48, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “**Construção de um edifício de habitação e muros de vedação**”, a incidir sobre um prédio urbano, sito em rua Floristas Gravadores, lugar de Lameiro, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 371 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 20425-P.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2018/11/27, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

**Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura respeitante ao pedido de licenciamento da obra de “**Construção de um edifício de habitação e muros de vedação**”, a incidir sobre um prédio urbano, sito em rua Floristas Gravadores, lugar de Lameiro, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 371 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 20425-P, com o número de processo 452/18, com data de entrada em 2018/10/24, apresentado por MLRZ - Sociedade Imobiliária, Lda., com o NIPC 513494340, com sede em rua do Repouso, nº 48, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no nº 4 do art. 20.º do RJUE.
2. Execução de todos os trabalhos necessários à correta execução da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a rua Floristas Gravadores, com largura de 2,25m e gare de estacionamento com a largura de 2,50m. Os materiais a aplicar no passeio deverão prever calçada de calcário com as dimensões de 0,05x0,05mx0,05m, após execução de uma base em tout-venant com 0,15m de espessura. O lancil deverá ser de betão com as dimensões de 0,13m (largura à vista) x 0,25m (altura) x 0,15m (largura da base), podendo o passeio ser rebaixado na zona da entrada.
3. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 114,30m², ao longo da frente do prédio confinante com a rua Floristas Gravadores, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à “**Implantação**”, com o número “**1A**”, datada de “**outubro 2018**”, entregue a coberto do requerimento nº 1933/18, datado de 2018/10/24, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**21. Req.º nº 1202/18, datado de 03/07/2018 - Proc.º nº 252/18, datado de 03/07/2018 - Santos & Vale - Imobiliária, S.A.**

1142 - Presente pedido com o registo nº 1202/18, datado de 03/07/2018, relativo a **alterações a realizar em edifício destinado a armazém**, sito no nº 51 da rua 1º de Janeiro, Amieirinha, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº 8300 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 9820, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento nº 252/18, com data de entrada de 03/07/2018, apresentado por **Santos & Vale - Imobiliária, S.A.**, com o NIPC 507 008 987, com sede em A-do-Mourão, freguesia de São Tiago dos Velhos e concelho de Arruda dos Vinhos, a solicitar a aprovação do projeto de arquitetura; Presente informação técnica, datada de 03/12/2018, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura apresentado em condições de ser aprovado.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR, nos termos da alínea a) do nº 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura referente ao pedido de licenciamento relativo a alterações a realizar em edifício destinado a armazém, sito no nº 51 da rua 1º de Janeiro, Amieirinha, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº 8300 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 9820, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento nº 252/18, com data de entrada de 03/07/2018, apresentado por Santos & Vale - Imobiliária, S.A., com o NIPC 507 008 987, com sede em A-do-Mourão, freguesia de São Tiago dos Velhos e concelho de Arruda dos Vinhos, com o seguinte condicionalismo:**

**1. - Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do nº 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei nº 28/2010, de 2 de setembro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**22. Req.º nº 1949/18, datado de 29/10/2018 - Proc.º nº 456/18, datado de 29/10/2018 - Ramiro Joaquim Antunes de Castro Fidalgo**

1143 - Presente requerimento nº 1949/18, datado de 2018/10/29, constante do processo camarário nº 456/18, subscrito por **Ramiro Joaquim Antunes de Castro Fidalgo**, com o NIF 108240541, residente em rua José Afonso, nº 19, r/c dt., lugar de S. Vicente, freguesia e concelho de Braga, referente ao pedido de licenciamento da “**Legalização da alteração e ampliação de moradia e muros de vedação**” existente, localizada num prédio urbano, sito na rua Central da Garcia, lugar de Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 20523 e inscrito na matriz sob o artigo número 19516.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2018/12/01 que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

**Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura respeitante ao pedido de licenciamento da “*Legalização da alteração e ampliação de moradia e muros de vedação*” existente, localizada num prédio urbano, sito na rua Central da Garcia, lugar de Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 20523 e inscrito na matriz sob o artigo número 19516, com o número de processo 456/18, com data de entrada em 2018/10/29, apresentado por Ramiro Joaquim Antunes de Castro Fidalgo, com o NIF 108240541, residente em rua José Afonso, n.º 19, r/c dt., lugar de S. Vicente, freguesia e concelho de Braga, com o condicionalismo da apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20.º do RJUE. Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**23. Req.º nº 1894/18, datado de 18/10/2018 - Proc.º n.º 222/18, datado de 13/06/2016 - Silva & Branco Turismo Lda**

1144 - Presente pedido com o registo n.º 1894/18, datado de 18/10/2018, relativo à construção de um parque de campismo e caravanismo no terreno composto pelos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.ºs 3124, 7650 e 11925 e inscritos na matriz predial rústica respetivamente sob os artigos 6764, 6765 e 6739, todos da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 222/18, datado de 13/06/2018, em nome de **Silva & Branco Turismo Lda**, com o NIPC 514 819 391, com sede na rua da Fé, n.º 24, Pedra de Cima, freguesia e concelho da Marinha Grande, a solicitar a aprovação do respetivo projeto de arquitetura.

Presente informação técnica, datada de 8/11/2018, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de ser deferido.

Presente informação técnica datada de 19/11/2018, que estabelece os parâmetros relativos aos arranjos exteriores a executar no âmbito da presente operação urbanística;

Presente informação técnica datada de 4/12/2018, a propor o deferimento do projeto de arquitectura.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura relativo a construção de um parque de campismo e caravanismo no terreno composto pelos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.ºs 3124, 7650 e 11925, e inscritos na matriz predial rústica respetivamente sob os artigos 6764, 6765 e 6739, todos da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 222/18, datado de

13/06/2018, em nome de Silva & Branco Turismo Lda, com o NIPC 514 819 391, com sede na rua da Fé, n.º 24, Pedra de Cima, freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. - Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os seguintes elementos:

1.1.- Projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro;

1.2.- Projeto de arranjos exteriores ao longo da rua João Fresco, que contemple o seguinte:

a) Muro de vedação, a executar com as características especificadas no artigo 18º do Regulamento Municipal da Edificação e da Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEU) com um afastamento mínimo de 5,50 m ao eixo da via, que deverá apresentar uma largura de faixa de rodagem 6,50 m;

b) Passeios com uma largura de 2,25 m em pavê e lancil de betão, nos termos constantes no ofício n.º 1431/18, de 28/11/2018, assegurando o remate da faixa de rodagem ao lancil.

1.3.- Planta de implantação retificada que contemple o seguinte:

a) Inclusão do traçado do muro de vedação e passeio decorrentes do projeto de arranjos exteriores;

b) Identificação dos artigos e respetivos limites e áreas abrangidos pela presente operação urbanística;

c) Indicação das áreas de cedência ao domínio público que a execução dos arranjos exteriores venha a considerar.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**24. Req.º nº 1205/18, datado de 03/07/2018 - Proc.º n.º 254/18, datado de 03/07/2018 - José de Jesus Ferreira Alves - Cabeça de Casal da Herança de**

1145 - Presente requerimento n.º 1205, registado em 2018/07/03, apresentado por **José de Jesus Ferreira Alves - Cabeça de Casal da Herança de**, com o NIF 742960773, representado por **Isabel Maria de Oliveira Alves**, na qualidade de Cabeça-de-Casal, com o NIF175993548, residente na Avenida Nossa Senhora de Nazaré, n.º 17, Martingança, Alcobaça, do processo camarário n.º 254/18, registado em 2018/07/03, referente ao pedido de **licenciamento (legalização) da obra de ampliação de moradia**, erigida no prédio urbano sito na Rua Cravos de Abril, n.º 13, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 6240, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 8400.

Presente parecer técnico datado de 2018/11/15, favorável a tomada de decisão sobre a componente arquitetura.

**Após análise do pedido, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

- DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura do processo camarário n.º 254/18, registado em 2018/07/03, referente ao pedido de licenciamento (legalização) da obra de ampliação de moradia,



erigida no prédio urbano sito na Rua Cravos de Abril, n.º 13, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 6240, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 8400, apresentado por José de Jesus Ferreira Alves - Cabeça de Casal da Herança de, com o NIF 742960773, representado por Isabel Maria de Oliveira Alves, na qualidade de Cabeça-de-Casal, com o NIF175993548, residente na Avenida Nossa Senhora de Nazaré, n.º 17, Martingança, Alcobaça.

- Informar os interessados que devem apresentar no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**25. Req.º nº 2037/18, datado de 09/11/2018 - Proc.º n.º 332/18, datado de 09/08/2018 - Ana Filipa da Silva Morgado**

1146 - Presente requerimento n.º 2037/18, datado de 2018/11/09, constante do processo camarário n.º 332/18, subscrito por **Ana Filipa da Silva Morgado**, com o NIF 215980980, residente em rua da Charnequinha, n.º 13, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de **“Construção de uma moradia unifamiliar e muro de vedação”**, a incidir sobre um prédio rústico, sito em rua 1.º de Maio, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o número 1056 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo número 1511, da freguesia da Moita.

Presentes pareceres técnicos sobre o assunto, datados de 2018/10/30 e de 2018/12/05, que referem que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

**Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e *republicado* pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura respeitante ao pedido de licenciamento da obra de **“Construção de uma moradia unifamiliar e muro de vedação”**, a incidir sobre um prédio rústico, sito em rua 1.º de Maio, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o número 1056 e inscrito na matriz predial rústica da freguesia da Moita sob o artigo número 1511, com o número de processo 332/18, com data de entrada em 2018/08/09, apresentado por Ana Filipa da Silva Morgado, com o NIF 215980980, residente em rua da Charnequinha, n.º 13, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.

2. Apresentação, em igual período, dos seguintes elementos:

-Termos de Responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto e do autor do plano de acessibilidades, sem referência ao plano diretor municipal da marinha grande, dado a freguesia da Moita não se encontrar abrangida por Plano Municipal de Ordenamento do Território vigente.

3. Execução de todos os trabalhos necessários à correta execução da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a rua 1.º de Maio, com a largura de 2,25m, de acordo com o proposto na peça gráfica correspondente à **“IMPLANTAÇÃO E ARRANJOS EXTERIORES”**, datada de **“11/2018”**, entregue a coberto do requerimento n.º 2037/18, datado de 2018/11/09. Os materiais a aplicar no passeio deverão prever blocos de betão com as dimensões de 0,10x0,20mx0,06m, após execução da camada de base em tout-venant com 0,15m de espessura. O lancil deverá ser de betão pré-fabricado com uma largura de 0,15m e na zona da entrada deverá ser utilizado lancil de rampa com 0,40m de largura e lancil lateral com cantos de acabamento.

4. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 27,43m², ao longo da frente do prédio confinante com a rua 1.º de Maio, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à **“IMPLANTAÇÃO E ARRANJOS EXTERIORES”**, datada de **“11/2018”**, entregue a coberto do requerimento n.º 2037/18, datado de 2018/11/09, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**26. Req.º nº 1902/18, datado de 19/10/2018 - Proc.º n.º 369/18, datado de 11/09/2018 - Realceppuzzle, Lda.**

1147 - Presente requerimento n.º 1902/18, datado de 2018/10/19, constante do processo camarário n.º 369/18, subscrito por **Realceppuzzle, Lda.**, com o NIPC 514826690, com sede em rua Pereira Crespo, n.º 25 - A, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de **“Construção de moradia unifamiliar e muros”**, a incidir sobre um prédio urbano correspondente ao “Lote n.º 71” do Loteamento Urbano sito no lugar de Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 13013 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 16034.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2018/11/29, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

**Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, O projeto de arquitetura respeitante ao pedido de licenciamento da obra de **“Construção de moradia unifamiliar e muros”**, a incidir sobre um prédio urbano correspondente ao “Lote n.º 71” do Loteamento Urbano sito no lugar de Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 13013 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 16034, com o número de processo 369/18, com data de entrada em 2018/09/11, apresentado por Realceppuzzle, Lda., com o NIPC 514826690, com sede em rua Pereira Crespo, n.º 25 - A, freguesia e concelho de Marinha Grande, com o condicionalismo da apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**27. Req.º nº 1769/18, datado de 01/10/2018 - Proc.º nº 415/18, datado de 01/10/2018 - Marco Paulo Maia Garcia e Carla Patrícia do Nascimento Marques**

1148 - Presente requerimento n.º 1769/18, datado de 2018/10/01, constante do processo camarário n.º 415/18, subscrito por **Marco Paulo Maia Garcia**, com o NIF 228077583 e por **Carla Patrícia do Nascimento Marques**, com o NIF 211033537, ambos residentes em impasse da rua dos cordeiros, n.º 9, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de **“Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação”**, a incidir sobre um prédio urbano, sito em rua da Ribeira, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 13908 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 18928.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2018/12/03, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

**Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e *republicado* pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura respeitante ao pedido de licenciamento da obra de **“Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação”**, a incidir sobre um prédio urbano, sito em rua da Ribeira, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 13908 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 18928, com o número de processo 415/18, com data de entrada em 2018/10/01, apresentado por Marco Paulo Maia Garcia, com o NIF 228077583 e por Carla Patrícia do Nascimento Marques, com o NIF 211033537, ambos residentes em impasse da rua dos cordeiros, n.º 9, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.

2. Execução de passeio e gare de estacionamento na extensão total do prédio confinante com a rua da Ribeira, de acordo com o proposto na peça gráfica correspondente à **“Planta de Implantação Arranjos Exteriores” - Desenho n.º 02**, datada de **“21-08-2018”**, com as larguras de 1,60m e 2,50m, respetivamente para o passeio e gare de estacionamento. Os materiais a aplicar no passeio devem ser idênticos aos da envolvente, ou seja, lancil de betão com 0,13x0,22m e pavê retangular com as dimensões de 0,20x0,10mx0,06m, após execução de uma base em tout-venant com 0,15m de espessura, devendo garantir o remate entre o passeio e o pavimento existente em betuminoso. Na execução do passeio deverá considerar-se a colocação de película de plástico preto entre a camada de base e a almofada de assentamento de modo a evitar o crescimento das ervas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**28. Req.º nº 1551/18, datado de 28/08/2018 - Proc.º nº 122/18, datado de 09/04/2018 - José Júlio dos Santos Duarte Alves**

1149 - Presente requerimento n.º 1551/18, datado de 2018/08/28, constante do processo camarário n.º 122/18, subscrito por **José Júlio dos Santos Duarte Alves**, com o NIF 209521813, residente em avenida Aníbal Guedes Coelho, lote n.º 8, 4.º dt., freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de **“Alteração e ampliação de edifício de habitação unifamiliar e muros de vedação”**, a incidir sobre um prédio urbano, sito na rua das Flores, n.º 6, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 1932 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 3628.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2018/11/15, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

**Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura respeitante ao pedido de licenciamento da obra de “Alteração e ampliação de edifício de habitação unifamiliar e muros de vedação”, a incidir sobre um prédio urbano, sito na rua das Flores, n.º 6, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 1932 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 3628, com o número de processo 122/18, com data de entrada em 2018/04/09, apresentado por José Júlio dos Santos Duarte Alves, com o NIF 209521813, residente em avenida Aníbal Guedes Coelho, lote n.º 8, 4.º dt., freguesia e concelho de Marinha Grande, com o condicionalismo da apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**29. Req.º nº 1775/18, datado de 02/10/2018 - Proc.º n.º 253/18, datado de 03/07/2018 - Carlos Alberto de Oliveira Gomes**

1150 - Presente processo camarário n.º 253/18, registado em 2018/07/03, referente ao pedido de **licenciamento (legalização) da obra de alteração e ampliação da moradia** erigida no Lote n.º 1, do Alvará de Loteamento n.º 73/1978, situado na Avenida José Gregório n.º 104, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 20383-P, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14678, apresentado por **Carlos Alberto de Oliveira Gomes**, com o NIF 180338773, com residência na Rua do Carvalhal, n.º 191, Serra de Porto d’Urso, Monte Real.

Presentes alegações apresentadas a coberto do requerimento n.º 1775/18, registado em 2018/10/02, apresentadas em sede de audiência prévia.

Presente parecer técnico datado de 2018/10/16.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico, datado de 2018/11/09, que atesta, terem sido apresentados os projetos das especialidades necessários à operação urbanística, encontrando-se devidamente instruídos e em condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido.

Após análise do pedido, e considerando o parecer técnico datado de 2018/10/02, que sobre ele recaiu, e considerando que a Câmara Municipal ao executar obras na Av. José Gregório introduziu alterações aos prédios constituídos ao abrigo do Alvará de Licença de Operação de Loteamento n.º 73/1978, sem que para o efeito tivesse assegurado a necessária alteração à operação de loteamento e, consequente, aditamento ao alvará e comunicação oficiosa à conservatória do registo predial para efeitos de averbamento, tal como determina a norma legal, a Câmara Municipal delibera assumir a responsabilidade da alteração dos Lotes constituídos ao abrigo do Alvará de Loteamento n.º 73/1978, e consequente ato que conduziu ao registo atual do Lote n.º 1.

**A Câmara Municipal depois de analisar as alegações e as alterações formuladas para o projeto, apresentadas em sede de audiência prévia a coberto do requerimento n.º 1775/18, registado em 2018/10/02, constante do processo camarário n.º 305/18, registado em 2018/07/03, bem como os pareceres técnicos, datados de 2018/10/16 e 2018/11/09, que se debruçaram sobre as mesmas e considerando que as alterações apresentadas colmatam as deficiências que motivaram a audiência prévia ao projeto, delibera nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, DEFERIR o pedido de licenciamento (legalização) de obra de alteração e ampliação da moradia erigida no Lote n.º 1, constituído ao abrigo do Alvará de Loteamento n.º 73/1978, situado na Avenida José Gregório n.º 104, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 20383-P, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14678, apresentado por Carlos Alberto De Oliveira Gomes, com o NIF 180338773, com residência na Rua do Carvalhal, n.º 191, Serra de Porto d'Urso, Monte Real, do processo camarário n.º 253/18, registado em 2018/07/03,**

**A Câmara Municipal delibera ainda informar o requerente do seguinte:**

**1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**2- Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**

**3- Deverá assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de setembro, Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**30. Req.º nº 2085/18, datado de 16/11/2018 - Proc.º nº 324/18, datado de 06/08/2018 - Sofitec Soc Técnica de Moldes, Lda.**

1151 - Presente pedido com o registo nº 2085/18, datado de 16/11/2018, relativo a **licenciamento de ampliação de edifício industrial**, sito na rua Manuel Joaquim Afonso, lote 16, na Zona Industrial de Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº 5024 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 5241, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento nº 324/18, com data de entrada de 06/08/2018, apresentado por **Sofitec Soc Técnica de Moldes, Lda.**, com o NIPC 503 693 286, com sede na rua dos Godinhos, Ervideira, freguesia de Coimbrão e concelho de Leiria, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara de 1/10/2018;

Presente informação técnica, datada de 23/11/2018, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de ser aceites;

Presente informação técnica, datada de 27/11/2018, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, o pedido relativo ao licenciamento de ampliação de edifício industrial, sito na rua Manuel Joaquim Afonso, lote 16, na Zona Industrial de Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº 5024 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 5241, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento nº 324/18, com data de entrada de 06/08/2018, apresentado por Sofitec Soc Técnica de Moldes, Lda., com o NIPC 503 693 286, com sede na rua dos Godinhos, Ervideira, freguesia de Coimbrão e concelho de Leiria:

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

**1 -** Nos termos do disposto no nº 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

**2 -** Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

**3 -** Deve assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei nº 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**31. Req.º nº 2007/18, datado de 06/11/2018 - Proc.º nº 292/17, datado de 10/07/2017 - Nominalplas Lda.**

1152 - Presente pedido com o registo n.º 2007/18, datado de 06/11/2018, relativo a **alterações a realizar em obra**, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 83º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, a decorrer no prédio localizado na rua do Fagundo, n.º 36, Albergaria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19805 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19725, da freguesia e concelho da Marinha Grande, referente ao processo de licenciamento n.º 292/17, com data de entrada de 10/07/2017, apresentado por **Nominalplas Lda.**, com o NIPC 510 161 715, com sede na rua do Fagundo, n.º 36, Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o alvará de licença de construção n.º 10/18, de 27/06/2017;

Presente informação técnica, datada de 26/11/2018, que atesta encontrar-se o processo de alterações em obra apresentado em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o processo relativo a alterações a realizar em obra, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 83º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, a decorrer no prédio localizado na rua do Fagundo, n.º 36, Albergaria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19805 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19725, da freguesia e concelho da Marinha Grande, referente ao processo de licenciamento n.º 292/17, com data de entrada de 10/07/2017, apresentado por Nominalplas Lda., com o NIPC 510 161 715, com sede na rua do Fagundo, n.º 36, Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o alvará de licença de construção n.º 10/18, de 27/06/2017.**

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

**1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 27.º do RJUE, deverá requerer a alteração do alvará de licença de construção n.º 10/18, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários, nomeadamente o original deste título, para que se possa proceder, nos termos do n.º 7 do mesmo articulado legal, ao respetivo aditamento.**

**2.- Mantêm-se, na íntegra, os restantes condicionalismos relativos às condições de execução da obra, expressos na deliberação havida a 27/12/2017, nomeadamente quanto à necessidade de assegurar a gestão dos resíduos de construção e demolição nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**32. Req.º nº 1967/18, datado de 30/10/2018 - Proc.º n.º 87/18, datado de 13/03/2018 - Filipe Manuel Simões Moreira**

1153 - Presente processo camarário n.º 87/18, registado em 2018/03/13, referente ao **pedido de licenciamento de obras de construção de uma moradia e muro**, a erigir no prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 1354 e no prédio urbano inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 4844, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 1320 e n.º 5406, respetivamente, situados na Rua do Casal D'Anja, lugar de Casal D'Anja, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, apresentado por

**Filipe Manuel Simões Moreira**, com o NIF 284559903, com residência na Rua da Marinha Grande, n.º 4 A, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado na reunião de Câmara Municipal de 2018/09/03.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico, datado de 2018/11/23, que atesta, terem sido apresentados os projetos das especialidades necessários à operação urbanística, encontrando-se devidamente instruídos e em condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido.

**Após análise do pedido, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

- DEFERIR, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento de obra de construção de uma moradia e muro, a erigir no prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 1354 e no prédio urbano inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 4844, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 1320 e n.º 5406, respetivamente, situados na Rua do Casal D'Anja, lugar de Casal D'Anja, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, apresentado por Filipe Manuel Simões Moreira, com o NIF 284559903, com residência na Rua da Marinha Grande, n.º 4 A, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado na reunião de Câmara Municipal de 2018/09/03.

- Informar que mantém-se a decisão de aceitar a cedência para domínio público, destinadas a passeio, do prédio urbano com 16 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 4844, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 5406, bem como a cedência de faixa de terreno com 8,30 m2 do prédio rústico com 821 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 1354 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 1320, conforme descrição e configuração constante da peça gráfica correspondente à "*Planta de Implantação, Desenho n.º 1A*", entregue a coberto do requerimento n.º 1483/18, registado em 2018/08/14, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação da certidão emitida Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

- Informar o requerente do seguinte:

1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2- Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3- Deverá assegurar a execução do passeio em blocos retangulares de betão (0,20mX0,10mX0,06m) assente em base em tout-venant com 0,15 m de espessura e lancil de betão com dimensões de 0,12m (largura à vista) x 0,25m (altura) x 0,15 m (largura de base).



4- Deverá assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de setembro, Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**33. Req.º nº 1863/18, datado de 15/10/2018 - Proc.º n.º 442/18, datado de 15/10/2018 - Nelson Fernando Pedrosa Faustino**

1154 - Presente requerimento n.º 1863/18, datado de 2018/10/15, constante do processo camarário n.º 442/18, subscrito por **Nelson Fernando Pedrosa Faustino**, com o NIF 206017189, residente em rua do Mar, n.º 11, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, a solicitar o licenciamento da obra de **“Alteração de edifício habitacional com 4 fogos e anexo para garagem”** existente, sito num prédio urbano localizado na rua da Foz, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 6614 e inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 2490.

Presentes pareceres técnicos dos serviços, datados de 2018/11/26 e 2018/11/27, referentes, respetivamente, aos projetos de arquitetura e das especialidades apresentados.

**Após a análise da pretensão, e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/14, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de **“Alteração de edifício habitacional com 4 fogos e anexo para garagem”** existente, sito num prédio urbano localizado na rua da Foz, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 6614 e inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 2490, com o número de processo 442/18, com data de entrada em 2018/10/15, apresentado por Nelson Fernando Pedrosa Faustino, com o NIF 206017189, residente em rua do Mar, n.º 11, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos necessários à correta execução da obra.

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 94.º do Regulamento Municipal de edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, as obras de construção civil nas praias de S. Pedro de Moel, Praia da Vieira e Água de Madeiros, são suspensas do dia 1 de julho a 31 de agosto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**34. Req.º nº 1869/16, datado de 04/11/2016 - Proc.º nº 326/16, datado de 10/08/2016 - Ribermold Lda**

1155 - Presente pedido com o registo nº 1869/16, datado de 04/11/2016, relativo a **legalização de alterações e instalação de estabelecimento de bebidas, com secção acessória de fabrico de pão**, na fração E, situada no rés do chão com acesso direto pelo nº 54 da rua Vila Real de Santo António, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº 11469 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 16329, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento nº 326/16, com data de entrada de 10/08/2016, apresentado por **Ribermold Lda**, com o NIPC 502 256 087, com sede na rua da Marinha Pequena, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 03/12/2018, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a **legalização de alterações e instalação de estabelecimento de bebidas, com secção acessória de fabrico de pão**, na fração E, situada no rés do chão com acesso direto pelo nº 54 da rua Vila Real de Santo António, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº 11469 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 16329, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento nº 326/16, com data de entrada de 10/08/2016, apresentado por Ribermold Lda, com o NIPC 502 256 087, com sede na rua da Marinha Pequena, freguesia e concelho da Marinha Grande.

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

**1 -** Nos termos do disposto no nº 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

**2 -** Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

**3 -** Nos termos do disposto no nº 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

**4 -** A emissão da autorização de utilização encontra-se igualmente condicionada à apresentação de certidão de conformidade acústica, a emitir por entidade certificada, nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 129/2002, de 11 de Maio, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 96/2008, de 9 de Junho.

**5.-** Deve assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei nº 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**35. Req.º nº 1898/18, datado de 18/10/2018 - Proc.º nº 257/17, datado de 23/06/2017 - Hélder João Henriques Fortunato**

1156 - Presente processo camarário nº 257/17, registado em 2018/06/23, referente ao pedido de **licenciamento** (legalização) **de obra de alteração de moradia e** (legalização) **da obra de ampliação de anexo**, erigidos no prédio urbano situado na Rua da Embra, nº 28, lugar da Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz sob o nº 8453, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº 16321, apresentado por **Hélder João Henriques Fortunato**, com o NIF 124235760, residente na Rua da Embra, nº 28, lugar da Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, cuja projeto de arquitetura foi aprovado na reunião de Câmara Municipal de 2018/03/05.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no nº 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico, datado de 2018/11/14, que atesta, terem sido apresentados os projetos das especialidades necessários à operação urbanística, encontrando-se devidamente instruídos e em condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido.

**Após análise do pedido, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

- **DEFERIR**, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento de obra de licenciamento (legalização) de obra de alteração de moradia e (legalização) da obra de ampliação de anexo, erigidos no prédio urbano situado na Rua da Embra, nº 28, lugar da Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz sob o nº 8453, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº 16321, apresentado por Hélder João Henriques Fortunato, com o NIF 124235760, residente na Rua da Embra, nº 28, lugar da Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, cuja projeto de arquitetura foi aprovado na reunião de Câmara Municipal de 2018/03/05.

- **Informar o requerente do seguinte:**

- 1- Nos termos do disposto no nº 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2- Nos termos do disposto no nº 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**36. Req.º nº 1918/18, datado de 22/10/2018 - Proc.º nº 305/18, datado de 24/07/2018 - Acácio Alves da Silva e Mónica da Silva Gomes Marques**

1157 - Presente processo camarário n.º 305/18, registado em 2018/07/24, subscrito por **Acácio Alves da Silva**, com o NIF 202885690, e por **Mónica da Silva Gomes Marques**, com o NIF 200121090, residentes na Rua dos Agriões, n.º 40, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente a pedido de **licenciamento da obra de alteração e ampliação da moradia e obra de construção de muro**, incidente sobre o prédio urbano inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 6669, situado na rua dos Agriões, n.º 40, lugar do Pilado, freguesia e Concelho de Marinha Grande e incidente sobre o prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 10648, situado na rua dos Agriões, lugar do Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, ambos os prédios estão descritos na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11967 e sob o n.º 13031, respetivamente.

Presente projeto de arquitetura com parecer datado de 2018/11/14, que toma o projeto, apresentado pelo requerimento n.º 1918/18, apto a uma decisão favorável.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico, datado de 2018/11/26, que atesta, terem sido apresentados os projetos das especialidades necessários à operação urbanística, encontrando-se devidamente instruídos e em condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido.

**Após análise do pedido, e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera:**

**1- DEFERIR**, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento da obra de alteração e ampliação da moradia e obra de construção de muro, incidente sobre o prédio urbano inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 6669, situado na rua dos Agriões, n.º 40, lugar do Pilado, freguesia e Concelho de Marinha Grande e incidente sobre o prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 10648, situado na rua dos Agriões, lugar do Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, ambos os prédios estão descritos na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11967 e sob o n.º 13031, respetivamente, apresentado a coberto do requerimento n.º 1918/18, registado em 2018/10/22, constante do processo camarário n.º 305/18, registado em 2018/07/24, apresentado por **Acácio Alves da Silva**, com o NIF 202885690, e por **Mónica da Silva Gomes Marques**, com o NIF 200121090, residentes na Rua dos Agriões, n.º 40, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande.

**2- Aceitar a cedência para domínio público, para passeio, das faixas de terreno com a área de 8 m2 e com a área de 18 m2, situadas na parte da frente de ambos os prédios confinantes com a rua dos Agriões, conforme descrição e configuração constante da peça gráfica correspondente à “*Planta de Topografia Implantação - Outubro 2018, Alteração ao Processo 305/18, Desenho n.º 1AL*”, entregue a coberto do requerimento n.º 1918/18, registado em 2018/10/22, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação das certidões emitidas pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizadas.**

**3- Informar os requerentes do seguinte:**

- a) Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- b) Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.
- c) Após abertura das fundações, deverão os requerentes solicitar a deslocação dos serviços da Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, sendo o registo desta deslocação no respetivo livro de obra imprescindível para isenção de vistoria na futura concessão da respetiva autorização de utilização.
- d) Deverão assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário a ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98.
- e) Deverão assegurar a execução de passeio conforme representação e descrição constante da *“Planta de Topografia Implantação - Outubro 2018, Alteração ao Processo 305/18, Desenho n.º 1AL”*, entregue a coberto do requerimento n.º 1918/18, registado em 2018/10/22.
- f) Deverão assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março, na sua redação atual. Para o efeito, deverão efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**37. Req.º nº 2006/18, datado de 06/11/2018 - Proc.º n.º 19/18, datado de 23/01/2018 - Jacinto Esperança Pereira, Lda.**

1158 - Presente processo camarário n.º 19/18, registado em 2018/01/23, em nome de **Jacinto Esperança Pereira, Lda.**, com o NIPC 501986308, com sede na Rua da Cruz, n.º 16, Casal dos Claros, lugar e freguesia de Amor, concelho de Leiria, referente a pedido de **emissão de certidão comprovativa da satisfação dos requisitos de destaque**, com decisão tomada na reunião de Câmara Municipal de 2018/10/09, e pedido de **licenciamento de obra de “construção de uma moradia, anexos e muros a erigir numa parcela a destacar”** do prédio rústico situado na Rua do Pinheiros, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 606, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 6879, cujo projeto de arquitetura foi aprovado na reunião de Câmara Municipal de 2018/10/29.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico, datado de 2018/11/15, que atesta, terem sido apresentados os projetos das especialidades necessários à operação urbanística, encontrando-se devidamente instruídos e em condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido.

Após análise do pedido, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:

1- DEFERIR, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, licenciamento de obra de *“construção de uma moradia, anexos e muros a erigir numa parcela a destacar”* do prédio rústico situado na Rua do Pinheiros, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 606, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 6879, constante do processo camarário n.º 19/18, registado em 2018/01/23, apresentado por Jacinto Esperança Pereira, Lda., com o NIPC 501986308, com sede na Rua da Cruz, n.º 16, Casal dos Claros, lugar e freguesia de Amor, concelho de Leiria, cujo projeto de arquitetura foi aprovado na reunião de Câmara Municipal de 2018/10/09.

2- A emissão da Autorização de Utilização fica condicionada à apresentação da certidão emitida Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

3- Informar o requerente do seguinte:

a) Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

b) Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

c) Deverá assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de setembro, Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

38. Req.º nº 2046/18, datado de 12/11/2018 - Proc.º n.º 32/18, datado de 05/02/2018 - V B - Fresagem S.A.

1159 - Presente pedido com o registo n.º 703/18, datado de 10/04/2018, relativo a **legalização e ampliação de uma unidade industrial**, sita no n.º 37 da rua dos Poços, Marinha Grande, no terreno constituído pelos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.ºs 7375 e 72 e inscritos, respetivamente, na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1212 e na matriz urbana sob o artigo n.º 20197-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 32/18, com data de entrada de 05/02/2018, apresentado por **V B - Fresagem S.A.**, com o NIPC 504 537 385, com sede na R. dos Poços, 37, Lameira da Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara de 25/06/2018;

Presente informação técnica, datada de 23/11/2018, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidades entregues em condições de ser aceites;

Presente informação técnica datada de 27/11/2018, que atesta encontrar-se o processo de licenciamento em condições de ser aprovado, propondo o seu deferimento;

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a legalização e ampliação de uma unidade industrial, sita no n.º 37 da rua dos Poços, Marinha Grande, no terreno constituído pelos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.ºs 7375 e 72 e inscritos, respetivamente, na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1212 e na matriz urbana sob o artigo n.º 20197-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 32/18, com data de entrada de 05/02/2018, apresentado por V B - Fresagem S.A., com o NIPC 504 537 385, com sede na R. dos Poços, 37, Lameira da Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande.

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

**1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**

**3 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**

**4.- Deve assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**39. Req.º nº 2169/18, datado de 30/11/2018 - Proc.º n.º 256/18, datado de 04/07/2018 - Tecnimoplas - Industria Tecnica de Moldes Lda**

1160 - Presente pedido com o registo n.º 2169/18, datado de 30/11/2018, relativo a ampliação e alteração de uma unidade industrial sita na rua de Leiria, n.º 200, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2567, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1110 (parte), da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 256/18, com data de entrada de 04/07/2018, apresentado por **Tecnimoplas - Industria Tecnica de Moldes Lda**, com o NIPC 500 280 533, com sede na estrada de Leiria-Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara de 16/10/2018;

Presente processo de regularização extraordinária, com o n.º 188/17, apresentado a 10/05/2017 pela mesma empresa, a exercer a sua atividade nesta unidade, o qual obteve, em reunião de Conferência Decisória realizada a 08/01/2018, deliberação favorável condicionada;

Presente informação técnica, datada de 03/12/2018, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 03/12/2018, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo à ampliação e alteração de uma unidade industrial sita na rua de Leiria, n.º 200, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2567, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1110 (parte), da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 256/18, com data de entrada de 04/07/2018, apresentado por Tecnimoplas - Industria Tecnica De Moldes Lda., com o NIPC 500 280 533, com sede na estrada de Leiria-Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande;

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

**1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**

**3 - Deve assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**40. Req.º nº 1360/17, datado de 31/07/2017 - Proc.º nº 343/17, datado de 31/07/2017 - Álvaro Rodrigues Marques Carvalho**

1161 - Presente Processo Camarário n.º 1310/76, referente à “*Operação de Loteamento Urbano com Obras de Urbanização*”, levada a efeito sobre um prédio sito no lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, à qual foi atribuído o Alvará de Loteamento n.º 30/1976, datado de 1976/02/02, emitido em nome de “*GUILHERMINA VITÓRIA*”, com posterior alteração datada de 2014/02/20.

Presente requerimento n.º 1360/17, datado de 2017/07/31, constante do processo camarário n.º 343/17, subscrito por **Álvaro Rodrigues Marques Carvalho**, com o NIF 159435250, com residência em rua dos Carreirinhos, n.º 12, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, inerente ao pedido de licenciamento para a “**Alteração de Loteamento**”



**Urbano**", a incidir sobre o lote designado por "**Lote n.º 7**" do referido loteamento urbano, visando a retificação da área do lote de 426,00m<sup>2</sup> para 487,00m<sup>2</sup>, a alteração do polígono e área de implantação, de 100,00m<sup>2</sup> para 202,80m<sup>2</sup>, da área de construção de 100,00m<sup>2</sup> para 295,00m<sup>2</sup>, o aumento do número de pisos, de 1 para 2 e a previsão de uma área de implantação e de construção a afetar a anexo/garagem, com 89,50m<sup>2</sup>.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2018/09/17, a enquadrar devidamente a pretensão, garantindo que se encontram reunidas as condições para que a mesma seja submetida a deliberação camarária.

**Após análise da pretensão, bem como do referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do disposto no art. 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE, a alteração à licença da "**Operação de Loteamento Urbano**", titulada pelo Alvará de Loteamento n.º 30/1976, datado de 1976/02/02, emitido em nome de "**GUILHERMINA VITÓRIA**", com posterior alteração datada de 2014/02/20, a incidir sobre o lote designado por "**Lote n.º 7**" do referido loteamento urbano, visando a retificação da área do lote de 426,00m<sup>2</sup> para 487,00m<sup>2</sup>, a alteração do polígono e área de implantação, de 100,00m<sup>2</sup> para 202,80m<sup>2</sup>, da área de construção de 100,00m<sup>2</sup> para 295,00m<sup>2</sup>, o aumento do número de pisos, de 1 para 2 e a previsão de uma área de implantação e de construção a afetar a anexo/garagem, com 89,50m<sup>2</sup>.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**41. Req.º nº 1572/18, datado de 30/08/2018 - Proc.º n.º 352/18, datado de 30/08/2018 - Pelacerta - Investimentos Imobiliários, Lda.**

1162 - Presente processo relativo à Comunicação Prévia referente à obra de "**Construção de edifício de Habitação Multifamiliar de 4 Fogos**" a constituir no regime de propriedade horizontal, em nome de **Pelacerta - Investimentos Imobiliários, Lda.**, com o NIPC 507064755, com sede na rua Direita, n.º 5, Casal Novo, freguesia de Amor, concelho de Leiria, a levar a efeito sobre uma parcela de terreno a destacar de prédio rústico sito no lugar de Pedra de Baixo, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14296, e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 10894.

Presente requerimento 1572/18, datado de 2018/08/30, constante do processo camarário n.º 352/18, inerente ao **pedido de emissão de certidão de destaque** de parcela, a incidir sobre o prédio rústico, sito no lugar de Pedra de Baixo, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14296 e inscrito na matriz predial rústica sob o número 10894, com a área de 3.986,20m<sup>2</sup>, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 6.º do Regime Jurídico da urbanização e Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, solicitando ainda a **emissão de certidão comprovativa de que o edifício em causa, satisfaz os requisitos legais para a sua constituição em regime de propriedade horizontal**, nos termos previstos no n.º 3 do art. 66.º do referido diploma legal.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2018/12/04, que atesta estarem preenchidos os requisitos legais necessários à emissão das certidões requeridas relativas à operação de destaque e sujeição do edifício ao regime de propriedade horizontal.

**Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaíram, a Câmara delibera:**

**Deferir e mandar emitir a certidão de destaque requerida para efeitos de registo predial, nos termos do n.º 9 do artigo 6.º do RJUE, devendo nela constar a obrigatoriedade de inscrição do ónus de não fracionamento das parcelas resultantes do destaque, por um período de 10 anos contados da data do mesmo, nos termos do n.º 6 e n.º 7 do citado artigo 6.º, sem o que não poderá ser licenciada ou comunicada qualquer obra de construção nessas parcelas;**

**Deferir e mandar emitir a certidão comprovativa de que o edifício em causa, satisfaz os requisitos legais para que possa ser submetido ao Regime de Propriedade Horizontal, nos termos previstos no art. 1414.º e seguintes do Capítulo VI (Propriedade Horizontal) do Código Civil em vigor.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**42. Req.º nº 2168/18, datado de 30/11/2018 - Proc.º n.º 182/16, datado de 17/05/2016 - Cordeiro, Silva e Cordeiro, Lda.**

1163 - Presente processo camarário n.º 182/16, em nome de **Cordeiro, Silva e Cordeiro, Lda.**, com o NIPC 507290852, com sede em Av. Vitor Gallo, n.º 124, freguesia e concelho de Marinha Grande, relativo ao licenciamento da obra de **“Construção de um edifício habitacional de dois fogos e muros de vedação”**, incidente sobre um prédio urbano, sito no lugar de Fagundo, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 1650 e inscrito na matriz urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 17395, à qual foi atribuído o Alvará de Obras de Construção n.º 87/17, datado de 2017/12/04.

Presente requerimento n.º 2168/18, datado de 2018/11/30, pelo qual é solicitada a emissão de certidão comprovativa relativa à verificação dos requisitos necessários à sujeição do edifício ao Regime de Propriedade Horizontal, nos termos previstos no n.º 3 do art. 66.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2018/12/05, que atesta estarem preenchidos os requisitos legais necessários à emissão da certidão requerida, relativa à sujeição do edifício ao regime de Propriedade Horizontal.

**Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaíram, a Câmara delibera:**

**Deferir e mandar emitir a certidão requerida, comprovativa de que se encontram preenchidos os requisitos legais para que o edifício possa ser submetido ao Regime de Propriedade Horizontal, nos termos previstos no art. 1414.º e seguintes do Capítulo VI (Propriedade Horizontal) do Código Civil em vigor.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**43. Req.º nº 1350/18, datado de 23/07/2018 - Proc.º n.º 299/18, datado de 23/07/2018 - Aqueciliz S.A.**

1164 - Presente pedido com o registo n.º 1350/18, datado de 23/07/2018, relativo a licenciamento de **construção de edifício destinado a comércio, serviços e armazéns**, no prédio sito na rua de Leiria, Embra, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 770 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1270, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 299/18, com data de entrada de 23/07/2018, apresentado por **Aqueciliz S.A.**, com o NIPC 504 593 790, com sede na rua das Flores, n.º 17, Grinde, freguesia de Caranguejeira e concelho de Leiria, a solicitar a aprovação do respetivo projeto de arquitetura;

Presente informação técnica, datada de 29/11/2018, que atesta não se encontrar o processo em condições de merecer aprovação, por ausência de infraestruturas de saneamento;

**A Câmara Municipal delibera:**

**NOTIFICAR o requerente, Aqueciliz S.A., com o NIPC 504 593 790, com sede na rua das Flores, n.º 17, Grinde, freguesia de Caranguejeira e concelho de Leiria, em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 121º e 122º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), concedendo-lhe 15 dias, antes de ser tomada a decisão final, para que este refira, por escrito, o que se lhe oferecer sobre a proposta de indeferimento, ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, do seu processo, referente a construção de edifício destinado a comércio, serviços e armazéns, no prédio sito na rua de Leiria, Embra, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 770 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1270, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 299/18, com data de entrada de 23/07/2018, por ausência de infraestruturas de saneamento, não sendo possível, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 22º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação do Município da Marinha Grande (RMEU) o recurso a sistema autónomo, dado o número previsto de unidades suscetíveis de utilização independente exceder o limite máximo de dois, ao apresentar uma proposta que contempla a criação de 8 unidades.**

**Delibera, igualmente, informar que esta posição poderá ser revista, ao abrigo do disposto no artigo 25º do RJUE, podendo haver deferimento do pedido, desde que o requerente, em sede de audiência prévia, se comprometa a realizar os trabalhos necessários ou a assumir os encargos inerentes à realização dessa infraestrutura, bem como os encargos de funcionamento da mesma por um período mínimo de 10 anos.**

**Mais delibera informar que deverá, ainda, obter os pareceres prévios vinculativos da administração rodoviária, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 42º do Novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, publicado em anexo à Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, por se situar a operação dentro da zona de respeito definida nos termos da alínea vv) do artigo 3º do mesmo estatuto e da agência portuguesa do ambiente (APA), por se situar na zona de proteção alargada do furo de captação subterrânea de água AC4, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 4º da Portaria n.º 13/2017, de 9 de janeiro, sendo que a não inclusão destes elementos, indispensáveis ao conhecimento da pretensão, implicará, igualmente, o indeferimento do presente processo, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do RJUE, por violar o disposto nas normas já referidas do Estatuto das Estradas e da Portaria n.º 13/2017, de 9 de janeiro.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**44. Req.º nº 1447/18, datado de 07/08/2018 - Proc.º nº 328/18, datado de 07/08/2018 - Sérgio Filipe Pedrosa Fazendeiro**

1165 - Presente processo camarário nº 161/85, em nome de Madaíl de Sousa, relativo ao licenciamento da Operação de Loteamento Urbano, levado a efeito sobre um prédio rústico sito no lugar de Guarda Nova, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 227, para o qual foi atribuído o Alvará de Loteamento Urbano nº 28/1985, de 09/12/1985 a autorizar a constituição de 4 (quatro) lotes de terreno, numerados de 1 a 4, com as áreas de 640m2, 993m2, 1637m2 e 2144m2.

Presente requerimento nº 1447/18, datado de 2018/08/07, constante do processo camarário nº 328/18, subscrito por **Sérgio Filipe Pedrosa Fazendeiro**, com o NIF 218731361, residente em rua Fernando José Alvarez Baridó, nº 32, lugar de Guarda Nova, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de **“Construção de habitação unifamiliar e muros de vedação”**, a incidir sobre um prédio urbano sito na travessa da Calçada e rua Fernando José Alvarez Baridó, no lugar de Guarda Nova, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a área de 507m2.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2018/12/01, que refere que o projeto de arquitetura apresentado, não se encontra apto a merecer aprovação, visto a proposta de edificação de construção recair em prédio com a área de 507m2, correspondendo a parte da área do lote nº 2, apresentando desconformidade na sua configuração de nos respetivos limites, face ao referido lote nº 2 autorizado.

**Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “Construção de habitação unifamiliar e muros de vedação”, a incidir sobre um prédio urbano sito na travessa da Calçada e rua Fernando José Alvarez Baridó, no lugar de Guarda Nova, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 7095, e inscrito na matriz sob o artigo número 13002, com a área de 507m2, bem como do parecer técnico datado de 2018/12/01, a Câmara Municipal delibera NOTIFICAR o requerente, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo – CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos do disposto na alínea a) do nº 1 do art. 24.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, nomeadamente por violar normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as constantes no Alvará de Loteamento Urbano nº 28/1985, de 09/12/1985, ao propor a edificação de construção em prédio com a área de 507m2, correspondendo a parte da área do lote nº 2, constituído através do Alvará de Loteamento urbano nº 28/1985, de 09/12/1985, com a área de 993m2, apresentando ainda desconformidades na sua configuração de respetivos limites.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**45. Req.º nº 1799/18, datado de 04/10/2018 - Proc.º nº 422/18, datado de 04/10/2018 - Marco António Duarte Alves Laranjeira**

1166 - Presente requerimento com o registo de entrada n.º 1799/18, datado de 2018/10/04, constante do processo camarário n.º 422/18, inerente ao pedido de licenciamento da obra de **“Construção de habitação unifamiliar e muros”**, a levar a efeito num prédio rústico, sito no lugar de Tojeiras - juncal, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 20318 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 4744, da freguesia de Marinha Grande, apresentado por **Marco António Duarte Alves Laranjeira**, com o NIF 219677670, com residência em rua das Saudades, n.º 12, 1.º A, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2018/11/09, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de **“Construção de habitação unifamiliar e muros”**, a levar a efeito num prédio rústico, sito no lugar de Tojeiras - juncal, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 20318 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 4744, da freguesia de Marinha Grande, com o número de processo 422/18, com data de entrada em 2018/10/04, apresentado por **Marco António Duarte Alves Laranjeira**, com o NIF 219677670, com residência em rua das Saudades, n.º 12, 1.º A, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico datado de 2018/11/09, a Câmara Municipal delibera NOTIFICAR o requerente, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo – CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, por violar normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente as previstas no n.º 3 do art. 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 15/2009, de 14 de janeiro, 17/2009, de 14 de janeiro, 114/2011, de 30 de novembro, 83/2014, de 23 de maio e Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto, diploma que estrutura o Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SDFCI), dado a construção a erigir em prédio afeto à categoria dos Espaços Agro-florestais, não garantir, na sua implantação no terreno, a distância à extrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a 50m.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**46. Req.º nº 2114/18, datado de 21/11/2018 - Proc.º n.º 138/18, datado de 18/04/2018 - Luís Manuel Fernandes Soeima**

1167 - Presente processo camarário n.º 138/18, inerente ao pedido de licenciamento da obra de **“Legalização da alteração e ampliação de edifício habitacional com dois fogos”**, incluindo a **“Demolição de áreas ilegais”**, a incidir sobre um prédio urbano sito no lugar de Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2913 e omissa na matriz, apresentado por **Luís Manuel Fernandes Soeima**, com o NIF 146749537, com residência em Travessa da Portela, n.º 16, 1.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, sobre o qual recaiu a deliberação camarária datada de 2018/10/29, que se transcreve:

*“Presente requerimento com registo de entrada n.º 772/18, datado de 2018/04/18, constante do processo camarário n.º 138/18, inerente ao pedido de licenciamento da obra de*

*“Legalização da alteração e ampliação de edifício habitacional com dois fogos”, incluindo a “Demolição de áreas ilegais”, a incidir sobre um prédio urbano sito no lugar de Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2913 e omissos na matriz, apresentado por LUÍS MANUEL FERNANDES SOEIMA, com o NIF 146749537, com residência em Travessa da Portela, n.º 16, 1.º, freguesia e concelho de Marinha Grande.*

*Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2018/10/11, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a merecer aprovação.*

*Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “Legalização da alteração e ampliação de edifício habitacional com dois fogos”, incluindo a “Demolição de áreas ilegais”, a incidir sobre um prédio urbano sito no lugar de Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2913 e omissos na matriz, com o número de processo 138/18, com data de entrada em 2018/04/18, apresentado por LUÍS MANUEL FERNANDES SOEIMA, com o NIF 146749537, com residência em Travessa da Portela, n.º 16, 1.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico datado de 2018/10/11, a Câmara Municipal delibera notificar o requerente, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo – CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, por violar normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente:*

*1. O n.º 8 do art. 5.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, relativo ao índice de construção bruto máximo de 0,6 dado apresentar uma área bruta total de construção de 380,60m<sup>2</sup>, superior à área de construção máxima permitida para o prédio de 360,00m<sup>2</sup>, resultando assim, num índice de construção bruto de 0,634.*

*2. O Decreto-Lei n.º 163/2006, de 08/08, ao não apresentar o respetivo Plano de Acessibilidades previsto no n.º 5 do seu art. 3.º.”*

*Presente requerimento com registo de entrada n.º 2114/18, datado de 2018/11/21, pelo qual é solicitada a prorrogação de 30 dias para das resposta à referida audiência prévia, alegando que “(...) Este pedido tem como finalidade o de proceder à retificação de áreas cedidas, que não consegue no tempo indicado”.*

*Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2018/12/01, a enquadrar devidamente o pedido.*

**Após a análise do pedido e tendo em consideração o parecer técnico datado de 2018/12/01 que sobre ele recaiu, a Câmara delibera DEFERIR a prorrogação do prazo anteriormente concedido, para que o requerente se pronuncie em sede de audiência prévia, sobre a proposta de indeferimento recaída sobre o pedido de licenciamento da obra de “Legalização da alteração e ampliação de edifício habitacional com dois fogos”, incluindo a “Demolição de áreas ilegais”, a incidir sobre um prédio urbano sito no lugar de Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande, nos termos requeridos, por um período de 45 dias.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**47. Req.º nº 2166/18, datado de 30/11/2018 - Proc.º nº 233/16, datado de 16/06/2016 - Dreamelement - Unipessoal Lda.**

1168 - Presente processo referente ao pedido de licenciamento da obra de alteração em edifício existente, destinado a instalação de indústria, a que foi atribuído o número de processo camarário 233/16, incidente sobre um prédio sito no largo da Alegria, n.º 3 e travessa do Cotovelo n.º 1, na Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6936 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 20.104-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, objeto de deferimento final por deliberação camarária tomada na reunião de 21/07/2016, tendo sido titulada pelo alvará de obras de alteração n.º 49/16, emitido em 11/08/2016, cuja validade terminou em 27/11/2018, bem como requerimento a solicitar concessão de licença especial para conclusão de obra inacabada, apresentado por **Dreamelement - Unipessoal Lda.**, com o NIPC 513546642, com sede na rua das Flores, n.º 17, R/C, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica datada de 04/12/2018, sobre os condicionalismos que enquadram a intenção de declarar a caducidade da licença.

Considerando que:

- Por deliberação camarária tomada na reunião de 21/07/2016, foi o pedido de licenciamento relativo à obra de alteração em edifício existente, destinado a instalação de indústria, a que foi atribuído o número de processo camarário 233/16, incidente sobre um prédio sito no largo da Alegria, n.º 3 e travessa do Cotovelo n.º 1, na Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6936 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 20.104-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, foi objeto de deferimento final;

- Através do requerimento n.º 2166/18, datado de 30/11/2018, vem a proprietária do prédio, a sociedade **Dreamelement - Unipessoal Lda.**, com o NIPC 513546642, com sede na rua das Flores, n.º 17, R/C, freguesia e concelho da Marinha Grande, requerer uma licença especial para conclusão da obra, a qual apenas pode ser solicitada quando as obras já tenham atingido um elevado estado de execução, mas a licença haja caducado;

- Pressupõe a requerente que a caducidade da licença já se operou automaticamente, pelo que considera-se estarem reunidas condições para a dispensa da sua audiência prévia pela Câmara, conforme o disposto no artigo 124.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, que refere que a audiência dos interessados pode ser dispensada quando *“os interessados já se tiverem pronunciado no procedimento sobre as questões que importem à decisão e sobre as provas produzidas”*;

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo previsto para a execução da obra titulada pelo alvará de obras de alteração n.º 49/16, emitido em 11/08/2016, cuja validade terminou em 27/11/2018, sem que a obra se encontre concluída, no uso da competência conferida pelo nº 5 do referido artigo 71.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, delibera **DECLARAR A CADUCIDADE** do licenciamento relativo à obra de alteração em edifício existente, destinado a instalação de indústria, a que foi atribuído o número de processo camarário 233/16, incidente sobre um prédio sito no largo da Alegria, n.º 3 e travessa do Cotovelo n.º 1, na Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6936 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 20.104-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentado por **Dreamelement - Unipessoal Lda.**, com o NIPC 513546642, com sede na rua das Flores, n.º 17, R/C, freguesia e concelho da Marinha Grande, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do mencionado artigo 71.º.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**48. Req.º nº 2166/18, datado de 30/11/2018 - Proc.º nº 233/16, datado de 16/06/2016 - Dreamelement - Unipessoal Lda.**

1169 - Presente processo referente ao pedido de licenciamento da obra de alteração em edifício existente, destinado a instalação de indústria, a que foi atribuído o número de processo camarário 233/16, incidente sobre um prédio sito no largo da Alegria, nº 3 e travessa do Cotovelo nº 1, na Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº 6936 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 20.104-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, objeto de deferimento final por deliberação camarária tomada na reunião de 21/07/2016, tendo sido titulada pelo alvará de obras de alteração nº 49/16, emitido em 11/08/2016, cuja validade terminou em 27/11/2018;

Presente pedido de concessão de licença especial para conclusão de obras inacabadas, ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 88.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 09/09, registado sob o requerimento nº 2166/18, datado de 30/11/2018, apresentado por **Dreamelement - Unipessoal Lda.**, com o NIPC 513546642, com sede na rua das Flores, nº 17, R/C, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente deliberação camarária a declarar a caducidade da licença por se encontrar ultrapassado o prazo previsto para a execução da obra titulada pelo alvará de obras de alteração nº 49/16, emitido em 11/08/2016, cuja validade terminou em 27/11/2018, sem que a obra se encontre concluída, ao abrigo do disposto na alínea d) do nº 3 do artigo 71.º do RJUE.

Presente parecer dos serviços sobre o assunto, datado de 04/12/2018.

**Após análise da pretensão a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR o pedido de licença especial para conclusão da obra ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 88.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 09/09, apresentado por Dreamelement - Unipessoal Lda., com o NIPC 513546642, com sede na rua das Flores, nº 17, R/C, freguesia e concelho da Marinha Grande, em virtude das obras de alteração em edifício existente, destinado a instalação de indústria, a que foi atribuído o número de processo camarário 233/16, incidente sobre um prédio sito no largo da Alegria, nº 3 e travessa do Cotovelo nº 1, na Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº 6936 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 20.104-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, terem já atingido um elevado grau de execução, encontrando-se em fase de acabamentos.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**49. Req.º nº 1947/18, datado de 29/10/2018 - Proc.º nº 214/15, datado de 22/06/2015 - Banco de Investimento Imobiliário, S.A.**



1170 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1947/18, datado de 29/10/2018 apresentado por **Banco de Investimento Imobiliário, S.A.**, com o NIPC 502924047, com sede em Rua do Ouro, n.º 130, Lisboa, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito na Rua dos Guilhermes, n.º 34, Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, objeto de obras de alteração, titulada pelo alvará de obras de alteração e construção n.º 35/18, emitido em 22/05/2018.

Presente parecer datado de 09/11/2018, bem como despacho do do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria prevista nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua dos Guilhermes, n.º 34, Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Banco de Investimento Imobiliário, S.A., com o NIPC 502924047, com sede em Rua do Ouro, n.º 130, Lisboa, com a seguinte composição:**

**1) Membros efetivos**  
**Engenheira Maria João**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Fiscal Carlos Duarte**

**2) Membros suplentes**  
**Engenheiro Rui Vicente**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Fiscal Nuno Fernandes**

**Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**50. Req.º nº 2117/18, datado de 22/11/2018 - Proc.º n.º 5/18, datado de 11/01/2018 - Cesaltina Pedro Ferreira, Rui Jorge Ferreira Coelho, Afonso José Ferreira Coelho**

1171 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 2117/18, datado de 22/11/2018 apresentado por **Cesaltina Pedro Ferreira**, com o NIF 125689640, com morada em Rua das Campainhas, n.º 8, Casal dos Ossos, freguesia e concelho de Marinha Grande, por **Rui Jorge Ferreira Coelho**, com o NIF 125689632, com morada em Rua do Azambuja, n.º 33, 3.º Dt.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, e por **Afonso José Ferreira Coelho**, com morada em Rua do Lamarão da Embra, n.º 54 freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito na Rua das Campainhas, n.º 8, Casal dos Ossos, freguesia e concelho de Marinha Grande, objeto de legalização de ampliação, titulada pelo alvará de obras de licença de legalização n.º 92/18, emitido em 22/11/2018.

Presente parecer técnico datado de 04/12/2018, bem como despacho do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do art.º 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua das Campainhas, n.º 8, Casal dos Ossos, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Cesaltina Pedro Ferreira, com o NIF 125689640, com morada em Rua das Campainhas, n.º 8, Casal dos Ossos, freguesia e concelho de Marinha Grande, por Rui Jorge Ferreira Coelho, com o NIF 125689632, com morada em Rua do Azambuja, n.º 33, 3.º Dt.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, e por Afonso José Ferreira Coelho, com morada em Rua do Lamarão da Embra, n.º 54 freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:**

**1) Membros efetivos**  
**Engenheira Maria João**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Fiscal Carlos Duarte**

**2) Membros suplentes**  
**Engenheiro Rui Vicente**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Fiscal Nuno Fernandes**

**Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**51. Req.º nº 1782/18, datado de 02/10/2018 - Proc.º n.º 446/17, datado de 03/10/2017 - Rua das Flores - Gestão de Activos Imobiliários Lda e Alberto Carreira, Construções, Lda**

**Os Srs. Vereadores do MpM fizeram o seguinte comentário:**

*“Quando analisámos este projeto já sabíamos que estava abrangido pelo Art 119, nr. 3, c), porque não isentámos de imediato e cobrámos as taxas ao munícipe? Ou pelo menos informávamos o munícipe que tinha direito a esta isenção.*

*Este processo é semelhante ao que veio à reunião anterior e o qual discutimos na reunião tida a 29/11 com um munícipe, onde ficou decidido:*

*a) Pedir à CCDRC um parecer para que o RMEU e o RJUE possam coincidir e dar a isenção já paga. O que responderam?*

*b) Alterar o RMEU para isenção de taxas na ARU, virá na próxima reunião de câmara. Onde está?*

*Se recentemente a Câmara procedeu a uma alteração ao RMEU, para retirar o parâmetro “L”, e não foi preciso nenhum estudo económico, não entendemos porque não poderá fazer-se uma outra rápida alteração do RMEU, para incentivar os munícipes a reconstruírem as casas degradadas que estão no Centro Tradicional.”*

Dado que a **Chefe da Divisão de Gestão do Território, Dr.ª Inês Marrazes**, se encontrava presente na reunião, a **Sr.ª Presidente** solicitou-lhe a explicação técnica às questões colocadas pelo Sr. Vereador Aurélio Ferreira.

A **Dr.ª Inês Marrazes** informou que esta é uma obra de reconstrução. A outra não era, porque entra em contradição a definição do RMEU e do RJUE. Neste momento não há condições para a alteração ao RMEU vir à reunião. Por outro lado é necessário também o estudo económico, para além da alteração técnica.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** lembrou que para alterar o designado parâmetro “L” não foi preciso estudo económico. Alterou-se, e bem, porque as empresas foram altamente prejudicadas durante 6 anos. Por isso entende que a alteração do RMEU pode e deve ser feita.

A **Sr.ª Presidente** disse que anotou e vai ver a possibilidade de fazer esta alteração ao RMEU relativamente às obras no centro tradicional, porque os técnicos são poucos e não podem dar resposta a tudo, e esta alteração tem que ser feita internamente. Reconhece a necessidade urgente desta alteração porque não quer que os munícipes fiquem prejudicados.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** perguntou à **Dr.ª Inês Marrazes** se é ou não possível fazer a alteração ao RMEU sem o estudo económico.

A **Dr.ª Inês Marrazes** respondeu que não.

Seguiu-se uma discussão sobre a necessidade, ou não, do estudo económico, tendo a **Sr.ª Presidente** referido que a informação de que dispõe neste momento é que é necessário esse estudo para fazer a alteração. Contudo, tomou nota e vai recolher a informação para poder responder ao Sr. Vereador.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** pediu cópia da pergunta que a **Sr.ª Presidente** ficou de fazer à CCDR.

A **Sr.ª Presidente** respondeu que lhe vai ser enviada.

**Seguidamente a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:**

1172 - Presente requerimento n.º 1782/18, de 02-10-2018, apresentado por Rua das Flores - Gestão de Activos Imobiliários Lda, ratificado por Alberto Carreira, Construções, Lda, ambas titulares do processo com o n.º 446/17, referente à reconstrução de um edifício de habitação coletiva com 6 frações, sito na Rua Dr. Pedro Viana, n.º 8 a 18, na Freguesia e Concelho da Marinha Grande, em que formularam dois pedidos:

1. A isenção do pagamento das taxas devidas pelo licenciamento da referida construção, ao abrigo da alínea c) do n.º 3 do artigo 119.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG);
2. A consequente devolução das quantias já pagas, por ter efetuado o pagamento das referidas taxas, no valor de 40,82 euros.

Presente informação jurídica datada de 04-12-2018 e informação técnica datada de 30-10-2018, ambas sobre o assunto.

**A Câmara apreciou os pedidos, bem como a documentação que as requerentes apresentaram, comprovativa do pagamento de taxas municipais e concordando com os fundamentos de facto e de direito da informação jurídica sobre o assunto, datada de 04-12-2018, que se dá aqui por integralmente reproduzida e que se anexa, delibera ouvir, por escrito, as requerentes, já devidamente identificadas, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 121.º e 122.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo, no prazo de 10 dias, a contar da data da notificação da presente deliberação, acerca da sua intenção de:**

**- Deferir o pedido de isenção do pagamento da taxa referente ao averbamento do novo titular do processo, no valor de 36,57 euros, por a mesma respeitar à operação urbanística de reconstrução do edifício sito na Rua Dr. Pedro Viana, n.º 8 a 18, Freguesia e Concelho da Marinha Grande e, conseqüentemente, proceder à devolução do montante já pago, como ficou comprovado pelo recibo n.º 8685;**

**- Indeferir o pedido de pagamento da taxa no valor 4,25 euros e conseqüente devolução do montante já pago, referente ao pagamento do fornecimento de uma planta de localização, porquanto a referida taxa não diz respeito à realização, em concreto, de uma operação urbanística, tal como exige o n.º 3 do artigo 119.º do RMEUMMG, mas destina-se à instrução de uma candidatura a benefícios fiscais.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**52. Req.º nº 1091/18, datado de 13/06/2018 - Proc.º nº 404/2018, datado de 13/06/2018 - Reinados e Predicados, Lda.**

1173 - Pesente pedido de avaliação do estado inicial de conservação de edifício sito na área de Reabilitação Urbana do Centro da Marinha Grande, para efeitos de candidatura a benefícios fiscais, solicitado por **Reinados e Predicados, Lda.**, com o NIPC 513861796, com sede em Praça Stephens, freguesia e concelho de Marinha Grande, respeitante ao edifício sito na Rua Marquês de Pombal, n.º 10-10A, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20.174 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 20.043;

Presente deliberação tomada na reunião de Câmara de 25/06/2018, considerando o disposto na alínea c) do n.º 23 do artigo 71.º do EBF, no artigo 65.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 88/2017, de 27 de julho, e no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, a determinar a realização de vistoria ao edifício mencionado, para efeitos de classificação do estado inicial do edifício;

Presente Auto de Vistoria datado de 29/08/2018, respeitante à vistoria realizada em 11/07/2018, descrevendo o estado da edificação, bem como a ficha de avaliação aprovada no âmbito da Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, devidamente preenchida;

**Após análise da pretensão e do auto de vistoria mencionado a Câmara delibera:**

Informar o entidade requerente que, tendo em conta os critérios definidos na Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, bem como o preenchimento da ficha de habilitação aprovada pelo mesmo diploma legal, e conforme auto de vistoria datado de 29/08/2018, ao imóvel sito em Rua Marquês de Pombal, n.º 10-10A, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20.174 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 20.043, propriedade de Reinados e Predicados, Lda., com o NIPC 513861796, com sede em Praça Stephens, freguesia e concelho de Marinha Grande, é atribuído o nível de conservação PÉSSIMO correspondendo-lhe o coeficiente de conservação 1,45.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

## **DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA**

### **ATIVIDADE FÍSICA**

#### **53. Atribuição de apoio financeiro e aprovação do contrato. Programa de desenvolvimento desportivo época desportiva 2018/2019 - Sport Lisboa e Marinha**

##### **Os Srs. Vereadores do MpM fizeram o seguinte comentário:**

*“Nesta lista estão todos os clubes com direito a apoio financeiro pelo desenvolvimento desportivo da época 2018/2019? Se não estão qual o motivo?*

*Como sabemos, os critérios utilizados estão completamente desajustados da realidade, noto que, tal como é referido na deliberação, estes critérios vêm de 1995, 1999, 2012 e recentemente, a 1 de agosto, fizemos um pequeno ajustamento, mas longe de tornar estes critérios claros, transparentes e justos.*

*Recordo ainda que a 1 de agosto foi assumido pela Sra. Vereadora do desporto que iria rapidamente apresentar um regulamento mais adequado à realidade atual. Passaram mais de quatro meses e nada foi feito, sendo que, para a época atual continuamos a utilizar critérios com 23 anos.*

*Basta recordar que há clubes que têm exigido justiça, como exemplo o SCM e o ACM, que aqui temos repetidamente falado, com argumentos irrefutáveis, e que este executivo permanente, insiste em não responder.*

*Concordamos em pleno com esta e outras candidaturas para apoios à atividade federada dos clubes. No entanto, não podemos concordar com a discricionariedade deste regulamento que temos. Sem prejuízo para o clube, pois nem este, nem qualquer outro apoio, alguma vez deixou de ser atribuído por responsabilidade dos vereadores do MPM, mas porque discordando dos CRITÉRIOS, vamos continuar a abster-nos, com declaração de voto, até este executivo permanente decidir alterar os regulamentos que tanto prejudicam as associações.”*

A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** informou que não estão aqui todos os clubes porque alguns não tinham ainda condições. Virão brevemente.

##### **Seguidamente a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:**

1174 - A atividade física é o instrumento mais económico de saúde pública. As verbas investidas na promoção da atividade física para a população, nomeadamente a jovem, devem ser encaradas como um investimento na saúde e bem-estar.

Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vetor de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas, promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva, e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação da cidade da Marinha Grande, tem-lhes atribuído apoios financeiros de acordo com os critérios de financiamento à atividade física federada aprovados, em 01 de agosto de 2018 necessariamente conjugados com, os “Critérios de Financiamento à Atividade Física” aprovados em deliberação de câmara, de 26 de setembro de 2012, com os critérios aprovados em deliberação de Câmara de 09 de setembro de 1999 e com os critérios originais criados em 1995, celebrando com estes contratos-programa conforme exigência legal.

O valor do apoio financeiro a atribuir resulta da aferição do número de atletas inscritos nas associações e/ou federações, em função de cada uma das modalidades desportivas, escalões, equipas, número de jogos efetuados como visitante, a participação nos diversos tipos de campeonatos, com base nos limites definidos nos critérios e nos documentos oficiais das respetivas associações e federações das diferentes modalidades, relativos à época anterior, tal como definem os critérios de financiamento.

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Considerando que desde há vários anos que as candidaturas aos Programas de Desenvolvimento Desportivo são efetuadas em setembro, sendo o apoio financeiro apreciado e deliberado até final do ano em curso.

Considerando que o Sport Lisboa e Marinha apresentou em 12 de novembro de 2018 uma candidatura a apoio financeiro para o desenvolvimento de um Programa de Desenvolvimento Desportivo para a modalidade de futebol na época 2018/2019, em anexo.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando a existência de dotação financeira na ação 2016/A/183.

Considerando ainda os Critérios de Financiamento à Atividade Física acima referidos.

Considerando que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a

Segurança Social e perante a Autoridade Tributária, conforme certidões devidamente arquivadas na Divisão Administrativa e Financeira deste município.

**A Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera atribuir o apoio financeiro à atividade desportiva federada, através da celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, com a entidade mencionada no quadro resumo abaixo:**

<b>SPORT LISBOA MARINHA</b>	<b>501219340</b>	<b>8.700,00€</b>
-----------------------------	------------------	------------------

**Delibera ainda aprovar a minuta de contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade acima descrita.**

**A verba está cabimentada na ação 2016/A/183 do Plano de Atividades Municipais.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

**54. Atribuição de apoio financeiro e aprovação do contrato. Programa de desenvolvimento desportivo época desportiva 2018/2019 - Judo Clube da Marinha Grande**

1175 - A atividade física é o instrumento mais económico de saúde pública. As verbas investidas na promoção da atividade física para a população, nomeadamente a jovem, devem ser encaradas como um investimento na saúde e bem-estar.

Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vetor de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas, promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva, e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação da cidade da Marinha Grande, tem-lhes atribuído apoios financeiros de acordo com os critérios de financiamento à atividade física federada aprovados, em 01 de agosto de 2018 necessariamente conjugados com, os “Critérios de Financiamento à Atividade Física” aprovados em deliberação de câmara, de 26 de setembro de 2012, com os critérios aprovados em deliberação de Câmara de 09 de setembro de 1999 e com os critérios originais criados em 1995, celebrando com estes contratos-programa conforme exigência legal.

O valor do apoio financeiro a atribuir resulta da aferição do número de atletas inscritos nas associações e/ou federações, em função de cada uma das modalidades desportivas, escalões, equipas, número de jogos efetuados como visitante, a participação nos diversos tipos de campeonatos, com base nos limites definidos nos critérios e nos documentos oficiais das respetivas associações e federações das diferentes modalidades, relativos à época anterior, tal como definem os critérios de financiamento.

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Considerando que desde há vários anos que as candidaturas aos Programas de Desenvolvimento Desportivo são efetuadas em setembro, sendo o apoio financeiro apreciado e deliberado até final do ano em curso.

Considerando que Judo Clube da Marinha Grande apresentou em 28 de setembro de 2018 uma candidatura a apoio financeiro para o desenvolvimento de um Programa de Desenvolvimento Desportivo para a modalidade de Judo na época 2018/2019, em anexo.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar



sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando a existência de dotação financeira na ação 2016/A/183.

Considerando ainda os Critérios de Financiamento à Atividade Física acima referidos.

Considerando que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante a Autoridade Tributária, conforme certidões devidamente arquivadas na Divisão Administrativa e Financeira deste município.

**A Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera atribuir o apoio financeiro à atividade desportiva federada, através da celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, com a entidade mencionada no quadro resumo abaixo:**

<b>JUDO CLUBE DA MARINHA GRANDE</b>	<b>506889955</b>	<b>5.000,00€</b>
-------------------------------------	------------------	------------------

**Delibera ainda aprovar a minuta de contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade acima descrita.**

**A verba está cabimentada na ação 2016/A/183 do Plano de Atividades Municipais.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

**55. Atribuição de apoio financeiro e aprovação do contrato. Programa de desenvolvimento desportivo época desportiva 2018/2019 - Clube Atletismo da Marinha Grande**

1176 - A atividade física é o instrumento mais económico de saúde pública. As verbas investidas na promoção da atividade física para a população, nomeadamente a jovem, devem ser encaradas como um investimento na saúde e bem-estar.

Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vetor de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas, promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva, e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação da cidade da Marinha Grande, tem-lhes atribuído apoios financeiros de acordo com os critérios de financiamento à atividade física federada aprovados, em 01 de agosto de 2018 necessariamente conjugados com, os “Critérios de Financiamento à Atividade Física” aprovados em deliberação de câmara, de 26 de setembro de 2012, com os critérios aprovados em deliberação de Câmara de 09 de setembro de 1999 e com os critérios originais criados em 1995, celebrando com estes contratos-programa conforme exigência legal.

O valor do apoio financeiro a atribuir resulta da aferição do número de atletas inscritos nas associações e/ou federações, em função de cada uma das modalidades desportivas, escalões, equipas, número de jogos efetuados como visitante, a participação nos diversos tipos de campeonatos, com base nos limites definidos nos critérios e nos documentos oficiais das respetivas associações e federações das diferentes modalidades, relativos à época anterior, tal como definem os critérios de financiamento.

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Considerando que desde há vários anos que as candidaturas aos Programas de Desenvolvimento Desportivo são efetuadas em setembro, sendo o apoio financeiro apreciado e deliberado até final do ano em curso.

Considerando que o Clube Atletismo da Marinha Grande apresentou em 27 de setembro de 2018 uma candidatura a apoio financeiro para o desenvolvimento de um Programa de Desenvolvimento Desportivo para a modalidade de Atletismo na época 2018/2019, em anexo.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando a existência de dotação financeira na ação 2016/A/183.

Considerando ainda os Critérios de Financiamento à Atividade Física acima referidos.

Considerando que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante a Autoridade Tributária, conforme certidões devidamente arquivadas na Divisão Administrativa e Financeira deste município.

**A Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera atribuir o apoio financeiro à atividade desportiva federada, através da celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, com a entidade mencionada no quadro resumo abaixo:**

CLUBE ATLETISMO DA MARINHA GRANDE	503912530	6.800,00€
-----------------------------------	-----------	-----------

**Delibera ainda aprovar a minuta de contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade acima descrita.**

**A verba está cabimentada na ação 2016/A/183 do Plano de Atividades Municipais.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve*

*ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

#### **56. Atribuição de apoio financeiro e aprovação do contrato. Programa de desenvolvimento desportivo época desportiva 2018/2019 - Atlético Clube Marinhense**

1177 - A atividade física é o instrumento mais económico de saúde pública. As verbas investidas na promoção da atividade física para a população, nomeadamente a jovem, devem ser encaradas como um investimento na saúde e bem-estar.

Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vetor de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas, promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva, e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação da cidade da Marinha Grande, tem-lhes atribuído apoios financeiros de acordo com os critérios de financiamento à atividade física federada aprovados, em 01 de agosto de 2018 necessariamente conjugados com, os “Critérios de Financiamento à Atividade Física” aprovados em deliberação de câmara, de 26 de setembro de 2012, com os critérios aprovados em deliberação de Câmara de 09 de setembro de 1999 e com os critérios originais criados em 1995, celebrando com estes contratos-programa conforme exigência legal.

O valor do apoio financeiro a atribuir resulta da aferição do número de atletas inscritos nas associações e/ou federações, em função de cada uma das modalidades desportivas, escalões, equipas, número de jogos efetuados como visitante, a participação nos diversos tipos de campeonatos, com base nos limites definidos nos critérios e nos documentos oficiais

das respetivas associações e federações das diferentes modalidades, relativos à época anterior, tal como definem os critérios de financiamento.

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Considerando que desde há vários anos que as candidaturas aos Programas de Desenvolvimento Desportivo são efetuadas em setembro, sendo o apoio financeiro apreciado e deliberado até final do ano em curso.

Considerando que o Atlético Clube Marinhense apresentou em 05 de novembro de 2018 uma candidatura a apoio financeiro para o desenvolvimento de um Programa de Desenvolvimento Desportivo para a modalidade de futebol na época 2018/2019, em anexo.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando a existência de dotação financeira na ação 2016/A/183.

Considerando ainda os Critérios de Financiamento à Atividade Física acima referidos.

Considerando que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante a Autoridade Tributária, conforme certidões devidamente arquivadas na Divisão Administrativa e Financeira deste município.

**A Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera atribuir o apoio financeiro à atividade desportiva federada, através da celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, com a entidade mencionada no quadro resumo abaixo:**

ATLÉTICO CLUBE MARINHENSE	501224254	20.788,00€
---------------------------	-----------	------------

**Delibera ainda aprovar a minuta de contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade acima descrita.**

**A verba está cabimentada na ação 2016/A/183 do Plano de Atividades Municipais.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDR Centro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

**57. Atribuição de apoio financeiro e aprovação do contrato. Programa de desenvolvimento desportivo época desportiva 2018/2019 - Associação Ensino e Promoção Social Desportivo Náutico da Marinha Grande**

1178 - A atividade física é o instrumento mais económico de saúde pública. As verbas investidas na promoção da atividade física para a população, nomeadamente a jovem, devem ser encaradas como um investimento na saúde e bem-estar.

Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vetor de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas, promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva, e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação da cidade da Marinha Grande, tem-lhes atribuído apoios financeiros de acordo com os critérios de financiamento à atividade física federada aprovados, em 01 de agosto de 2018 necessariamente conjugados com, os “Critérios de Financiamento à Atividade Física” aprovados em deliberação de câmara, de 26 de setembro de 2012, com os critérios aprovados em deliberação de Câmara de 09 de setembro de 1999 e com os critérios originais criados em 1995, celebrando com estes contratos-programa conforme exigência legal.

O valor do apoio financeiro a atribuir resulta da aferição do número de atletas inscritos nas associações e/ou federações, em função de cada uma das modalidades desportivas, escalões, equipas, número de jogos efetuados como visitante, a participação nos diversos tipos de campeonatos, com base nos limites definidos nos critérios e nos documentos oficiais das respetivas associações e federações das diferentes modalidades, relativos à época anterior, tal como definem os critérios de financiamento.

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Considerando que desde há vários anos que as candidaturas aos Programas de Desenvolvimento Desportivo são efetuadas em setembro, sendo o apoio financeiro apreciado e deliberado até final do ano em curso.

Considerando que a Associação Ensino e Promoção Social Desportivo Náutico da Marinha Grande, apresentou em 28 de setembro de 2018, uma candidatura a apoio financeiro para o desenvolvimento de um Programa de Desenvolvimento Desportivo, para a modalidade de natação na época de 2018/2019, em anexo.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando a existência de dotação financeira na ação 2016/A/183.

Considerando ainda os Critérios de Financiamento à Atividade Física acima referidos.

Considerando que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante a Autoridade Tributária, conforme certidões devidamente arquivadas na Divisão Administrativa e Financeira deste município.

**A Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera atribuir o apoio financeiro à atividade desportiva federada, através da celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, com a entidade mencionada no quadro resumo abaixo:**

ASSOCIAÇÃO ENSINO E PROMOÇÃO SOCIAL DESPORTIVO NÁUTICO DA MARINHA GRANDE	501 089 721	1.500,00€
---	-------------	-----------

**Delibera ainda aprovar a minuta de contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade acima descrita.**

**A verba está cabimentada na ação 2016/A/183 do Plano de Atividades Municipais.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

#### **58. Atribuição de apoio financeiro e aprovação do contrato. Programa de desenvolvimento desportivo época desportiva 2018/2019 - Sport Operário Marinhense**

**A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho e o Sr. Vereador Aurélio Ferreira** comunicaram o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a), do Código do



Procedimento Administrativo, uma vez que fazem parte dos órgãos sociais do Sport Operário Marinhense.

A **Sr.ª Presidente** declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4 do mencionado Código.

1179 - A atividade física é o instrumento mais económico de saúde pública. As verbas investidas na promoção da atividade física para a população, nomeadamente a jovem, devem ser encaradas como um investimento na saúde e bem-estar.

Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vetor de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas, promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva, e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação da cidade da Marinha Grande, tem-lhes atribuído apoios financeiros de acordo com os critérios de financiamento à atividade física federada aprovados, em 01 de agosto de 2018 necessariamente conjugados com, os “Critérios de Financiamento à Atividade Física” aprovados em deliberação de câmara, de 26 de setembro de 2012, com os critérios aprovados em deliberação de Câmara de 09 de setembro de 1999 e com os critérios originais criados em 1995, celebrando com estes contratos-programa conforme exigência legal.

O valor do apoio financeiro a atribuir resulta da aferição do número de atletas inscritos nas associações e/ou federações, em função de cada uma das modalidades desportivas, escalões, equipas, número de jogos efetuados como visitante, a participação nos diversos tipos de campeonatos, com base nos limites definidos nos critérios e nos documentos oficiais das respetivas associações e federações das diferentes modalidades, relativos à época anterior, tal como definem os critérios de financiamento.

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Considerando que desde há vários anos que as candidaturas aos Programas de Desenvolvimento Desportivo são efetuadas em setembro, sendo o apoio financeiro apreciado e deliberado até final do ano em curso.

Considerando que a Sport Operário Marinhense apresentou em 01 de outubro de 2018 uma candidatura a apoio financeiro para o desenvolvimento de um Programa de Desenvolvimento Desportivo para a modalidades de Voleibol e Xadrez na época 2018/2019, em anexo.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando a existência de dotação financeira na ação 2016/A/183.

Considerando ainda os Critérios de Financiamento à Atividade Física acima referidos.

Considerando que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante a Autoridade Tributária, conforme certidões devidamente arquivadas na Divisão Administrativa e Financeira deste município.

**A Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera atribuir o apoio financeiro à atividade desportiva federada, através da celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, com a entidade mencionada no quadro resumo abaixo:**

<b>SPORT OPERÁRIO MARINHENSE</b>	<b>501417702</b>	<b>19.875,00€</b>
----------------------------------	------------------	-------------------

**Delibera ainda aprovar a minuta de contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade acima descrita.**

**A verba está cabimentada na ação 2016/A/183 do Plano de Atividades Municipais.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 3 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora do MpM, Mêlina Mira, que proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem*

*desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

**59. Atribuição de apoio financeiro e aprovação do contrato. Programa de desenvolvimento desportivo época desportiva 2018/2019 - Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente**

1180 - A atividade física é o instrumento mais económico de saúde pública. As verbas investidas na promoção da atividade física para a população, nomeadamente a jovem, devem ser encaradas como um investimento na saúde e bem-estar.

Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vetor de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas, promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva, e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação da cidade da Marinha Grande, tem-lhes atribuído apoios financeiros de acordo com os critérios de financiamento à atividade física federada aprovados, em 01 de agosto de 2018 necessariamente conjugados com, os “Critérios de Financiamento à Atividade Física” aprovados em deliberação de câmara, de 26 de setembro de 2012, com os critérios aprovados em deliberação de Câmara de 09 de setembro de 1999 e com os critérios originais criados em 1995, celebrando com estes contratos-programa conforme exigência legal.

O valor do apoio financeiro a atribuir resulta da aferição do número de atletas inscritos nas associações e/ou federações, em função de cada uma das modalidades desportivas, escalões, equipas, número de jogos efetuados como visitante, a participação nos diversos tipos de campeonatos, com base nos limites definidos nos critérios e nos documentos oficiais das respetivas associações e federações das diferentes modalidades, relativos à época anterior, tal como definem os critérios de financiamento.

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi elaborada

a minuta do contrato, que constitui anexo à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Considerando que desde há vários anos que as candidaturas aos Programas de Desenvolvimento Desportivo são efetuadas em setembro, sendo o apoio financeiro apreciado e deliberado até final do ano em curso.

Considerando que o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente apresentou em 28 de setembro de 2018 uma candidatura a apoio financeiro para o desenvolvimento de um Programa de Desenvolvimento Desportivo para a modalidade de Patinagem de Velocidade na época 2018/2019, em anexo.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando a existência de dotação financeira na ação 2018/A/189.

Considerando ainda os Critérios de Financiamento à Atividade Física acima referidos.

Considerando que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante a Autoridade Tributária, conforme certidões devidamente arquivadas na Divisão Administrativa e Financeira deste município.

**A Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera atribuir o apoio financeiro à atividade desportiva federada, através da celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, com a entidade mencionada no quadro resumo abaixo:**

<b>AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE</b>	<b>600076768</b>	<b>1.250,00€</b>
---	------------------	------------------

**Delibera ainda aprovar a minuta de contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade acima descrita.**

**A verba está cabimentada na ação 2018/A/189 do Plano de Atividades Municipais.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDR Centro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

#### **60. Contrato-programa de patrocínio desportivo - Clube de Atletismo da Marinha Grande. Adenda**

1181 - Na sequência de deliberação camarária, de 16 de outubro de 2018, foi celebrado um contrato-programa de patrocínio desportivo com o Clube de Atletismo da Marinha Grande, tendo por objeto o Convívio de Atletismo do 1.º Ciclo.

Na cláusula 4.ª n.º 1 e n.º 2, do contrato-programa, ficou estipulado uma comparticipação financeira de 310,00€, correspondente ao valor dos custos previstos para a execução do evento desportivo na componente de Lembranças, nos termos do orçamento detalhado que acompanhou o processo de candidatura.

No orçamento discriminado enviado pela entidade no processo de candidatura, com registo de entrada E/8742/2017, verifica-se que o valor estimado de custos com a componente de Lembranças é de 200,00€, sendo por isso inferior ao valor total da comparticipação financeira atribuída pela Câmara Municipal.

**Assim, a Câmara Municipal ao abrigo da competência conferida pela alínea o) do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera alterar a redação da cláusula 4.ª n.º 2, que passa a ter a seguinte redação:**

**“2 – O patrocínio financeiro corresponde ao valor dos custos previstos para execução do evento desportivo na componente de custos com Despesas de Combustível, Fotocópias, Águas e Lembranças previstas no orçamento detalhado que acompanha o processo de candidatura.”**

**A Câmara Municipal delibera, em consequência, aprovar a minuta de adenda ao contrato-programa de patrocínio desportivo, que se dá por integralmente reproduzida.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

**61. Atribuição de apoio ao atleta Joel Colaço para efeitos de participação no Campeonato Mundial de “Muay Thai” na Tailândia. Alteração da deliberação tomada em reunião de 23-07-2018**

**Os Srs. Vereadores do MpM fizeram o seguinte comentário:**

*“A 9 de julho alertei para a situação deste jovem marinhense que estava na contingência de não poder ir ao campeonato do mundo de Muay Thai, por falta de patrocínio.*

*A 23 de julho deliberámos apoiar o jovem com os 1.000€ que lhe faltavam.*

*Este jovem sagou-se vice-campeão do mundo.*

*No seu regresso da Tailândia, a Sra. Vereadora recebeu-o sozinha no Salão Nobre, numa falta de respeito para com os outros Vereadores.*

*Este processo é mais uma situação de confusão gerada pelos atuais regulamentos, demonstrando a necessidade duma urgente revisão, que este executivo permanente insiste em não querer fazer."*

**Seguidamente a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:**

1182 - Presente deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de 23-07-2018, em que se atribuiu ao atleta Joel Colaço, um patrocínio desportivo no valor de 1.000,00€ (mil euros) para participar no Campeonato do Mundo de "Muay Thai", na Tailândia, que se anexa e se dá por integralmente reproduzida.

Presente informação da Divisão Administrativa e Financeira nº 14/IP/2018, de 04-12-2018, que refere que a deliberação tomada carece de fundamentação legal enquadrada no RJAL.

Face ao exposto, a Câmara Municipal delibera retificar a deliberação tomada, aditando a fundamentação legal, com produção de efeitos à data de 23-07-2018, nos termos do artº 173º do CPA, pelo que deve ser considerado o seguinte teor na tomada de decisão:

**"A Câmara Municipal apreciou a informação nº 14/IP/2018, de 04-12-2018 e considerando:**

- a) O parecer Jurídico produzido para situação semelhante que estabelece o enquadramento legal necessário à concretização deste apoio;**
- b) A distinção concedida ao atleta resultante do convite formulado pela Federação Portuguesa de "Kickboxing" para participar num Campeonato Mundial da modalidade de "Muay Thai" de juniores;**
- c) A relevância pública, projeção e divulgação do Município à escala internacional, da participação deste atleta no evento, também quanto à prática desportiva,**

**Delibera, nos termos da alínea u), do nº 1, do artº 33º, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro (RJAL) e ao abrigo do previsto no n.º 1, do artº 9º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, conjugado com o artigo 27.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, o qual estabelece que "os casos omissos no presente regulamento são decididos pela Câmara Municipal da Marinha Grande", atribuir ao atleta Joel Colaço, um patrocínio desportivo no valor de 1.000,00€ (mil euros).**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*"A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para "a revisão*

*do processo de atribuição de subsídios...". Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação."*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

## **INTERVENÇÃO CULTURAL**

### **62. Assinatura da carta de princípios para a constituição da Rede de Arquivos da Região de Leiria.**

1183 - Presente informação interna da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania com número de registo I/3077/2018, de 03 de dezembro, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal da intenção manifestada por todos os arquivos da região de Leiria, através da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria - CIMRL, na constituição de uma **Rede de Arquivos da Região de Leiria**, que vise a partilha de conhecimentos e experiências, bem como no desenvolvimento de projetos de cooperação entre os arquivos da região com vista à prossecução de objetivos comuns.

Presente minuta da **Carta de Princípios** de adesão à **Rede de Arquivos da Região de Leiria** a assinar pelos Municípios que a integram, cujo objeto é a definição dos termos de cooperação entre as diferentes entidades com vista à constituição da Rede de Arquivos da Região de Leiria.



Considerando que o Município dispõe de atribuições na área da cultura, nos termos da alínea e), do n.º 2, do artigo 23.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais e que a Câmara Municipal é competente para colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central, conforme alínea r), n.º 1, do art.º 33.º do mesmo diploma legal.

**A Câmara Municipal ao abrigo da competência conferida pela alínea e), do n.º 2, do art.º 23.º e alínea r), do n.º 1, do art.º 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera aprovar a minuta da Carta de Princípios de adesão à Rede de Arquivos da Região de Leiria, que fica anexa e se dá por integralmente reproduzida, e autorizar a sua celebração, nos exatos termos dele constantes.**

**A presente deliberação foi aprovada por unanimidade e em minuta.**

### **63. Proposta de fixação de preços de artigos para venda na loja do Museu do Vidro**

1184 - Presente a informação interna I/3064/2018 do Museu do Vidro com proposta de fixação de preço para novos artigos de artesanato em vidro para venda nos museus municipais, cujo preço de venda ao público não se encontra estabelecido, e ainda com proposta de alteração de preços de artigos à venda na loja do museu.

Nesse sentido, por forma a possibilitar a sua venda, e atendendo a que:

- Segundo a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete ainda à Câmara Municipal *“criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, (...) de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal”*;

- De acordo com a alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal *“fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados (...)”*;

- Os museus municipais são geridos pela Câmara Municipal e disponibilizam para venda ao público artesanato em vidro, como forma de dinamização cultural e económica de interesse municipal;

Nesse sentido propõe-se a fixação dos preços para os novos artigos adquiridos, de acordo com a tabela que se apresenta de seguida:

DESIGNAÇÃO	PREÇO CUSTO	P.V.P. S/IVA	IVA	P.V.P. C/IVA
Anjinhos pequenos (Transforme)	11,00 €	14,23 €	3,27 €	<b>17,50 €</b>
Bases para copos fruta (Transforme)	3,00 €	5,69 €	1,31€	<b>7,00 €</b>
Bases para copos Rudolfo (Transforme)	2,80 €	4,88 €	1,12 €	<b>6,00 €</b>
Tabuleiro com caneca de chá (Transforme)	12,50 €	15,45 €	3,55 €	<b>19,00 €</b>

Propõe-se ainda a alteração do preço de venda ao público de alguns artigos existentes à venda na loja, de acordo com a seguinte tabela:

DESIGNAÇÃO	PREÇO CUSTO	P.V.P. ATUAL C/IVA	NOVO P.V.P. S/IVA	IVA	NOVO P.V.P. C/IVA
Miniaturas sortidas (Lampicentro)	4,00 €	6,89 €	5,69 €	1,31 €	7,00 €
Animais simples (Mário Macatrão)	4,50 €	5,90 €	5,69 €	1,31 €	7,00 €
Flores de vidro (Poeiras Glass)	4,07 €	6,00 €	6,10 €	1,40 €	7,50 €
Porco paliteiro (Almiro Morgado)	3,00 €	5,20 €	4,88€	1,12 €	6,00 €

A Câmara Municipal da Marinha Grande, analisou a proposta e delibera, ao abrigo da alínea e) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, através da interpretação por assimilação extensiva, ou, de modo mais lato, no exercício da sua competência para a gestão de instalações, equipamentos, serviços e recursos físicos integrados no património do município, de acordo com a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar as tabelas de preços acima indicadas e fixar os preços dos bens móveis para venda nos museus municipais nelas apresentados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

#### **64. Proposta de programação e fixação de preços de bilhetes para espetáculos a decorrer em 2019 na Casa da Cultura Teatro Stephens**

**Os Srs. Vereadores do MpM questionaram o seguinte:**

*“Qual a estratégia para a Casa da Cultura Teatro Stephens?”*

**Seguidamente a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:**

1185 - Presentes I/2318/2018 e I/3081/2018 com proposta detalhada de programação para a Casa da Cultura Teatro Stephens para 2019, bem como respetiva proposta de fixação do preço dos bilhetes de ingresso.

Atendendo a que nos termos da alínea b) do n.º 2 do Artigo 6º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens, “Em termos de gestão compete à Câmara Municipal Programar as atividades de acordo com a estratégia cultural estabelecida”;

Atendendo ainda que por forma a possibilitar a venda de bilhetes para os espetáculos propostos e de acordo com o n.º 9 artigo 26.º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens é competência da Câmara fixar por deliberação o preço dos bilhetes;

Considerando que de acordo com a alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados;

Considerando que segundo a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma lei, compete ainda à Câmara Municipal “criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, (...) de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal”;

Considerando a proposta de fixação dos preços para os bilhetes de ingresso nos eventos de 2019 na CCTS, de acordo com a seguinte tabela:

Data	Efeméride Género Artístico	Artista/Projeto	Valor Custo previsto (Cachet)	Preço Bilhete Proposto
05.01	Concerto de Ano Novo	Coro Ninfas do Lis	S/cachet	Gratuito
18.01	18 janeiro 1934	Os Azeitonas	4.500,00€ acrescido IVA	10,00€
26.01	Teatro infantil	OINK - Leirena Companhia de teatro	1.200,00€ isento IVA	5,00€
14.02	Dia dos Namorados	Tiago Nacarato	4.500,00€ acrescido IVA	10,00€
23.02	Teatro infantil	O Mercador de Coisa Nenhuma	450,00€ isento IVA	3,00€
24.02	Os Iberzitos Vão à Música	Orquestra de Sopros do Orfeão de Leiria	NA	Gratuito
09.03	Música	Lobos de Barro	2.500,00€ isento IVA	5,00€
16.03 18.05 12.10 21.12	Concertos para Bebés	Musicalmente	10.500,00€ acrescido IVA	7,50€ bilhete palco (1 adulto+1bebé) 5,00€ bilhete plateia
27.03	Dia do Teatro	BOCAge c/ Rita Ribeiro e Sandra José	2.700,00€ isento IVA	8,00€
13.04	Festival Música de Leiria	Petit Gatô	2.300,00€ acrescido IVA	5,00€
04.05	CIMRL Rede Cultural	Companhia de Dança Contemporânea de Évora	3.850,00€ isento IVA	Gratuito
A definir	Cisternúsica	A definir	3.000,00€ isento IVA	8,00€

Assim, a Câmara Municipal da Marinha Grande, analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do Artigo 6º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens aprovar a programação da Casa da Cultura Teatro Stephens para 2019 e das alíneas e) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através da interpretação por assimilação extensiva, ou, de modo mais lato, no exercício da competência para a gestão de equipamentos e serviços municipais, a tabela de preços acima indicada e fixar os montantes dos bilhetes para entrada nos espetáculos de 2019 que vão decorrer na Casa da Cultura Teatro Stephens.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

## **DIVISÃO JURÍDICA E DE APOIO**

### **APOIO JURÍDICO**

**65. Responsabilidade civil extracontratual do Município da Marinha Grande - Pedido de indemnização por queda em passeio público - Requerente: Maria Carmen da Costa Santos da Silva – Apreciação - Proposta de indeferimento – Audiência prévia**

A **Sr.ª Vereadora Mêlina Mira** questionou porque demorou 4 meses a ser feita a avaliação da situação e a trazer o processo à reunião.

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira fez o seguinte comentário:**

*“Este processo tem algumas imprecisões desde a altura da protuberância (5mm ou 5 cm) até às datas em que foram entrevistadas as testemunhas e a pouca importância de uma delas, que presenciou a queda.*

*Neste processo um munícipe argumenta que caiu por um problema num passeio. Não é novidade dado que há inúmeros passeios com calçada fora do sítio ou, como aqui é referido,*

*protuberâncias. Ainda recentemente aqui falei dum passeio em frente a um banco na Avenida José Vareda, onde passam diariamente muitas pessoas incluindo um professor invisual. Apesar de ter referido há algumas semanas, o problema mantém-se. Ou como o Sr. Andrade tem dito, uns ferros que ficaram na zona da Rotunda do Vidreiro.*

*Por esse motivo não pode surpreender que os munícipes caiam, o que surpreende é que a Câmara não se comporte como pessoa de bem, assumindo que não tem responsabilidade quando os munícipes caem.*

*Muito mais do que analisar este processo, devemos perceber que a CAUSA que fez esta munícipe (e outros) cair foi o mau estado dos passeios na nossa cidade. A queda foi apenas a CONSEQUÊNCIA, provavelmente se o passeio estivesse em condições a munícipe não tinha caído. São estas causas que entendemos ser a responsabilidade do executivo permanente da Câmara.”*

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** referiu que nesta situação é complicado para os Vereadores analisarem, porque se trata de um processo eminentemente técnico. Aqui a técnica é uma espécie de juiz.

Seguidamente leu as declarações de uma das testemunhas, que viu e que corrobora a situação relatada pela munícipe. Entende que se deve valorizar mais esta testemunha da altura da queda do que as declarações de dois funcionários que se deslocaram ao local depois da queda. Mas aqui a questão é a existência de um parecer técnico e as consequências que advêm de se contrariar esse parecer.

A **Sr.ª Presidente** referiu que nestes casos tem sido muito prudente e tem por princípio não votar contra um parecer técnico.

**Seguidamente a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:**

*“1186 - A Sra. Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:*

*Presente Informação jurídica n.º 2971/2018, de 22.11.2018, a qual conclui que não se encontram preenchidos todos os requisitos legais da responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito do Município da Marinha Grande (Doc.n.º 11);*

*Presentes 3 autos de inquirição, datados de 25.10.2018 e 26.10.2018 (Docs n.º 8,9 e 10);*

*Presentes ofícios n.ºs S/4116/2018, S/4117/2018 e S/4123/2018 enviados às três testemunhas arroladas pela requerente (Docs n.º 5,6 e 7);*

*Presente E/7701/2018 através da qual a requerente dá resposta às informações solicitadas através do ofício n.º S/2935/2018 (Doc.n.º 4);*

*Presente ofício da DJC n.º S/2935/2018 enviado à requerente, solicitando o envio de elementos instrutórios (Doc. n.º 3);*

*Presente Informação da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, a qual conclui, após deslocação da Técnica ao local em 12.07.2018, pela existência de uma saliência com aproximadamente 5 mm de altura e quase impercetível no passeio sito na Avenida Victor Gallo, frente ao Millennium, logo após o cruzamento com a Avenida da Liberdade, sendo que o próprio pavimento pode ter desníveis semelhantes. (Doc. n.º 2);*

*Presente requerimento com o n.º E/5802/2018, de 14.06.2018, apresentado por Maria Carmen da Costa Santos da Silva, residente no n.º 4 da Travessa dos Fundadores, lugar de Albergaria, freguesia de Marinha Grande, no qual requer indemnização, no valor total de*

*91,08 € respeitante a despesas médicas já efetuadas e demais despesas que refere que poderá vir a suportar provenientes da queda por si sofrida no dia 22 de maio de 2018, na Avenida Victor Gallo, por ter alegadamente tropeçado “num ferro de um sinal de trânsito que se encontra num local de passagem, O referido sinal não foi retirado por completo ficando com cerca de 5 cm de altura o que provocou a minha queda” (Doc. n.º 1).*

**A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da informação n.º 2971/2018, de 22.11.2018, que fica anexa à presente ata e que aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera notificar a requerente Maria Carmen da Costa Santos da Silva, contribuinte n.º 107 966 700, do presente projeto de decisão final de indeferimento do seu pedido, concedendo-lhe o prazo de 10 dias úteis a contar do recebimento da notificação para, querendo, dizer por escrito o que se lhe oferecer sobre o mesmo, nos termos do previsto nos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo.”**

**Colocada a votação, esta proposta foi rejeitada, por maioria, com 4 votos contra, das Sr.ªs Vereadoras da CDU, Alexandra Dengucho e Lara Lino, e dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, e 2 votos a favor, da Sr.ª Vereadora Célia Guerra e da Sr.ª Presidente.**

**A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Face ao depoimento da testemunha Sr. Manuel Faustino, testemunha presencial dos factos, que assistiu ao acidente da munícipe, que a socorreu na hora e que na nossa ótica é o testemunho mais importante de todo o processo face ao que declarou, no sentido de confirmar a existência no solo de um ferro com cerca de 5 cm de altura e confirmando ainda que qualquer pessoa menos atenta podia de facto cair no local, tendo confirmado ainda com exatidão os ferimentos que a munícipe apresentava, não podemos, em consciência, ignorar um depoimento desta profundidade e conhecimento.*

*Entendemos, assim, dever concluir que a munícipe caiu porque tropeçou num ferro existente no pavimento, com cerca de 5 cm de altura, e que as lesões que a mesma apresenta têm um nexo de causalidade com esta queda.*

*Acrescentar ainda que o ferro a que se vem aludindo é o que resta de um sinal de trânsito que foi cortado pelos serviços da Câmara Municipal, permanecendo, no entanto, no solo esse ferro saliente que provocou a queda.”*

**Esta declaração de voto foi subscrita pelas Sr.ªs Vereadoras Lara Lino e Mêlina Mira, e pelo Sr. Vereador Aurélio Ferreira.**

**A Sr.ª Presidente proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Voto favoravelmente esta proposta fazendo fé no parecer técnico aqui presente e na elaboração de todo o processo.*

*Pretendo reproduzir o seguinte parágrafo da proposta:*

*«Presente Informação da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, a qual conclui, após deslocação da Técnica ao local em 12.07.2018, pela existência de uma saliência com aproximadamente 5 mm de altura e quase impercetível no passeio sito na Avenida Victor Gallo, frente ao Millennium, logo após o cruzamento com a Avenida da Liberdade, sendo que o próprio pavimento pode ter desníveis semelhantes. (Doc. n.º 2);»*

*O meu voto favorável não tem a ver com a falta de sensibilidade para com a munícipe e com a queda que teve, mas tão só com os fundamentos de facto e de direito constantes na informação neste processo expressa.”*

**Esta declaração de voto foi subscrita pela Sr.ª Vereadora Célia Guerra.**

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

**E nada mais havendo a tratar, a Sr.<sup>a</sup> Presidente encerrou a reunião eram 20:35 horas.**

**No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

**A Presidente da Câmara Municipal,**

**A Secretária da reunião,**